**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

“Senhoras do seu destino”:

**Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de
Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa
brasileira (1873-1894)**

[versão corrigida]

BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO

São Paulo

2013

BÁRBARA FIGUEIREDO SOUTO

“Senhoras do seu destino”:

Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)

[versão corrigida]

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof^ª. Dra. Maria Inez Machado Borges Pinto

De acordo

São Paulo

2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Odila Leite da Silva Dias (USP)

Prof. Constância Lima Duarte (UFMG)

Contato:

barbarasouto@usp.br

barbarafsouto@yahoo.com.br

Ao Beto Souto, pai maravilhoso, cidadão ativo, educador apaixonado. Inspiração certa nas veredas da história!

Agradecimentos

Agradeço aos professores da Universidade de São Paulo, que ofereceram interessantes disciplinas e abriram minha mente para novos questionamentos;

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento de minha pesquisa, sem o qual não seria possível dedicar tanto tempo a esse trabalho, que foi executado com muita satisfação;

Agradeço às professoras Maria Inez e Maria Odila, pelo acolhimento nessa universidade, pela simpatia e delicadeza, pelas indicações de leitura, pelas correções e sugestões no trabalho e pelas conversas repletas de conhecimento. Sou grata também ao Amílcar Torrão Filho e à Constância Lima Duarte, pelos comentários e sugestões, que foram enriquecedores;

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional, pelas palavras de entusiasmo, pelo amor, pelo carinho e pelo exagero nos elogios, que me fizeram enrubescer, mas também seguir em frente. Agradeço à minha mãe, pelas gostosas conversas ao telefone, e ao meu pai, pelos preciosos comentários de leitura. Merece meu agradecimento especial, a tia Lon que, além do carinho familiar, concedeu-me apoio profissional, fazendo correções ortográficas;

Sou grata pelo companheirismo do Leidmar, que dividiu comigo os momentos de alegria e desespero, durante o mestrado;

Sou grata aos amigos que me propiciaram momentos de descontração e de reflexão nessa trajetória. Deixo meu agradecimento especial à equipe do LAMPEH e ao amigo de graduação, Roger, que é parceiro na pesquisa, nas publicações e nas discussões historiográficas;

Agradeço ao orientador da graduação, Jonas, que foi o grande responsável pela minha iniciação na pesquisa e pelo contato com os jornais. Historiador com mente brilhante, que sempre fez comentários enriquecedores e indicou ótimas leituras.

“Las mujeres pueden ver la luz donde los hombres sólo observan un espacio vacío en el que únicamente pueden percibir el ocaso de los monumentos y documentos fálicos que ellos mismos erigieron para sí. Las mujeres tienen algo que decir; no decir nada equivaldría a un aborto histórico del sujeto femenino.”

Rosi Braidotti

Resumo

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **“Senhoras do seu destino”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista, na imprensa brasileira (1873-1894)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta dissertação tem por objetivo discutir projetos de emancipação feminina, em fins do século XIX, no Brasil. Apesar de datarem de uma época em que os movimentos feministas em nosso país ainda não haviam se consolidado, inúmeras bandeiras então defendidas foram colocadas em pauta pelas feministas brasileiras do século XX. Utilizamos como fonte de pesquisa alguns periódicos do período: *O Sexo Feminino*, *Primavera*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e *A Família*. Esses jornais foram fundados por mulheres e tinham por objetivo se dedicar exclusivamente a discussões de interesse feminino, como a melhoria da educação da mulher; a inserção da mulher no mercado de trabalho; a produção intelectual feminina; a relação entre os sexos e o sufrágio feminino. Nossas personagens principais foram Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo, redatoras e proprietárias dos jornais pesquisados. Utilizando teorias feministas e métodos para se trabalhar a imprensa, tivemos como intuito colocar em evidência pensamentos de mulheres, até o momento desconhecidos pela maioria, ressaltar a riqueza da imprensa enquanto fonte de pesquisa, propor questionamentos sobre a ação das mulheres em seu tempo, repensar os movimentos feministas no Brasil e resgatar personagens e obras esquecidos pela história.

Palavras-chave: Francisca Diniz; Josephina de Azevedo; Feminismo; Imprensa; História do Brasil.

Abstract

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **“Ladies masters of their fate”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz and Josephina Alvares de Azevedo – feminist emancipation projects in the Brazilian press (1873-1894)**. Master’s Degree Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This dissertation aims to discuss projects about female emancipation in Brazil's late nineteenth. Although they date from a time when the feminist movement in our country had not yet been consolidated, the projects in question had feminist character, since many ideas advocated at the time were placed on the agenda by the Brazilian feminists of the twentieth century. Some journals of the period were used as a source of research, as *O Sexo Feminino*, *Primavera*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, and *A Família*. These newspapers were founded by women and aimed to dedicate themselves to discussions of female interest, as improving women education, the inclusion of women in the labor market; female intellectual production, the relationship between the sexes, and suffrage. The main characters were Francisca Senhorinha da Motta Diniz and Josephina Alvares de Azevedo, editors in chief and owners of the newspapers surveyed. Using feminist theories and methods for working the press, this essay had the intention to highlight women thoughts (yet unknown by most) and the press richness as a research source. It also proposes questions about the action of women during that time, to rethink feminist movements in Brazil and to rescue works and characters forgotten by history.

Keywords: Francisca Diniz; Josephina de Azevedo; Feminism; Press; History of Brazil.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Francisca Senhorinha da Motta Diniz: professora, jornalista, mãe, esposa, e, sobretudo, educadora!.....	29
1.1 Programa, defesas e críticas.....	30
1.2 Projetos educacionais	54
1.3 Os jornais.....	66
1.4 Produção literária.....	75
2. Josephina Alvares de Azevedo: professora, jornalista e, sobretudo, feminista!.....	80
2.1 Programa, defesas e críticas.....	81
2.2 Viagens de divulgação.....	106
2.3 O jornal.....	116
2.4 Outras produções	130
3. Conclusão	142
4. Apêndice	147
5. Anexos.....	150
5.1 Imagens impressas no jornal <i>A Família</i>	150
5.2 Transcrição da peça <i>O Voto Feminino</i>	166
6. Fontes	192
7. Referências	193

Introdução

O jornalismo surgiu em meados do século XVII e as mulheres se aventuraram por ele, quase desde seu início, pois logo perceberam o poder da imprensa em influenciar a opinião pública.¹ *Lady's Mercury* foi o primeiro periódico feminino de que se tem registro. Ele era editado na Grã-Bretanha e começou a circular no ano de 1693.² Segundo Dulcília Buitoni, o conteúdo desse jornal era marcado pelo “consultório sentimental, que se tornaria uma das marcas registradas da imprensa feminina: uma jovem correspondente narra sua sedução por um ‘infame e lúbrico’”. Na França, a imprensa feminina iniciou no século seguinte, mais precisamente em 1758, com o periódico *Courrier de la Nouveauté, Feuille Hebdomadaire à l'Usage des Dames*, do qual não restaram muitas memórias.³ *Le Journal des Dames* (1759-1778) foi o primeiro que se propôs a produzir um jornal “por e para as damas”,⁴ do qual sabe-se que, no começo, era exclusivamente literário e passou a tratar de assuntos diversificados apenas a partir de 1774.⁵ Mas, em alguns momentos, *Le Journal des Dames* incomodou por sua ideologia *frondeuse*⁶ e por suas reivindicações feministas. Uma das diretoras desse periódico, Mme de Beaumer foi quem primeiro utilizou os vacábulos “autora” e “directora” para se identificar, pois, na época, esses termos só existiam no masculino.⁷

A imprensa feminina foi se propagando pela Europa. Na Alemanha, surgiu *Akademie der Grazien*, que também divulgava literatura. Na Itália, surgiram dois periódicos femininos na década de 1770: *Toilette* e *Biblioteca Galante*. Nos Estados Unidos, o *American Magazine* é um dos primeiros jornais femininos de que se tem notícia, apesar do *Ladie's Magazine* (1828) ter ficado mais conhecido. Esse último era uma propriedade de Sarah Hale, cuja filosofia se resumia em três itens: “entretenimento, esclarecimento e serviço”. Hale era uma feminista que não escrevia sobre política, mas

¹ GELBART, Nina Rattner. As mulheres jornalistas e a imprensa nos séculos XVII e XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, [199-]. p. 497.

² De acordo com o estudo de Nina Gelbart, esse jornal foi fundado por um homem, John Dunton, com o intuito de “encorajar o crescente mercado de leitoras”. Ver: GELBART, Nina Rattner. *Op. cit.*, p. 499.

³ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Summus, 2009. p. 30. (b)

⁴ GELBART, Nina Rattner. *Op. cit.*, p. 504.

⁵ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Op. cit. loc. cit.* (b)

⁶ Segundo Gelbart, o termo significava, inicialmente, membro do partido da Fronda, depois passou a significar pessoa propensa a criticar.

⁷ GELBART, Nina Rattner. *Op. cit.*, p. 504-508.

tinha como bandeira principal o direito da mulher à educação, pois o restante da conquista viria em seguida.⁸

Já no Brasil, os jornais destinados às mulheres só iniciaram seus trabalhos no século XIX. Percebe-se, então, que o aparecimento da imprensa destinada às mulheres refletia mudanças significativas que ocorriam naquela sociedade patriarcal. Provavelmente, o primeiro periódico escrito para as leitoras foi o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro, a partir de 1827.⁹

Entretanto, o que nos interessa nessa dissertação é a imprensa brasileira escrita pelo sexo feminino, a qual teve início no Recife, em 1850, com a publicação dos jornais *A Esmeralda* e *O Jasmim*. Surge em 1852, no Rio de Janeiro, *O Jornal das Senhoras*, fundado e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha. Esse periódico circulou até 1855, com publicações aos domingos. Seu objetivo central era ilustrar e emancipar, moralmente, a mãe de família. Em 1862, no mesmo local, Julia Albuquerque Sandy Aguiar fundou *O Bello Sexo*, periódico que, em seu cabeçalho, anunciava ser *religioso, de instrução e recreio, noticioso e crítico moderado*.¹⁰ Apesar de sua curta duração, o objetivo do periódico era grandioso; ele desejava provocar a manifestação da mulher na imprensa em prol de seu progresso social e dar oportunidade para o desenvolvimento de suas capacidades que, até então, eram olhadas com indiferença pelos homens.¹¹ Em Minas Gerais, o primeiro jornal redigido por mulheres foi o de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que começou a circular no dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, tendo por título *O Sexo Feminino*, em cujo cabeçalho se definia como sendo um “*Semanário Dedicado aos Interesses da Mulher*”. Após a proclamação da República, o periódico passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em homenagem ao novo sistema político brasileiro.

Vale ressaltar que imprensa feminina e feminista não são termos sinônimos. Segundo Dulcília Buitoni, “imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, distingue-se pelo fato de

⁸ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Op. cit. loc. cit.*

⁹ *Ibidem*, p. 30-32.

¹⁰ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminina. *Apud*: ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Op. cit.*, p. 9.

¹¹ COELHO, Nelly Novaes. A Emancipação da mulher e a imprensa feminina (séc. XIX- séc.XX). Disponível em: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>. Acessado em: 06 de maio de 2009.

defender causas”.¹² Corroboramos a ideia da autora, motivo pelo qual, neste trabalho, analisamos periódicos de caráter feminista: *O Sexo Feminino*, *Primavera*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e *A Família*.

É importante esclarecer que empregamos o termo “feminismo” para nos dirigirmos aos empreendimentos das jornalistas em análise, pois acreditamos no potencial emancipador de suas ações, mesmo sabendo que ainda não existiam movimentos feministas institucionalizados em nosso país. A nosso ver, o empenho em defender as causas das mulheres é mais relevante do que tentar encaixar tais ações em um conceito. Afinal, como bem esclarece Zahidé Lupinacci Muzart “como prática, o feminismo preexiste ao emprego da palavra com que é designado”. Segundo a autora, atribui-se a criação do vocábulo a Charles Fourier (1772-1837), o qual só se tornou corrente em fins do século XIX.¹³ Embora saibamos que, antes disso, já havia mulheres por aí que mereciam ser denominadas “feministas”.

Nesse momento, é importante pontuar que algumas autoras fizeram ressalvas quanto à periodização dos Movimentos Feministas brasileiros, elaborando novos recortes. Eva Blay concebe a existência de três ondas feministas no Brasil: uma, no século XIX; uma, na década de 1930; e outra, na década de 1960.¹⁴ Por sua vez, Constância Lima Duarte defende a existência de quatro “momentos-onda” feministas no Brasil: o primeiro, em 1830, que era um feminismo literário, marcado pelas produções de Nísia Floresta e Beatriz Brandão, cuja bandeira mais forte era a educação feminina; o segundo, na década de 1870, que foi um movimento marcado pela emergência de inúmeros jornais femininos e cujas bandeiras ampliaram-se, mas mantiveram o foco da educação das mulheres; o terceiro, na década de 1920, sob a liderança de Bertha Lutz, marcando um movimento mais conservador, por se aliar e buscar apoio nas autoridades e não reivindicar mudanças estruturais na sociedade; e o quarto, na década de 1970, que dialogou com outros movimentos sociais, como o movimento negro, e reivindicaram vários tipos de liberdade, dentre elas, a liberdade sexual.¹⁵

¹² BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 16.(a)

¹³ MUZART, Zahidé Lupinacci. A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Mariana Coelho: A evolução do feminismo* – subsídios para a sua história. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 14.

¹⁴ BLAY, Eva. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo, mar./mai., 2001.

¹⁵ DUARTE, Constância Lima. O feminismo no Brasil: história e protagonistas. In: DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice. *Mulheres de Minas: Lutas e Conquistas*. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008. p. 26-48.

Nesta dissertação, aproximamo-nos da concepção de Constância Lima Duarte. Portanto, as feministas em pauta pertenceram ao segundo “momento-onda”; eram aquelas que construíram e divulgaram seus ideais através da imprensa. Além disso, de acordo com os conceitos de Buitoni, a imprensa que pesquisamos poderia ser denominada “progressista”, pois, para a autora:

No século XIX, encontramos duas direções bem definidas na imprensa feminina: a tradicional, que não permite liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação.¹⁶

É interessante notar que essas características da imprensa feminina brasileira do século XIX são bem semelhantes às da imprensa francesa. Evelyne Sullerot divide a história da imprensa francesa em dois planos: o dos deveres e o dos direitos. A imprensa que se adéqua ao primeiro plano trata de estilos, modas e convenções, a qual se desenvolveu ainda no século XVIII e era voltada para a aristocracia. Na época, houve uma redução das poesias veiculadas nos jornais; os folhetins se mantiveram e aumentou o volume de meditações sobre a vida, a religião, a moral, o amor, a maternidade e o papel da mulher. Já a imprensa dos direitos, abordava revoltas e responsabilidades. Com o intuito-instrumental, Sullerot denomina esses jornais de “feministas”, mas enfatiza que a maioria não sonhava com a conquista do voto. Suas preocupações eram mais imediatas, como o direito à alfabetização das mulheres; o direito ao divórcio; o direito de inserir-se na faculdade e adquirir uma carreira; o direito ao trabalho remunerado e à igualdade salarial.¹⁷

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar os projetos de emancipação feminista construídos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo, em fins do século XIX. Para tanto, utilizamos como fonte os jornais fundados por Francisca Diniz – *O Sexo Feminino*, *Primavera* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* –, além de um romance escrito por ela em parceria com uma de suas filhas, intitulado *A Judia Rachel*. Pesquisamos também o jornal *A Família*, de propriedade de Josephina Alvares de Azevedo.

Francisca Diniz e Josephina de Azevedo não estavam sozinhas nesse tipo de empreendimento, em nosso país. Tivemos outras mulheres que elaboraram propostas de

¹⁶ BUITONI, Dulcília. *Op. cit.*, p. 47 (b)

¹⁷ SULLEROT, Evelyne. *La presse féminine*. Paris: Armand Colin, 1966. p. 7-9.

emancipação durante todo o século XIX, como Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália de Campos, Revocata de Melo, Julieta de Melo Monteiro, Presciliana Duarte de Almeida, Maria Benedicta Camara Bormann e Júlia Lopes de Almeida.¹⁸ Cada qual utilizou um meio de construção e divulgação de suas propostas, como jornal, poesia e prosa.

A escolha das duas redatoras justifica-se pelo material utilizado para divulgação das propostas, pelo local e período de circulação, pelos tipos de concepções propagadas e, principalmente, pela pequena produção historiográfica sobre as mesmas. Explico:

Na década de 60 do século XX, a pesquisadora June Hahner veio ao Brasil, para pesquisar no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ela foi uma das primeiras estudiosas a divulgar a riqueza material do acervo da BN, em se tratando de impressos femininos. Como resultado desse trabalho, Hahner publicou *A mulher no Brasil*¹⁹ e *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*,²⁰ nas quais indicou, de forma mais ampla, inúmeros jornais femininos da segunda metade do século XIX, disponíveis para leitura e pesquisa.

Naquele momento, boa parte da historiografia brasileira ainda não tinha voltado os olhos para os estudos das mulheres, das relações de gênero e da imprensa. Por esse motivo, muitos dos impressos mencionados por Hahner só foram estudados mais detidamente nas décadas de 1990 e 2000. Entretanto, não se pode negligenciar os importantes trabalhos de Heleieth Saffioti, Maria Odila Leite da Silva Dias, Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, Norma Telles, Margareth Rago, Rachel Soihet, Magali G. Engel, Maria Fernanda Baptista Bicalho, que foram fundamentais para a consolidação dos estudos das mulheres no Brasil.

Nesse momento, vale retomar a trajetória da inserção da temática da mulher na historiografia. A “grande reviravolta” da disciplina história, ocorrida nas últimas décadas, privilegiou temáticas e grupos anteriormente negligenciados. Tal retomada contribuiu para que os estudiosos voltassem o olhar também para as mulheres. Importante, nessa onda, foram os estudos na área da história cultural, que privilegiaram as identidades coletivas de variados grupos, como escravos, operários, camponeses e

¹⁸ Para um panorama sobre os projetos dessas mulheres, ver: TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto. p. 401-442.

¹⁹ HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁰ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1897)*. São Paulo: Braziliense, 1981.

pessoas comuns. Nessa pluralização dos objetos de estudo, as mulheres foram incluídas.²¹

Segundo Margareth Rago, a recente inserção das mulheres na historiografia revela uma ampliação do próprio discurso historiográfico que, anteriormente, limitava-se a refletir sobre o sujeito universal ou sobre as práticas estritamente masculinas: “Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante.”²²

Vale ressaltar que, mesmo antes dessa “reviravolta” da história, alguns estudiosos haviam produzido trabalhos que destacaram as mulheres em suas análises. Geralmente, menciona-se Michelet como pioneiro, quando produziu *La Femme*, em 1859. Nessa obra, o historiador entendia o movimento da história como resultado das relações entre os sexos, no qual entrava em conflito a mulher – relacionada à natureza – com o homem – ligado à cultura.²³

Já em fins do século XIX, o fortalecimento da história positivista fez com que as atenções voltadas para o estudo das mulheres sofressem uma recessão, devido ao privilégio dado à história política e ao espaço público²⁴ – na época, muito limitados para a participação da mulher.

No século seguinte, mais precisamente no final da sua segunda década, a Escola dos *Annales* iniciou uma nova abertura à história dos homens e de seu cotidiano. Apesar da escola não ter voltado o olhar diretamente para o sexo feminino, ela deixou as portas abertas para a concretização da História das Mulheres. Na década de 1960, os revisionistas marxistas também contribuíram, ao proporem como objeto de análise as massas populares e as mulheres do povo. Enfim, com o desenvolvimento dos campos da história das mentalidades e da história cultural, o interesse para o feminino entrou em voga. A psicanálise, a literatura, a lingüística e, principalmente, a antropologia foram importantes para os estudos sobre as mulheres.²⁵

²¹ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus e Elsevier Editora Ltda, 1997. p. 275.

²² RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81.

²³ DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 12.

²⁴ SOIHET, Rachel. *Op. cit.*, p. 276.

²⁵ *Ibidem*, loc cit.

Não podemos negligenciar a influência dos movimentos feministas para a concretização das linhas de pesquisas sobre as mulheres. De acordo com Rachel Soihet, as reivindicações em prol das mulheres tiveram início nos Estados Unidos e logo se espalharam pelo mundo. Tais reivindicações mostraram o interesse que os estudantes passaram a ter a respeito dos debates que estavam ocorrendo. Nesse momento, professores se uniram, propondo a instauração de cursos nas universidades, empenhados nos estudos sobre as mulheres. Ainda na década de 1960, países como França, Inglaterra e Estados Unidos criaram cursos, colóquios e grupos de reflexão para discutir o tema. No Brasil, tais ideias só chegaram na década seguinte.²⁶

No Brasil, os estudos historiográficos sobre as mulheres desenvolveram-se de forma mais lenta do que em áreas afins, como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia.²⁷ Afinal, segundo Miriam Moreira Leite, entre os historiadores havia um apego positivista ao documento oficial, no qual a “mulher só aparecia quando se exacerbava nas virtudes consagradas ou quando transgredia as regras do ‘bem viver’”. Entretanto, com a História Nova, as concepções de documento foram alteradas e os objetos de estudos diversificados. A partir de então, a História das Mulheres entra em cena. No caso específico do interesse pela mulher escritora e pela mulher leitora, o campo historiográfico recebeu contribuições dos estudos literários, após a década de 1970.²⁸

Segundo Margareth Rago, as pesquisas sobre as mulheres foram, inicialmente, influenciadas pela epistemologia da história social, que era marcada pelo marxismo. A partir da década de 1970, quando as estudiosas se interessaram pelo cotidiano feminino, houve uma preocupação em analisar a opressão capitalista e masculina sobre as mulheres. Assim, entraram em pauta as discussões sobre o mercado de trabalho, as desigualdades salariais, os assédios sexuais e as inúmeras formas de violência sofridas pelas mulheres. Entretanto, tais abordagens “acabaram por identificá-la [a mulher] como produto das determinações econômicas e sociais, vítimas das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante.”²⁹

²⁶ *Ibidem*, p. 276-277.

²⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. História das mulheres. *Revista USP*, São Paulo, v.23, p. 58, 1994.

²⁸ *Ibidem*, *loc. cit.*

²⁹ RAGO, Margareth. *Op. cit.*, p. 82.

Como exemplo de trabalho nessa linha, Rago menciona a obra pioneira de Heleieth Saffioti, publicada em 1969, *A mulher na sociedade de classes*.³⁰

Para Rago, as produções de historiadoras no Brasil só tiveram início com a brasilianista June E. Hahner, com a obra *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, publicada em 1981. Foi nessa década que surgiu o que a autora denomina de “segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres”. Nessa vertente, as historiadoras se preocuparam em apresentar as mulheres agindo na sociedade, criando estratégias de sobrevivência e lidando de várias formas com a dominação do sexo masculino. As estudiosas enfatizaram a atuação das mulheres enquanto sujeito histórico, ou seja, suas potencialidades de luta e de transformação das formas de viver em sociedade. Rago menciona como exemplos dessa vertente, o trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, publicado em 1984, e sua própria obra, *Do cabaré ao lar*, de 1985.³¹

De acordo com Margareth Rago, nos trabalhos elaborados na década de 1980 pelas historiadoras brasileiras, apesar das diferenças metodológicas, em todos eles:

Registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade.³²

Foi ainda nessa década que a história das mulheres conquistou estatuto próprio, afirmando-se como área de interesse nas universidades.³³ Para Rago, os trabalhos dessa segunda vertente tinham bastante inspiração nas obras de Thompson, que lançou uma crítica ao marxismo, ao apontar os perigos de se trabalhar com estruturas prontas, como as classes sociais. Mais tarde, o próprio Thompson foi questionado por estudiosas como Joan Scott, que discordava de sua maneira de incorporar as mulheres no seu trabalho sobre a classe trabalhadora. Não bastava colocar a mulher dentro de uma “grande

³⁰ *Ibidem*, loc. cit.

³¹ *Ibidem*, loc cit.

³² *Ibidem*, p. 83.

³³ *Ibidem*, p. 84.

narrativa pronta” e conceber a categoria “mulher” como algo fixo, desconsiderando as multiplicidades do sujeito.³⁴

Segundo Rachel Soihet, a emergência da história das mulheres acompanhou o movimento feminista para a melhoria de vida das mulheres e também para a ampliação dos estudos históricos, ou seja, tanto os movimentos políticos quanto os acadêmicos passaram a questionar a homogeneidade da categoria “mulheres”. Tais questionamentos culminaram na introdução da “diferença” nos estudos históricos sobre as mulheres. A categoria analítica “mulheres” foi fragmentada, aceitando a existência de múltiplas identidades femininas.³⁵

A partir de então, começa-se a discutir “gênero”, conceito muito difundido através dos estudos de Joan Scott, na década de 1980. A historiadora compreende gênero de duas maneiras: a primeira, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos; a segunda, como uma forma primeira de significar as relações de poder entre os sexos.³⁶ Dessa forma, os trabalhos de gênero enfatizam, fundamentalmente, o caráter social e cultural das diferenças baseadas no sexo, distanciando-se das determinações biológicas. Além disso, insere as relações de poder entre os sexos e destaca a importância de estudar as mulheres em aspecto relacional com os homens, tornando inconcebível estudar as mulheres separadamente do sexo oposto.³⁷ Joan Scott propõe o afastamento dos trabalhos meramente descritivos e a utilização de formulações teóricas, com o objetivo de fazer dos trabalhos não apenas um estudo “das coisas relativas à mulher”, mas sim, de dotá-los de uma força analítica suficiente para questionar e alterar os paradigmas historiográficos existentes.³⁸

Atualmente, a diversidade de trabalhos na área da História das Mulheres e das Relações de Gêneros é significativa, enveredando pelas linhas como as de história social, história cultural, história política e demografia histórica. Apesar desse avanço significativo ocorrido nas últimas décadas, ainda há muito o que discutir, refletir e escrever a respeito das mulheres.

Após a apresentação desse panorama sobre a construção do conhecimento histórico, podemos perceber que a credibilidade dada à produção científica sobre/pelas

³⁴ *Ibidem*, p. 86.

³⁵ *Ibidem*, p. 277.

³⁶ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 54, v.27, p. 290, dezembro, 2007.

³⁷ *Ibidem*, p. 288.

³⁸ *Ibidem*, p. 289.

mulheres foi um processo longo e árduo. Observamos que foi necessário que vozes se levantassem em prol da importância da inserção dos estudos femininos na historiografia e áreas afins, e ainda que as mulheres provassem sua competência no meio acadêmico. Apesar da existência, ainda hoje, de preconceito de gênero na sociedade e nas academias, tais ideias já não são mais majoritárias.

Maria Odila Leite da Silva Dias nos lembra de que são muitos os obstáculos enfrentados por aqueles que se enveredam nos estudos sobre as mulheres, pois essa é uma área repleta de incertezas e ambiguidades, que precisa ser documentada e refletida, mas que é resistente a definições.³⁹ É nesse interessante campo de estudo, que nos traz novas revelações e muitos questionamentos, que desenvolvemos a pesquisa que apresentamos. Portanto, esta dissertação almeja contribuir com a historiografia brasileira sobre as mulheres, analisando as produções de duas instigantes jornalistas do século XIX, sob a perspectiva das relações de gênero.

Atualmente, muitos autores reconhecem a importância da imprensa para a construção do conhecimento histórico, mas nem sempre essa fonte de pesquisa foi considerada confiável. A credibilidade dada aos impressos se propagou após a mudança de concepção dos documentos, proposta pela terceira geração dos *Annales*.⁴⁰ Segundo Maria Helena Capelato, atuando, ao mesmo tempo, nas esferas pública e privada, o jornal desempenha um papel singular na história. Sua importância para o conhecimento do passado e do presente é, hoje, incontestável.⁴¹

Capelato relaciona a esfera pública da imprensa com o aspecto político; já o privado, é relacionado com o empresarial. Dessa forma, a autora afirma que “a informação é um direito público”, mas que a atividade jornalística está veiculada a um setor privado. Esse fato interfere, diretamente, no caráter da informação, pois a própria equipe expressa uma opinião pública. Então, o que deveria ser a voz do povo, torna-se porta voz dos dominantes. Nessa interação, o público e o privado se separam por um limite muito estreito, pois “os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal”.⁴²

³⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, p. 39.

⁴⁰ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-116.

⁴¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988. p. 20.

⁴² *Ibidem*, p. 18.

Dentre os jornais mencionados nas obras de June Hahner estão *O Sexo Feminino* e *A Família*. Apesar dos estudiosos saberem da existência dos mesmos, ainda hoje poucos trabalhos exaustivos foram produzidos através de suas análises. Sobre o jornal *O Sexo Feminino*, tivemos acesso a três dissertações de mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizadas nos departamentos de Educação,⁴³ História⁴⁴ e Letras.⁴⁵ Sobre *A Família*, há uma dissertação de mestrado⁴⁶ e um trabalho final de bolsista da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁴⁷ Apesar da qualidade e relevância dos trabalhos produzidos, até o momento as análises foram feitas focando apenas uma das redatoras (Francisca Diniz ou Josephina de Azevedo). O nosso objetivo é estabelecer relações entre as produções de ambas e colocar em evidência a contribuição das colaboradoras na construção dos projetos de emancipação feminina veiculados na imprensa de sua época.

Outras pesquisadoras perceberam a relevância do estudo das produções femininas na segunda metade do século XIX, em nosso país. Veja o que Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma no prefácio da obra de Thereza Bernardes:

Outra revelação foi a importância e a intensidade de um movimento feminista que já vinha à tona em 1852, e que ganhava vigor através do tempo; movimento tão amplo em seus temas que praticamente englobava tudo quanto formaria o conjunto de reivindicações feministas até a conquista do direito de voto, em 1932, oitenta anos mais tarde [...]⁴⁸

Apesar de o século XIX ter sido o período marcado pela nítida separação dos espaços e papéis entre os sexos, ou seja, pela construção de pensamentos como o de que a cozinha, o romance e os laços biológicos com os filhos pertenciam ao âmbito feminino; e a rua, os *meetings* e os laços sociais faziam parte do mundo masculino, acreditamos que, naquele século, não havia uma distinção rígida entre as relações que se davam no espaço público e no privado. A presença da mulher na imprensa é o ponto no

⁴³ NASCIMENTO, Cecília Vieira. *O Sexo Feminino em Campanha pela Emancipação da Mulher* (1873-1874). Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2004.

⁴⁴ ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX* (1873-1880). Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

⁴⁵ ROSA, Gerlice Teixeira. *Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2011.

⁴⁶ SOUTO-MAIOR, Valéria. *O Florete e a Máscara*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.

⁴⁷ OLIVEIRA, Karine da Rocha. Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX, através das páginas do jornal *A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

⁴⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Prefácio. In: BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Op. cit.*, p. XIV.

qual nos apoiamos para questionar tais divisões construídas *a priori*. Sejam como leitoras, como colaboradoras ou como redatoras de jornais, as mulheres romperam com a dicotomia das esferas separadas, ou seja, apesar das pressões sociais que indicavam o âmbito privado como lugar perfeito para o cotidiano feminino, houve mulheres que não se adequaram à ordem, questionaram tais imposições e buscaram apoio de outros homens e mulheres, para desconstruir a concepção de que o espaço público era exclusivamente masculino. Através dos jornais, elas tiveram acesso a discussões que, teoricamente, eram restritas ao dito sexo forte; tiveram a liberdade de tornarem públicas suas ideias, puderam exercer uma função fora do lar e, ainda, conseguiram questionar alguns preceitos da ordem vigente, juntamente com os argumentos que a sustentavam. Portanto, mesmo com a tentativa de legitimação da separação das esferas masculina e feminina, algumas mulheres, como Francisca Diniz e Josephina Azevedo, romperam tais limites e atuaram nos espaços ditos masculinos.

Logo na abertura do jornal *A Família*, Josephina Alvares de Azevedo argumentou que a mulher vivia uma injustiça histórica, pois em vez de companheira do homem, ela vivia na escravidão. De acordo com a jornalista, os homens eram responsáveis por manter a mulher silenciada em casa, já que eles impediam que as mulheres exercessem seus direitos. Entretanto, Josephina Azevedo se colocou em luta contra toda forma de submissão feminina, tendo afirmado:

Eu não pretendo, qual Joana d’Arc, de uma cruzada santa, conduzir exércitos á Victoria, desfraldando o estandarte aurifulgente da legitima e sagrada – Emancipação da mulher, – porque não tenho força nem talento para tanto; mas não deixarei jámais de pensar assim e dizer francamente aquillo que penso [...] ⁴⁹

Como bem explicitou Josephina Azevedo, sua luta era pela expressão de seu pensamento na imprensa. Afinal, a sociedade oitocentista, não apenas no Brasil, almejava recusar a palavra pública às mulheres. Como bem mostrou a historiadora Perrot, restaurar a ordem significava “impor silêncio às mulheres”. Além disso, vigorava a ideia de que “as mulheres ‘adequadas’ não falam de política; é inconveniente e mal-educado”.⁵⁰ A jornalista Josephina rompeu com o ideal da época, que almejava manter as mulheres ausentes do meio público – inclusive da imprensa –, para dificultar a propagação de seus ideais. Além disso, não podemos negligenciar o fato de que, em

⁴⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares. *A Família*, São Paulo, 18/11/1888. Seção A Família. p. 1-2.

⁵⁰ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 464. (a)

nome das famílias dominantes, muitas mulheres exerciam poder político informal, lideravam, manifestavam-se e impunham seu ponto de vista.

Ao analisar mulheres como Josephina de Azevedo e Francisca Diniz, que fizeram do seu cotidiano algo excepcional para a época, nós precisamos ter em mente que, enquanto pesquisadores, é necessário desconstruir os valores ideológicos e buscar o conhecimento histórico concretamente. Mas como fazer isso? Segundo Maria Odila Dias, é preciso delimitar o tempo e o espaço, para conseguirmos redescobrir os papéis informais e as situações peculiares que nos encaminham a reconstituições de processos sociais que não estão presentes no enquadramento unicamente normativo. Ainda é preciso considerar que:

Documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista estritamente o normativo.⁵¹

A historiadora nos mostra que a procura pela especificidade histórica – que não é fruto de racionalidades – permite o fortuito, a inventividade e a “liberdade de ação dos agentes históricos”. Para ela, é justamente isso que permite perceber, no trabalho de análise de processos históricos, a reelaboração de um futuro mais livre, sem enquadramentos nos limites estruturais. Por isso, a teoria feminista se embrenha em desbravar o cotidiano sob o viés histórico, afinal, ao juntarmos informações específicas sobre a experiência de mulheres na sociedade confrontamos os valores culturais de dominação.⁵² Para Maria Odila Dias, esse trabalho se trata do “aperfeiçoamento da hermenêutica do cotidiano”.⁵³

Retornando às jornalistas, de acordo com Valéria Souto-Maior, Josephina Alvares de Azevedo saiu do Recife e se dirigiu para São Paulo, onde fundou o jornal *A Família*, em 1888. No ano seguinte, a redatora mudou-se para o Rio de Janeiro com a

⁵¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 40.

⁵² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, p. 50-51.

⁵³ Para maiores esclarecimentos sobre a proposta de Maria Odila Dias, ler o artigo referenciado. A nosso ver, tal passagem, da página 51, é esclarecedora: “A hermenêutica do cotidiano, que consiste na teoria possível dos estudos feministas, remete por sua vez à hermenêutica das Ciências Sociais. Os estudos feministas abrem-se para um campo essencialmente multidisciplinar, onde a perspectiva de uma pluralidade de métodos é interessante e mesmo imprescindível para a reconstituição crítica da experiência social das mulheres, de modo a documentar toda a sua diversidade e a explorar *ad infinitum* as diferenças [...] A crítica da racionalidade e a perspectiva histórica colocam-se de novo diante do desafio da busca de uma nova racionalidade ou *phronesis* da teoria feminista e das humanidades.”

meta de propagar, com mais intensidade, suas ideias e conquistou seu objetivo.⁵⁴ Dado esse corroborado pela informação que encontramos no número 100 do jornal, onde Josephina afirmou ter 2.000 assinantes do periódico *A Família*.⁵⁵

Em relação ao jornal de Francisca Diniz, Buitoni afirma que ele tinha uma tiragem de 800 exemplares, para uma população de apenas 1.158 letradas na cidade de Campanha.⁵⁶ De acordo com June Hahner, quando o jornal de Francisca Diniz passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, sua tiragem subiu para 2.400 exemplares.⁵⁷

De acordo com Souto-Maior, havia certa rivalidade entre as proprietárias. A autora acredita na possibilidade de que a “percepção radical” de Josephina Alvares de Azevedo pudesse julgar o periódico de Francisca Diniz como de mero entretenimento, “a ponto de fazê-la não o considerar um jornal da mesma natureza que o seu”.⁵⁸

Tais reflexões nos levam às seguintes questões: existia realmente uma rivalidade relativa a projetos de emancipação e concepções sobre como devia ser um jornal que defendesse os interesses da mulher? Ou a rivalidade entre Josephina de Azevedo e Francisca Diniz era forjada, com o intuito de conquistar um maior público leitor, utilizando como estratégia a supervalorização de um impresso, em detrimento do outro?

É nosso objetivo, pois, nesta dissertação, discutir questões como a educação feminina; a mulher no mercado de trabalho; o matrimônio; a mãe de família; o sufrágio feminino; a mulher na imprensa; a rede de diálogos dos jornais; as estratégias utilizadas pelas redatoras para difundir suas ideias e conseguir mais adeptas à causa feminina; a produção literária; o posicionamento das redatoras em relação à campanha abolicionista; as reformas eleitorais, principalmente a de 1881, e perceber se as mesmas acompanhavam as políticas educacionais do parlamento e as concepções políticas e históricas das mulheres, em fins do século XIX. A preocupação com essas questões está relacionada com a necessidade de desconstruir ideias generalizantes sobre as mulheres e os movimentos feministas no Brasil.

Para a análise das fontes, alguns conceitos foram elucidativos. Segundo Lilia Schwarcz, as seções do jornal oferecem “pedaços de significação, que se amoldam uns

⁵⁴ SOUTO-MAIOR, Valéria. *Op. cit.*, p. 48.

⁵⁵ AZEVEDO, Josephina de. Companhia Imprensa Familiar. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/04/1891. p. 2.

⁵⁶ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 52.

⁵⁷ HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 61.

⁵⁸ SOUTO-MAIOR, Valéria. *Op. cit.*, p. 57.

aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se, mas que, de toda forma, parecem construir uma espécie de caleidoscópio onde, com um único jogo e com os mesmos elementos, formam-se múltiplas imagens”.⁵⁹ Assim, se num primeiro momento o impresso parece um todo fragmentado com informações desconexas, ao longo da leitura percebemos seções que se interligam e outras que se contradizem em alguns momentos, de maneira até funcional.⁶⁰

Para além das questões internas dos periódicos, é importante empregar o conceito de “dialogicidade”, da maneira como compreende Mikhail Bakhtin, para analisarmos o diálogo estabelecido entre os jornais. Segundo o autor, o discurso não se contrapõe apenas ao seu objeto; existem entre ambos, discursos de outros, ou seja, discursos “alheios” sobre o mesmo objeto e sobre o mesmo tema. Dessa forma, orientado para o seu objeto, o discurso penetra num “meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações”, entrelaçando-se com eles em “interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros”. Enunciado num dado momento social e histórico, “o discurso não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social”.⁶¹

A título de exemplo, vamos analisar a fonte, considerando sua lógica interna e os discursos externos. Francisca Diniz inseriu na seção “Variedades” um escrito do bispo do Pará, que lista quais eram as obrigações dos maridos e das mulheres casadas. Veja:

Obrigações do marido

- 1°. Amar a esposa, como Jesus-Christo ama a sua Igreja.
- 2°. respeitá-la como sua companheira.
- 3°. Dirigir-a como lhe sendo sujeita.
- 4°. Guardar-lhe todo o amor e fidelidade.
- 5°. Sustentar-a com decência.
- 6°. Soffrer-a com paciência.
- 7°. Ajudar-a com caridade.
- 8°. Reprehender-a com benignidade.
- 9°. Exhortar-a ao bem com palavras, e inda mais com o exemplo.
10. Não offendê-la, nem deshonrar-a por factos, nem por palavras.

⁵⁹ SCHWACZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 99.

⁶⁰ *Ibidem*, loc. cit.

⁶¹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. Trad. de Aurora Fornoni Bernadini e outros. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 86.

11. Não fazer, nem dizer cousa em presença dos filhos, ainda que pequenos, que lhes possa servir de escandalo.

Obrigações da mulher casada

- 1°. Amar o marido.
- 2°. Respeital-o como seu chefe.
- 3°. Obedecer-lhe com affectuosa promptidão.
- 4°. Advertil-o com discrição e prudencia.
- 5°. Responder-lhe com toda a mansidão.
- 6°. Servil-o com desvelo.
- 7°. Calar, quando o vir irritado.
- 8°. Tolerar com paciencia seus defeitos.
- 9°. Não ter olhos, nem coração para outro.
10. Educar catholicamente os filhos.
11. Ser muito attenciosa e obediente para o sogro e sogra.
12. Benevola com os cunhados.
13. Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a familia.

(*Conselhos do bispo do Pará, D. Antonio*)⁶²

Para o leitor que se depara com esse trecho isolado, pode imaginar que Francisca Diniz era uma mulher extremamente conservadora e não mantinha vínculo algum com a emancipação feminina. Entretanto, com a leitura de todo o número do jornal em que a transcrição foi publicada, o leitor, logo na primeira página, depara-se com o seguinte trecho da redatora:

O Sexo Feminino, periódico que pela primeira vez vio a luz na cidade da Campanha, província de Minas, em 7 de Setembro de 1873, e que ora continúa nesta Côrte, saúda o dia de hoje com duplo prazer e entusiasmo, pois que tem em frente vivamente desenhado o quadro das duas independências, *a da Nação brasileira e a da racional emancipação, educação e instrução da mulher*, nova idéa proclamada e defendida desde aquelle dia 7 de Setembro de 1873.⁶³

É devido a esse tipo de ocorrência que a ideia de “pedaços de significação”, proposta por Schwacz, é importante para compreendermos a lógica interna do jornal na construção de significados. Afinal, Francisca Diniz lutava pela emancipação feminina, mas não questionava algumas funções ditas femininas, como: cuidar do lar, educar os filhos e zelar pelo marido. Em relação à rede de discursos presentes nos trechos transcritos, podemos perceber o diálogo entre discurso da Igreja Católica, discurso nacionalista e discurso emancipador. Na escrita de Francisca Diniz, essa teia discursiva

⁶² OBRIGAÇÕES DO MARIDO. *O Sexo Feminino*, Campanha. 12/09/1875. Seção Variedades. p. 3.

⁶³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O dia 7 de setembro. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 12/09/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1. [Grifos no original]

se articulava para construir um discurso em prol dos direitos femininos, veiculado na imprensa.

Ainda pensando nessas questões metodológicas, é interessante pensar a relação entre a formatação dos jornais femininos face aos demais periódicos da segunda metade do século XIX. Observamos, inicialmente, que a formatação do jornal *O Sexo Feminino* se assemelhava muito aos jornais produzidos por homens, em fins do século XIX: composto por quatro páginas, na primeira delas era veiculado o editorial – que tinha o nome do próprio jornal – e mantinha com certa permanência as seções “Variedade”, “Noticiários” e “Avisos”. Seria a formatação do jornal uma estratégia para adquirir credibilidade na sociedade, ao publicar um jornal feminino mantendo algumas seções semelhantes aos demais periódicos circulantes?

Em contrapartida, o tamanho das letras e a diagramação do jornal de Francisca Diniz eram bem maiores. Observe:

Imagens 1 e 2: Primeira página do jornal *O Sexo Feminino* e *A Província de São Paulo*.

Seria essa estrutura mais didática do jornal feminino uma maneira de atrair as leitoras (já que muitas mulheres tinham a carga de leitura reduzida, devido ao tipo de educação que recebiam e aos afazeres a elas destinados, muito mais relacionados às atividades práticas do que intelectuais)? Ou seria apenas falta de recursos para

⁶⁴ Disponível em: http://www.portais.unincor.br/recorte/images/artigos/edicao8/8_artigo_aparecida.html. Acessado em 12 de janeiro de 2012.

⁶⁵ Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/documento4_b.htm. Acessado em 12 de janeiro de 2012.

tipografar o jornal numa prensa mais moderna, que permitia a publicação de mais texto por folha?

De modo distinto, Josephina Alvares de Azevedo publicou *A Família* – na maior parte do tempo – em formato de revista, que circulava semanalmente contendo oito páginas. Nessas páginas, não era comum aparecer o nome de muitas seções separando conteúdos específicos, como ocorria, com frequência, nos jornais de fins do século XIX. Josephina Azevedo, geralmente, separava o jornal em apenas três seções: “Expediente”, na qual concedia breves informações aos leitores; “A Família”, seção na qual a redatora escrevia o editorial; e “Como nos tratam”, local em que transcrevia os trechos que a imprensa contemporânea publicava a respeito do seu periódico. Os demais artigos publicados pelas colaboradoras e pela própria Josephina Azevedo eram colocados ao longo da revista, separados apenas pelos títulos. Mas vale ressaltar que, aos poucos, a redatora foi lançando novas seções como: “Theatros”; “Indicador” e “Novidades”.

Segundo Buitoni, no século XIX, “o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual”.⁶⁶ Dessa forma, seria o entretenimento, a poesia, os relatos de viagem e a ficção que definiria um impresso oitocentista como revista.⁶⁷

A afirmação de Buitoni nos traz uma questão: apesar de também veicular entretenimento, o jornal de Francisca Diniz preocupou-se em manter a formatação padrão de jornal e, ainda assim, era considerado por Josephina Azevedo como um jornal que se preocupava com coisas menores, deixando a emancipação da mulher em segundo plano.⁶⁸ Em contrapartida, *A Família* circulou, durante quase todo o tempo, no formato de revista e se considerava o “único dedicado às questões úteis, em relação à mulher”.⁶⁹ Dito isso, é possível afirmar que a materialidade dos impressos complementava as propostas difundidas? Ou as redadoras não tinham consciência desse tipo de distinção mostrado por Buitoni e escolhiam o formato do impresso baseado em outras questões, como a quantidade de texto disponível para publicação?

Partimos da hipótese de que as propostas de emancipação das duas jornalistas guardavam suas peculiaridades, o que poderia causar tal rivalidade. Entretanto, suas

⁶⁶ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Op. cit.*, p. 17. (a)

⁶⁷ *Ibidem*, *loc. cit.*

⁶⁸ SOUTO-MAIOR, Valéria. *Op. cit.*, p.56-57.

⁶⁹ AZEVEDO, Josephina Álvares de. *A Família*, 30 jan. 1890 *Apud*: SOUTO-MAIOR, Valéria. *Op. cit.*, p. 57.

desavenças eram mais complexas do que o julgamento de excesso de entretenimento. Possivelmente, as disparidades de concepções envolviam diferenças étnicas e de classe social, por exemplo.

Para analisarmos tais questões, organizamos nossa dissertação em dois capítulos. No primeiro capítulo, analisamos as ideias de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, professora mineira, romancista, casada, mãe de três moças, religiosa e enfática defensora da emancipação da mulher através da instrução e educação. No segundo capítulo, discutimos as concepções de Josephina Alvares de Azevedo, pernambucana, professora, teatróloga e engajada no sufrágio feminino e na emancipação da mulher por meio da educação de qualidade. Ao fim, elaboramos as considerações finais sobre esses olhares femininos emancipadores da segunda metade do século XIX. Incluímos, ainda, apêndices e anexos a este trabalho, com o intuito de detalhar algumas análises e aproximar o leitor das produções das redatoras.

São por essas tramas impressas, que convidamos o leitor a percorrer conosco no texto que apresentamos.

1. Francisca Senhorinha da Motta Diniz: professora, jornalista, mãe, esposa, e, sobretudo, educadora!

“Emancipar a mulher é quebrar as cadêas com que por tantos seculos os homens hão arroxeados-lhes os pulsos!”⁷⁰

Neste capítulo, analisaremos as ideias veiculadas por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas colaboradoras, nos jornais *O Sexo Feminino*, *Primavera* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Francisca Senhorinha da Motta Diniz era natural de São João Del-Rei, com filiação de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos.⁷¹ Francisca Motta foi casada com José Joaquim da Silva Diniz, também professor⁷² e proprietário de um jornal circulado na Cidade da Campanha, intitulado *O Monarchista*. José Diniz imprimia o seu jornal e o de sua esposa em sua própria tipografia, cujo nome era idêntico ao do seu periódico.⁷³ Durante sua estadia em Campanha, a redatora lecionou na Escola Normal e, quando se mudou para o Rio de Janeiro, fundou o Collegio Santa Isabel e a Escola Doméstica, em parceria com suas filhas, Amélia, Albertina e Elisa Diniz.⁷⁴

O Sexo Feminino foi fundado no dia 7 de setembro de 1873, na Cidade da Campanha (MG), por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. O periódico foi publicado naquela cidade mineira por exatamente um ano, até o dia 7 de setembro de 1874. Nessa época, a redatora e proprietária, Francisca Diniz, mudou-se para a capital federal, onde continuou a publicar seu periódico, a partir de 22 de julho de 1875. O periódico foi publicado até o dia 22 de abril de 1876, sem grandes problemas quanto aos recursos

⁷⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. A racional emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

⁷¹ BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro Apud* ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Op. cit.*, p. 21.

⁷² “A redacção desta folha tem ultimamente recebido certos periodicos que, por tratarem quasi exclusivamente de instrucção, são de enexcessivel valor para a redactora que é professora publica com seu marido professor de pedagogia da escola normal desta cidade.” DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Novos jornaes. *O Sexo Feminino*, Campanha, 21/02/1874. Seção Noticiario. p. 4.

⁷³ Francisca Diniz mudou de tipografia apenas quando se mudou para o Rio de Janeiro.

⁷⁴ DINIZ, Francisca da Motta. Escola Domestica Marianna da Fonseca: Associação para a educação de meninas. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 06/12/1890. p. 3.

Além de optarem pelo magistério, Elisa Diniz foi folhetinista do periódico, escrevendo o romance *A Diva Isabela*, e Amélia Diniz foi responsável pelas traduções dos artigos em língua francesa e deu aulas de piano. Albertina Diniz foi co-autora do romance de Francisca Diniz, *A Judia Rachel*. Segundo o Dicionário Virtual, Mulher 500 anos por Baixo dos Panos, Albertina Diniz defendeu a abolição da escravidão na imprensa e em manifestações públicas. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-detalhes.asp?cod=75>. Acessado em: 17 de março de 2009.

financeiros e à periodicidade. Mas, nesse ano de 1876, encontramos um aviso de que a redatora e toda a família estavam com febre amarela e, por isso, retiraram-se da corte; por esse motivo, o jornal deixaria de ser semanal e passaria a ser mensal. Porém, o aviso não foi cumprido e a publicação do jornal retornou no dia 2 de junho de 1889. Nesse intervalo, Francisca Diniz criou mais dois periódicos: *Primavera*, que circulou apenas no ano de 1880; e *A Voz da Verdade* – o qual não encontramos para pesquisar.⁷⁵ A partir do dia 15 de dezembro de 1889, o jornal *O Sexo Feminino* passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, tendo circulado até 6 de dezembro de 1890.⁷⁶

1.1 Programa, defesas e críticas

O primeiro número do jornal *O Sexo Feminino* expôs, em seu editorial,⁷⁷ cujo título era “A educação da mulher”, a que vinha e quais eram suas metas a serem atingidas:

Zombem muito embora os *pessimistas* do apparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; [...] persigão os *retrogrados* com seus diterios de chufa e mofa nossas conterraneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* apparece, hade lutar, e lutar até morrer [...]

O século XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais da metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de casa* [...]

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia* e *medicina domestica*, a *puericultura*, a *litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia*, a *historia*, a *geographia*, a *physica*, a *chimica*, a *historia natural*, para coroar esses estudos a *instrucção moral e religiosa*; que *estas meninas assim educadas* não dirão quando moças essas tristes palavras:

⁷⁵ Encontramos a informação de que Francisca Diniz fundou o periódico *A Voz da Verdade*, mas não encontramos no para pesquisar. Ver: BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHHER, Schuma (Orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 246.

⁷⁶ Cecília Vieira do Nascimento e Bernardo J. Oliveira afirmam que *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* durou até o ano de 1893. Ver: NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. *Op. cit.*, p. 432. Em contrapartida, Fernanda Alina Almeida possui dados semelhantes ao de nossa pesquisa, afirmando que a duração do *Quinze de Novembro* foi até o ano de 1890. Ver: ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Op. cit.*, p. 37.

⁷⁷ Precisamos esclarecer que vários editoriais e artigos dos jornais de Francisca Diniz não continham assinatura. Todos aqueles que conseguimos identificar, através da leitura do próprio texto, que a autoria era de Francisca Diniz, inserimos seu nome como autora.

“Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!”

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não saberão coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc, etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.

[...] ⁷⁸

No título do editorial, Francisca Diniz já deixava claro qual era sua principal bandeira: a educação da mulher. Ao longo das leituras de seu periódico, observamos novas defesas, mas a educação permaneceu como o cerne de sua luta. Através desse primeiro editorial, observamos que a redatora reconhecia que a luta por direitos femininos era difícil, devido à oposição existente no período, mas ela se mostrou confiante ao afirmar que, ainda no século XIX, seus objetivos seriam conquistados. Outro aspecto importante desse texto é a tentativa de convencimento de Francisca Diniz ao se dirigir aos pais, argumentando que o desenvolvimento intelectual não era incompatível com os dotes domésticos. É importante perceber que a defesa do acesso a uma educação de qualidade pelas mulheres também estava relacionada à inserção das mesmas no mercado de trabalho, com o intuito de adquirir uma remuneração e conseguir independência financeira. Esse editorial funcionou como uma breve abertura das defesas da redatora, pois, ao longo dos próximos números, percebemos que várias questões aqui mencionadas serão aprofundadas.

Não podemos deixar de observar algumas palavras e termos utilizados pela redatora: “retrogrados”, “luz do progresso”, “seculo das luzes”. Essas palavras serão repetidas por Francisca Diniz durante toda a sua trajetória jornalística. O leitor observará que aparecerão outras expressões como “Racional Emancipação da Mulher”, “regeneração dos costumes” e “progresso scientifico”. Apesar de a professora utilizar essas palavras de forma natural, sem fazer nenhum comentário específico a respeito, podemos perceber uma afinidade com as ideias positivistas, que tanto influenciaram o pensamento de intelectuais/políticos brasileiros.

Trabalho relevante sobre o tema é a obra *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*.⁷⁹ Angela Alonso analisa ideias de um grupo ativo na década

⁷⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A educação da mulher. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1. [grifos no original]

⁷⁹ ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

de 70 do século XIX, grupo esse que não era homogêneo, mas que compartilhava uma experiência que o unia: seus membros eram marginalizados pelas instituições imperiais. Assim, havia adeptos de pensamentos diversos, como o liberalismo e suas variações, o darwinismo e o próprio positivismo. Essas ideias eram utilizadas pelos brasileiros, não de forma apartada da realidade de seu país, mas como “modalidades de crítica ao *status quo* imperial”.⁸⁰ No caso de Francisca Diniz, em nenhum momento ela se autointituiu positivista, mas alguns pensamentos que ela publicava se aproximavam dessa corrente de pensamento. Tal como o grupo da geração de 1870, a redatora do jornal *O Sexo Feminino* usou os ideais positivistas de forma interativa com a realidade brasileira, entretanto, sua meta não era criticar especificamente o governo imperial, mas todos aqueles que eram contra a emancipação da mulher: os retrógrados.

O trabalho de Alonso revela outro aspecto importante do positivismo no Brasil, que é sua socialização entre os professores. Veja:

[Raimundo Teixeira] Mendes e [Miguel] Lemos se socializaram na literatura positivista numa sociedade organizada por professores, Benjamin Constant à frente, para o estudo da obra matemática de Comte e para efetivar sua biblioteca da humanidade. Era 1878. Esse grupo misto de alunos e professores fundou respectivamente a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, o Clube Abolicionista da Escola Politécnica e um Clube Republicano secreto [...]

A sociedade positivista de São Paulo formou-se quase exclusivamente por professores da Escola Normal[...]⁸¹

Francisca Diniz, como professora e leitora assídua de periódicos e obras estrangeiras, certamente teve contato com algumas das obras positivistas e, provavelmente, identificou-se com algumas de suas ideias. Quem sabe teve contatos mais diretos com esses ideais, através de grupos de discussão ou de palestras?

O que os periódicos *O Sexo Feminino*, *Primavera* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* nos revelam é que a redatora tinha afinidade com o conhecimento científico, almejava a regeneração da sociedade, sonhava com o progresso do Brasil, torcia para que seu país fosse civilizado e lutava, veementemente, pela Racional Emancipação da Mulher.

Apesar de algumas concepções positivistas não serem favoráveis à mulher, Alonso afirma que Nísia Floresta foi “mais que uma divulgadora do positivismo, foi

⁸⁰ ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *RBCS*, vol. 15, n. 44, p. 44, out-2000.

⁸¹ ALONSO, *Op. cit.*, p. 129-130; 143. (b)

transformada no ícone feminino do grupo”,⁸² o que, a nosso ver, significa que ao menos alguns membros eram favoráveis à melhoria de vida das mulheres naquela sociedade. Outra constatação de Alonso que fortalece nossa argumentação é o fato de que Rangel Pestana também era positivista.⁸³ Essa sentença é importante, pois sabemos que o jornalista Pestana foi um dos proprietários do *A Província de São Paulo* e casado com Damiana Pestana, mulher que era proprietária de um colégio para meninas e que usou as colunas do jornal do marido para defender, enfaticamente, a melhoria da educação do sexo feminino e o respeito pelas produções intelectuais das mulheres.⁸⁴

O grupo positivista analisado por Angela Alonso se autodenominava Positivistas Abolicionistas, pois, para eles, “o dogma positivista e a bandeira abolicionista eram indissociáveis”.⁸⁵ Nos escritos de Francisca Diniz, a questão da abolição da escravatura não apareceu de forma tão enfática, entretanto, a redatora se mostrava favorável ao fim da escravidão e, posteriormente, veremos que ao fundar colégios ela não negligenciava as crianças “de cor”; pelo contrário, ela achava fundamental sua inserção nas escolas de qualidade e sua participação na sociedade.

Nos artigos publicados por Francisca Diniz, a questão da abolição da escravatura não foi um tema muito debatido. Quando a redatora tocava no assunto, ficava claro que seu posicionamento era a favor da libertação dos escravos. No terceiro número de seu jornal, ela afirmou que a escravidão era um dos maiores crimes do século XIX;⁸⁶ entretanto, ela tratava dessa questão pontualmente e, geralmente, enfatizava o fato de que as mulheres eram tratadas como escravas ou que, mesmo após o fim da escravidão, a mulher permanecia escrava do homem. Apenas no periódico *Primavera*, pudemos observar um posicionamento mais explícito da professora em relação à abolição. Nesse periódico, que só tivemos acesso a sete números,⁸⁷ Francisca Diniz dedicou dois editoriais à questão dos escravos. Na maior parte de tais editoriais, a redatora transcreveu discursos de outras pessoas se pronunciando a favor da abolição, ideia essa

⁸² ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 210. (b)

⁸³ *Ibidem*, p. 144.

⁸⁴ Analisamos os artigos de Damiana Pestana, na monografia de conclusão de bacharelado, ver: SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Feminismo tipográfico, identidades e representações: a mulher na imprensa de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (1870-1890)*. Monografia defendida no Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, 2009.

⁸⁵ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 210. (b)

⁸⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

⁸⁷ Adquirimos no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro apenas os n°s 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 do periódico *Primavera*. Não sabemos até que número Francisca veiculou esse periódico, já que, no último número, não publicou nenhuma despedida e não encontramos essa informação na historiografia.

que ela corroborava. No editorial do dia 10 de outubro de 1880, Francisca transcreveu o discurso do abolicionista Marcolino Moura, que foi enfático ao descrever a forma cruel pela qual os escravos eram tratados; criticou a discussão sobre o fim do tráfico entre as províncias e apelou para a piedade e o patriotismo do presidente do conselho, com a finalidade de convencê-lo de que o tráfico de pessoas era desumano.⁸⁸ Já no segundo editorial, publicado no dia 17 de outubro de 1880, Francisca Diniz transcreveu o discurso de Brougham,⁸⁹ pronunciado no parlamento em 1827. Nesse discurso, o autor falou sobre a escravidão em algumas sociedades e argumentou que, com o progresso e a instrução, esse mal social chegaria ao fim.⁹⁰

Guacira Lopes Louro pontua que alguns indivíduos do século XIX, inspirados pelas ideias positivistas e cientificistas, defendiam um ensino para o sexo feminino que, “ligado ainda à função materna, afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência”.⁹¹ Nas fontes analisadas, tais concepções são recorrentes. A título de exemplo, veja um trecho publicado em 1873:

Derrame-se a instrução pela população deste vasto imperio [...] incuta-se no povo o amor á leitura; eduque-se a juventude de ambos os sexos; preparem-se as mulheres para dignas esposas, e ver-se-ha a *ignorancia*, o *fanatismo* e a *superstição*, estes trez inimigos peiores que a peste, a fome e a guerra, desaparecerem da face da terra, batidos e combatidos *pela sciencia*, ficando a humanidade alliviada do peso daquela trindade infernal.⁹²

A nosso ver, as concepções da professora Francisca Diniz tinham muita afinidade com a interpretação proposta por Guacira Louro; afinal, a redatora do jornal *O Sexo Feminino* foi uma mulher que defendeu por, pelo menos 18 anos, a emancipação feminina por meio da instrução, ou seja, a independência da mulher pelo conhecimento e pela ciência. Entretanto, a noção de “natureza feminina” estava arraigada em suas ideias, pois ela não abria mão da mulher exercer, com muito empenho, a função materna e o matrimônio, além de praticar, pelo bem da sociedade, sua bondade, sua caridade e os dons de educadora da humanidade.

⁸⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *Primavera*, Rio de Janeiro, 10/10/1880. Seção Primavera. p. 1-2.

⁸⁹ Provavelmente, Henry Brougham, escocês nascido no século XVIII e crítico do tráfico de escravos.

⁹⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *Primavera*, Rio de Janeiro, 17/10/1880. Seção Primavera. p. 1-2.

⁹¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 448.

⁹² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O periódico “A Luz”. *O Sexo Feminino*, Campanha, 18/10/1873. Seção Colaboração. p. 3-4. [Grifos no original]

A maneira pela qual Francisca Diniz compreendia e “utilizava” a História chamou nossa atenção. Sim, ela acreditava naquela História com “H” maiúscula, bem parecida com aquela defendida pelos ditos positivistas. Para a redatora, a História ensinava, julgava, servia de exemplo, mostrava como as sociedades funcionavam,⁹³ registrava os feitos dos grandes homens (e mulheres), caminhava linearmente para o progresso, ou seja, sua concepção lembrava a História *Magistra Vitae*.

Além de utilizar, com frequência, expressões como “lições da história”,⁹⁴ “o horizonte da humanidade nos mostra a linha do caminho que temos a percorrer”,⁹⁵ “obreiros do progresso”,⁹⁶ “caminhar das nações na senda do progresso”,⁹⁷ a redatora dedicou inúmeras colunas de seu periódico para traçar a biografia de mulheres que ela considerava grandes exemplos da História, e provavam que o sexo feminino sempre foi útil à sociedade e fez a diferença no progresso da civilização. Vejamos um trecho significativo:

As aureas leis de 28 de Setembro de 1871, e a de 13 de Maio de 1888, são acontecimentos immorredouros! E que bem alto attestam a energia e capacidade da mulher. A heroína que apresentou ao illustrado parlamento brasileiro a aurea lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888 mostrou que não somos, como dizem os pessimistas, entes fracos e aos quaes compete eterna tutela. Sabem todos que muitas vezes, apresentando-se difficuldades insuperaveis para os homens, são estas resolvidas por mulheres, que apparecem como que adrede para triumphar dos obstaculos e difficuldades. Diz-se neste caso foi o dedo da Providencia, e nós não o refutamos!...⁹⁸

Não podemos negligenciar o fato de que o periódico de Francisca Diniz começou a ser veiculado no dia 7 de setembro, data comemorativa da Independência do Brasil, ou seja, uma data de comemoração política de caráter cívico. Além disso, a mudança de nome do jornal, no ano de 1889, para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* também estava relacionada a uma comemoração política que era a proclamação da república. Ainda assim, a proprietária afirmou que a data do dia 7 de

⁹³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A mulher perante a História. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 09/06/1889. Seção A Racional Emancipação da Mulher. p. 1.

⁹⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Izabel I, a catholica. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 12/09/1875. Seção As mulheres da História. p. 2.

⁹⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A Racional Emancipação da Mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 18/08/1889. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

⁹⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁹⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A instrução publica progredes [...]. *O Sexo Feminino*, Campanha, 18/07/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

⁹⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A Racional Emancipação da Mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 02/06/1889. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

setembro foi uma coincidência⁹⁹ e que sua folha não era política.¹⁰⁰ Apenas no dia 15 de dezembro de 1889,¹⁰¹ a redatora relatou que trataria de política em seu periódico, ao elogiar a transição para o regime republicano.¹⁰² O artigo de Maria Theresa Caiuby Crescenti Bernardes, intitulado “República brasileira em jornais femininos da época (1889-1890)”,¹⁰³ reforça o fato dos jornais de Francisca Diniz terem tido abordagem política explícita, ao analisar seus artigos a respeito da república brasileira.

A pátria foi bandeira constante no periódico *O Sexo Feminino*, seja nos artigos da redatora e de suas colaboradoras ou nos poemas. Já no primeiro número do periódico, Francisca Diniz falou sobre a importância de ser patriota e aproveitou a comemoração da independência do Brasil para clamar também pela independência do sexo feminino:

Feliz coincidência! Ha 51 annos que se quebrarão os ferros de nossa escravidão ao jugo colonial [...]
Pois bem, este dia marcará também em nossa história patria uma época não menos memoravel – a independencia da mulher, cujo echo se faz ouvir na imprensa por um órgão – *O Sexo Feminino*.
E pois, Viva a independência do nosso sexo!
Viva a instrução da mulher! Vivão as jovens campanhenses!¹⁰⁴

É importante observar que a redatora lançou mão do patriotismo, mas a finalidade do artigo extrapolou o amor pela nação. Francisca Diniz findou seus escritos dando vivas à independência da mulher. Seria essa uma estratégia para conquistar mais adeptos à sua causa? O mesmo recurso foi utilizado no ano de 1874, quando a redatora publicou no editorial um artigo intitulado “Amor da patria”. Mais uma vez, Francisca Diniz dedicou mais da metade do artigo argumentando o quão sagrado era o sentimento

⁹⁹ “O dia de hoje em feliz coincidência com o anniversario da independencia nacional, perfaz um anno indicador do grito da independencia da mulher”. Ver: DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Anniversario do periodico. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹⁰⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. “O Sexo Feminino” ao “Colombo”. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/12/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

¹⁰¹ Sobre república brasileira nos jornais de fins do século XIX, ver: BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. República brasileira em jornais femininos da época (1889-1890). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nov/1989.

¹⁰² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O Sexo Feminino. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. Seção O Quinze de Novembro. p. 1.

Nesse mesmo artigo, em que Francisca Diniz tratou de política, ela assinou pela primeira vez como **viúva**. Tal fato pode ser indício que, de certa forma, o marido a influenciava politicamente. Vale lembrar que seu periódico tinha o título de *O Monarchista* e, a partir de 1889, Francisca defendia a República.

¹⁰³ BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. República brasileira em jornais femininos da época (1889-1890). *Cad. Pesq.*, São Paulo, 71, nov/1989, p. 20-28.

¹⁰⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O dia sete de setembro. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2.

patriótico, entretanto, concluiu falando da importância da criação de estabelecimentos de educação e da formação das mães:

Não conhecemos auxiliar mais poderoso para o bom exito de tão grandioso edificio moral do que seja a voz maternal. E como teremos mães se não envidarem os governos seus esforços para formal-as?¹⁰⁵

Ao analisar relatos de mulheres viajantes na América Latina, no século XIX, Beatriz Ferrús Antón também trabalha a questão da pátria e da nacionalidade nesse contexto. A autora ressalta que “El ‘ángel del hogar’, madre y esposa del buen ciudadano, será el modelo impuesto por la época”.¹⁰⁶ Apesar de Francisca ter possuído claras concepções emancipadoras, esses ideais também eram defendidos pela redatora do jornal *O Sexo Feminino*. Em sua argumentação, a mulher devia ser patriota e, assim, educar os futuros cidadãos com esmero; para isso, precisava de educação de qualidade. Dessa forma, algumas concepções de Francisca Diniz se aproximavam dos governos latino-americanos, que pregavam a ideia da “maternidade patriótica”, colocando a família como elemento crucial da nacionalidade e a mulher com papel elementar nesse processo. Nas palavras de Antón, “Como madres, esposas y amas de casa se les pide que mantengan la cohesión y el honor de la familia”. Entretanto, vale ressaltar que esses governos lançaram mão de teses psiquiátricas e médicas a respeito da inferioridade do sexo feminino para restringir os direitos das mulheres e sua participação no espaço público.¹⁰⁷ Como temos demonstrado ao longo desta dissertação, a participação da mulher no âmbito público era uma das bandeiras mais fortes de Francisca Diniz.

Provavelmente, com a finalidade de reforçar sua argumentação, Francisca Diniz transcreveu trecho de Zaluar,¹⁰⁸ que corrobora sua associação entre pátria e educação:

[...] A mulher forma o cidadão. A patria exige della o seu concurso individual na prosperidade commum.

Mas para que a mulher saiba formar o coração, é preciso primeiramente que o seu espírito esteja esclarecido a ponto de comprehender o alcance da sagrada missão que a Providencia e a sociedade lhe confião.

Poderá ella obter esse este resultado com a educação que actualmente recebe, sobre tudo entre as sociedades de origem neolatinas? [...]¹⁰⁹

¹⁰⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Amor da patria. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/03/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁰⁶ ANTÓN, Beatriz Ferrús. *Mujer y literatura de viajes en el siglo XIX: entre España y las Américas*. Espanha: Universitat de València, 2011. p. 18.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 26.

¹⁰⁸ Provavelmente, tratava-se de Augusto Emilio Zaluar, poeta, jornalista e escritor português, que morou no Rio de Janeiro a partir da década de 1850, onde ficou até sua morte. Ver: Portugal: Dicionário histórico. Disponível em: <http://www.argnet.pt/dicionario/zaluar.html>. Acessado em 01/07/2012.

O patriotismo da redatora não impediu que ela questionasse algumas atitudes do governo. Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma mulher que não se limitou às atividades do âmbito privado, defendia a existência de uma esfera feminina.¹¹⁰ No dia 28 de janeiro de 1874, ela escreveu um artigo para criticar o regime monárquico do Brasil, por copiar a Europa e os Estados Unidos em inúmeras atividades, mas não imitá-los nos progressos legislativos em prol dos direitos das mulheres. Francisca Diniz acreditava que o “progresso intellectual” da mulher caminhava sem perder terreno e que essa bagagem cultural não afastava o sexo feminino de sua esfera. A escritora expõe em seu periódico a importância da mulher educar bem seus filhos, ser boa esposa e possuir os valores morais transmitidos pela Igreja, mas para isso a mulher precisava ter uma liberdade compatível com seus “belos e nobres sentimentos”.¹¹¹

O principal campo de ação da mulher era a casa. Dessa forma, Francisca Diniz acreditava que o lar era um pequeno Estado. Para a redatora, o lar da família era a sociedade em miniatura. Tal concepção também era comum na Europa. Segundo Michelle Perrot, a família era o “átomo da sociedade civil”; era ela quem administrava as questões privadas, cuja manutenção era fundamental para o desenvolvimento do Estado. A família era a responsável pela transmissão dos patrimônios, pela reprodução e pela socialização dos filhos. Além disso, era elemento essencial na constituição da consciência nacional e da saúde. Portanto, ela transmitia valores simbólicos e era a guardiã da memória. Nas palavras da autora: “A família enfim garante a mediação entre indivíduo, sociedade civil e Estado, como sublinha Hegel. Por sua natureza dual, a família instaura a comunicação entre o público e o privado, pois ela pertence aos dois”.¹¹² Para a redatora Francisca, era nessa sociedade em escala reduzida que a mulher devia usufruir de sua luz divinal, concedida por Deus, para regenerar a humanidade.¹¹³ Para Senhorinha Diniz, a condição social da mulher determinava o grau de civilização de um povo, que podia ser medido através do reflexo do lar doméstico, porque em seu pensamento, a família era uma molécula social. Nessa linha de raciocínio, o país em que

¹⁰⁹ ZALUAR. Pedacos de ouro. *O Sexo Feminino*, Campanha, 13/06/1874. Seção Variedade. p. 4.

¹¹⁰ AS MULHERES cursando a Universidade de Cambridge. *O Sexo Feminino*, Campanha. 28/01/1874. Litteratura, p. 3-4.

¹¹¹ A MULHER. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. 08/08/1875. Seção O Sexo Feminino, p. 1-3.

¹¹² PERROT, Michelle. Público, privado e relações entre os sexos. In: PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 459.

¹¹³ A RACIONAL emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. 02/06/1889. Seção O Sexo Feminino, p. 1-3.

a mulher era rainha, tratava-se de uma sociedade culta, já aquele em que a mulher era escrava, tratava-se de uma sociedade bárbara.¹¹⁴

É provável que a concepção de Francisca Diniz fosse recorrente naquela sociedade. Pois no século XX, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que havia a concepção de que o Estado era a ampliação do círculo familiar. Para o autor, a indistinção entre essas duas organizações foi “prejuízo romântico” cujos adeptos mais entusiastas eram mesmo os indivíduos do século XIX. O autor critica firmemente tais concepções românticas. Para ele, “só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade.”¹¹⁵

Vimos que Francisca Senhorinha tentou angariar apoio de diversos grupos, mas sua principal meta era conseguir o apoio pleno de suas conterrâneas, ou como ela preferia dizer: “minhas patricias”. Nos primeiros números do jornal, percebemos um discurso exaltado, com muita força e fôlego, o qual era direcionado para as mulheres. A professora não se importava em ofender o sexo masculino, já que ela se mostrava irritada com a maneira como os homens da segunda metade do século XIX tratavam o dito sexo frágil:

A mulher, pertencente ao *sexo fragil*, como é denominado pela *omnipotencia* do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estoico colloca no canto da casa ou atira barbaramente à ultima escala social!

Vedada da instrução, que a *prespicacia* masculina tem julgado *incompativel* com o sexo, inconsciente de seus direitos ella, qual cordeiro humilde, deixa-se subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer barbaro.¹¹⁶

A redatora alertava suas patricias:

É tempo de olharmos attentamente para nossa situação.

Que papel representa a mulher na sociedade?

Quando filha, quando mãe, esposa ou viuva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem.¹¹⁷

¹¹⁴ A RACIONAL emancipação da mulher – A mulher perante a história. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro. 09/06/1889. Seção O Sexo Feminino, p. 1.

¹¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 141.

¹¹⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A minhas patricias. *O Sexo Feminino*, Campanha, 14/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2. [grifos no original]

¹¹⁷ *Ibidem*, loc. cit.

A indignação de Francisca Diniz era ainda maior quando ela percebia que a mulher tinha as mesmas capacidades que o homem e, mesmo assim, a sociedade oprimia seu sexo. Por isso, no terceiro número de seu jornal, ela sintetizou sua luta, que era a “educação e instrução da mulher” e apresentou seu maior inimigo: “a ignorância da mulher”.¹¹⁸

Com o intuito de acabar com a ignorância feminina – o maior inimigo do sexo feminino – a redatora escreveu inúmeros artigos incentivando a leitura de livros e periódicos, publicou anúncios de bons romances, deixava disponível na redação alguns livros para serem emprestados às suas assinantes, oferecia descontos em alguns livros¹¹⁹ para facilitar o acesso das famílias e, principalmente, clamava para que as mulheres praticassem a escrita. Esse tipo de incentivo era fundamental na época, pois no século XIX, mesmo na Europa, o acesso ao livro conservava “algo de sagrado e de masculino”, assim como a leitura dos periódicos que, muitas vezes, só era permitido à mulher espiar os romances inseridos nos folhetins. A maioria das bibliotecas também era reservada aos homens.¹²⁰ O acesso à escrita era um meio de confronto e controvérsias. Como não foi mais possível proibir o acesso das mulheres ao mundo letrado, houve tentativas de limitar seu campo de atuação às correspondências e às obras de educação. A mulher que se tornava autora ou literata era odiada e tratada com sarcasmo.¹²¹

Francisca Diniz almejava que suas conterrâneas escrevessem mais e, para isso, veiculava exemplos de boas escritoras em seu jornal, narrava histórias de mulheres de sucesso¹²² e deixava seu jornal aberto para receber a colaboração de todas as mulheres; em forma de artigos, poemas, charadas ou em traduções. Exemplo desses incentivos, que visavam fazer as mulheres se aventurarem pelo mundo das letras, foi uma pequena notícia sobre os recursos que Georg Sand ganhava: “Nunca houve senhora no mundo que ganhasse tanto com a sua penna como *Georg Sand*. Dizem que tem feito com ella perto de 2,000 contos, e já tem chegado a receber 40 contos por um unico romance”.¹²³

¹¹⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹¹⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Conferencia da Escola do Povo na Corte. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/01/1874. Seção Noticiario. p. 4.

¹²⁰ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 461. (a)

¹²¹ *Ibidem*, p. 271.

¹²² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Vista aos rotineiros. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/03/1874. Seção Variedade. p. 3-4.

¹²³ SEM AUTOR. Sem título. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 24/10/1875. Seção Variedade. p. 3.

A professora Francisca Diniz se mostrou muito preocupada com o alto índice de analfabetismo no Brasil e a baixa frequência das crianças nas escolas. Veja os dados que seu jornal divulgou, sob o sugestivo título de “O Brasil deve envergonhar-se!!!”:

No municipio da côrte o total da população livre é de 226.033 pessoas, das quaes sabem lêr 99.156, e vivem em completa ignorancia 126.877. Ha o excesso de 28.721 analphabetos.

A população escolar eleva-se a 41.514 crianças, das quaes sómente vão a escola 10.046, e deixão de frequental-a 31.468, havendo em detrimento da instrucção o contristador accrescimo de 21.422.¹²⁴

O jornal *O Sexo Feminino* não encerrou a discussão sobre o analfabetismo apenas com essa notícia. Três meses depois, foi publicado um comunicado informando o índice de analfabetismo na freguesia de São Joaquim, onde havia uma população de 6.165 habitantes e apenas 573 sabiam ler. O jornal estendeu o comunicado a todo o Brasil, chamando a atenção de todos para os males causados pelo analfabetismo. Para aquela redação: “O analphabeto não póde pensar [...] não vive, vegeta; não vê o sol, vive e morre na escuridão.”¹²⁵ Em outros artigos, o periódico retomou a questão do analfabetismo e da frequência das crianças nas escolas, como ocorreu em outubro de 1875, quando *O Sexo Feminino* transcreveu parte do discurso do Deputado Cunha Leitão. De acordo com o discurso, apenas um quarto da população escolar brasileira frequentava as escolas, fosse em instituição pública ou particular. Até mesmo na Corte os índices de frequência eram baixos, não atingindo um terço dos meninos e meninas matriculados. O Deputado também apresentou os números de analfabetismo na Corte, inclusive o índice das mulheres que somavam 33.992 que sabiam ler, contra 58.161 analfabetas.¹²⁶

Narciza Amália foi a escritora que a redatora do *Sexo Feminino* mais exaltou, tendo sido utilizada como estímulo para suas leitoras. Foi com muito entusiasmo que Francisca Senhorinha anunciou que a poetisa tornara-se colaboradora¹²⁷ de seu jornal. A redatora chamou Narciza de “heroína brasileira” e escreveu:

¹²⁴ SEM AUTOR. O Brasil deve envergonhar-se. *O Sexo Feminino*, Campanha, 18/04/1874. Seção Noticiário. p. 2-3.

¹²⁵ SEM AUTOR. Que lastima!. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/07/1874. Seção Comunicado. p. 2.

¹²⁶ SEM AUTOR. A instrucção no Rio de Janeiro. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 31/10/1875. Seção Variedades. p. 3.

¹²⁷ “Este periodico tem o indizível prazer de scientificar aos seus leitores que vai enumerar como collaboradora uma das pennas mais habeis que tem apparecido na imprensa diaria da côrte. A Ex^a Sr^a D. Narciza Amalia, poetisa distincta, litterata não vulgar, talento trancendental, está acima de qualquer elogio que a penna mais bem aparada possa tecer [...]”. DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Aos nossos assignantes, uma grata noticia. *O Sexo Feminino*, Campanha, 11/10/1873. Seção Noticiário. p. 4.

Orgulha-te Brasil! [...] Surgem as Narcizas Amalias; surgem as mulheres, esquecidas, desprezadas e aviltadas até aqui, cujas produções vão amontoando material para a edificação de monumentos, não de pedra ou bronze, mas **de papel, de livros** [...] Sim Narciza Amalia! Trabalharemos todas, cada mulher seja um obreiro, com a palavra, com a penna, e com todos os dados que se nos offerecer conquistemos nossos direitos postergados, porque a victoria será nossa.¹²⁸

De forma bem sutil, Francisca Diniz criticou os monumentos erguidos aos homens – seriam os grandes heróis? –; monumentos esses que ficavam nas praças, nos museus e nas ruas. Ela não almejava que as mulheres fossem lembradas através de monumentos de concreto, mas por meio dos “monumentos de papel”, ou seja, as mulheres deviam ser lembradas por suas ideias e por seu intelecto que estariam guardados nos livros e periódicos. A professora e redatora não perdia de vista seu objetivo com a publicação do jornal *O Sexo Feminino*: a instrução das mulheres. Por isso, ela foi enfática ao apresentar a importância da leitura e da escrita para a emancipação feminina. A título de exemplo, selecionamos alguns trechos relevantes:

Mães de família, acordai desse vosso somno prejudicial – reservai alguns momentos para lêrdes, para vos instruírdes a fim de que compreendendo o que é educação, possais da-la a vossos filhos, que por seu turno a transmitirão aos seus descendentes [...] ¹²⁹
As mães de família para poderem bem compreender esta tarefa tem absoluta necessidade de *ler e ler muito*, ter conhecimento do que se passa no mundo pela leitura reflectida dos periódicos [...] ¹³⁰
Sêde independentes do homem [...] lêde o grande livro do povo – lêde os periódicos – cultivai a imprensa, é só assim que podereis vir a conhecer os vossos direitos, as vossas obrigações [...] ¹³¹

Podemos perceber que a leitura, aos olhos de Francisca Diniz, era fundamental para duas questões em especial: a instrução da mãe de família e o conhecimento dos direitos. Nesse momento, tocamos num elemento central de toda a escrita da professora. Ela dedicou especial atenção à mãe de família, pois, para ela, a mulher era a única capaz de educar a humanidade – homens e mulheres. Essa ideia estava relacionada à noção de

¹²⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Narciza Amalia. *O Sexo Feminino*, Campanha, 01/11/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2. [grifos nosso]

¹²⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Educação physica, moral e intellectual. *O Sexo Feminino*, Campanha, 04/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹³⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Educação Moral. *O Sexo Feminino*, Campanha, 11/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹³¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O casamento. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/11/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2.

“natureza feminina”, ou seja, havia habilidades que apenas o sexo feminino poderia cumprir; dentre essas habilidades, estava a educação.

Tal como escreveu Michelle Perrot, no século XIX havia uma clara concepção sobre a “natureza feminina”, segundo a qual as mulheres estavam ligadas à natureza, à sensibilidade, à delicadeza, à reprodução, à educação e à transmissão das tradições.¹³² Segundo a historiadora, essa concepção fez com que homens e mulheres fossem identificados pelo seu sexo; assim, elas foram:

condenadas ao seu, ancoradas em seus corpos de mulher chegando a ser por eles presas cativas [...] Esta naturalização das mulheres, presas a seus corpos, à sua função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da utilidade social.¹³³

Nos escritos de Francisca Diniz e de muitas de suas colaboradoras, era clara a existência de uma “natureza feminina”. Entretanto, essas mulheres que publicaram nos jornais do século XIX, no Brasil, utilizaram essa ideia a seu favor. Foi através do argumento de que, devido às responsabilidades que a sociedade incubia às mulheres, elas deviam ter instrução de qualidade, direitos iguais aos dos homens e respeito.

A linguagem foi a arma utilizada por Francisca Diniz para a conquista de seus ideais. Se a sociedade oitocentista não permitia que ela, enquanto mulher gozasse de liberdade no espaço público, ela precisou utilizar estratégias para se inserir nesse meio e conquistar o apoio de suas conterrâneas. Nesse momento, vale refletir sobre o trabalho de Rosi Braidotti. Inspirada na “política de localización” de Adrienne Rich, que lança críticas aos modelos dominantes de hegemonia, Braidotti defende que toda relação social é veiculada pela linguagem e que, por isso, aproxima-se de construções imaginárias. Assim, uma prática feminista radical exige que voltemos os olhos para a identidade – compreendida como um conjunto de identificações – e também para a subjetividade política, como uma forma de buscar lugares de resistência.¹³⁴ Foi através da escrita que as jornalistas construíram suas resistências, propuseram suas reformas e conseguiram adeptos para seus projetos de emancipação.

¹³² PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª ed. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³³ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 460 (a)

¹³⁴ BRAIDOTTI, Rosi. *Sujeitos nômades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: Editorial Paidós SAICF, 2000. p. 57.

Ainda no primeiro ano de circulação do seu periódico, Francisca Diniz escreveu um artigo que resume grande parte das propostas constituintes do seu projeto de emancipação das mulheres. Inicialmente, ela escreveu sobre a existência de homens retrógrados que questionavam a luta feminina. Ela culpava os homens pela falta de cuidado para com a educação do sexo feminino e pela valorização exarcebada do físico e da vaidade das mulheres. De acordo com Francisca, as mulheres (salvo poucas exceções) desconheciam seus direitos e os maridos gostavam que suas esposas permanecessem na ignorância, para que eles usufruíssem de todos os benefícios do casamento. Ela escrevia indignada que as mães de família eram constantemente enganadas por seus próprios companheiros, que esbanjavam seu patrimônio, deixavam-nas na miséria e, muitas vezes, abandonavam-nas juntamente com seus filhos. Esse tipo de marido procurava um casamento que lhe rendesse um belo dote, para que ele pudesse viver bem, sem precisar trabalhar. Assim, a redatora clamava que era urgente a instrução e a educação da mulher; só com esses elementos as mulheres casadas, solteiras ou viúvas teriam conhecimento de seus direitos e não seriam mais trapaceadas. Dito isso, Francisca resumiu, em tópicos, seus desejos de conquista:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a *educação* verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;
Queremos a *instrução pura* para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negocios de nosso casal, para bem administrarmo-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos em fim *saber* o que fazemos, o *porque* e *pelo que* das cousas;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negócios fóra de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver *enganadas*.¹³⁵

A redatora lutou durante anos por essas metas, das quais algumas foram conquistadas ainda nos anos de circulação de seu periódico. Em julho de 1875, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, a redatora mostrava-se satisfeita com o fato das ideias defendidas em seu periódico serem aceitas e louvadas “por bons pensadores e amigos do progresso”. Segundo Francisca Diniz, naquele momento, os homens acreditavam em

¹³⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O que queremos?. *O Sexo Feminino*, Campanha, 25/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

algo que já deveriam acreditar há muito tempo, que era o fato da mulher fazer parte do plano da civilização.¹³⁶

Desde o século XVIII, era comum a concepção de que a maternidade era algo naturalizado, podendo ser percebida nos discursos de Diderot, D'Alembert, Roussel e Cabanis.¹³⁷ Até mesmo na conhecida obra *Vindication of the rights of woman*, publicada em 1792, pela autora Mary Wollstonecraft, havia a concepção de “natureza feminina”, através da qual defendia a noção republicana da mãe-missionária cívica; ou seja, apesar da autora criticar as desigualdades sexuais, ela reforçava que a mulher tinha a missão cívica da maternidade.¹³⁸ Esse tipo de discurso também foi veiculado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. A redatora defendia que a maternidade era “o mais sancto dos encargos sociaes”.¹³⁹ Por isso, a mulher devia prezar pelo pudor, pela pureza e, principalmente, pela educação esmerada.

Francisca Diniz defendeu a existência de três tipos de educação: a física, a moral e a intelectual. A educação física referia-se à higiene, aos cuidados com a saúde e a preparação para as tarefas laboriosas. A educação moral tratava da formação do caráter e do cultivo das virtudes e da religiosidade. A educação intelectual era o acesso aos conhecimentos científicos.¹⁴⁰ A redatora do jornal *O Sexo Feminino* defendia que apenas a mãe era capaz de educar os filhos. O primeiro argumento utilizado por ela foi o de que os homens, mesmo que quisessem educar seus filhos não teriam tempo, portanto, cabia à mãe cumprir tal missão. Assim, ela aproveitou para chamar a atenção do governo, da sociedade e dos pais de família para a necessidade urgente de melhorar a instrução das mulheres, já que era para o bem de todos.¹⁴¹ No número seguinte de seu periódico, Francisca Diniz complementou sua argumentação sobre a educação, afirmando que apenas a mulher tinha as habilidades de educar; os homens conseguiam

¹³⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A racional emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 22/07/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹³⁷ RODHEN *Apud* RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p. 211.

¹³⁸ RAGO, Margareth *Apud* RAGO, Elisabeth Juliska. *Op. cit.*, *loc. cit.*

¹³⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O pudor em uma mestra. *O Sexo Feminino*, Campanha, 12/03/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹⁴⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Educação physica, moral e intellectual. *O Sexo Feminino*, Campanha, 04/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁴¹ *Ibidem*, *loc. cit.*

apenas instruir. Por isso, ela defendeu o seguinte lema: “educação pela mãe na família, e instrução pelo mestre no collegio”.¹⁴²

Interessante observar que a leitura de outros jornais da época¹⁴³ nos fez perceber que a discussão sobre a educação da mulher era frequente nas páginas dos periódicos. Comum também era a discussão sobre a moral, a higiene e o desenvolvimento do intelecto.¹⁴⁴ Entretanto, a ideia da tríplice educação só foi encontrada em artigos de autoria feminina, mais especificamente, nos periódicos de Francisca Diniz, em um artigo de Anália Franco¹⁴⁵ veiculado pelo jornal *A Família*, e num artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho,¹⁴⁶ veiculado no *Jornal do Commercio* e transcrito pelo *A Provincia de São Paulo*, no ano de 1878. Esse fato nos leva a uma reflexão: será que a ideia da tríplice educação da mulher era popular entre as mulheres interessadas no assunto? Ou a proposta de Francisca Diniz foi apropriada pelas outras duas autoras (já que nessa época os jornais de Francisca já haviam circulado por quase quatro anos)?

Francisca Diniz não era a única a ver, com bons olhos, as vantagens da natureza feminina e a utilizar esse argumento para pedir educação de qualidade para as mulheres. A poetisa e colaboradora, Narciza Amália, reforçou as ideias da redatora:

Que a mulher recebeu a natureza o mimo da sensibilidade, é uma verdade indiscutível; porém essa verdade clama bem alto a favor de suas aptidões intellectuaes.

¹⁴² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Educação moral. *O Sexo Feminino*, Campanha, 14/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁴³ Referimo-nos aos jornais *A Provincia de São Paulo* (1875-1889), *A Provincia de Minas* (1880-1889) e *Colombo* (1873-1885).

¹⁴⁴ Para aqueles que se interessem em conhecer outros posicionamentos sobre a educação, veiculados nos órgãos da imprensa anteriormente mencionados, vale a pena ler os seguintes artigos: D.P. A educação da mulher. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 23/01/1876. Seção Questões Sociaes, p. 1-2; LEITE, Palmyra Cerqueira. A educação da mulher – I. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 27/01/1876. Seção Questões Sociaes, p.1; LEITE, Palmyra Cerqueira. A educação da mulher – II. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 13/02/1876. Seção Questões Sociaes, p. 1; SEM AUTOR. Os direitos das mulheres. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 22/04/1879. Seção Chronica Politica. p. 1; SEM AUTOR. S. Paulo, 9 de setembro. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 10/09/1880. Seção A Provincia de São Paulo. p. 1; SEM AUTOR. A educação das meninas. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 09/04/1884. Seção Factos e Boatos. p. 1; SEM AUTOR. Educação da família. *A Provincia de Minas*, Ouro Preto, 16/10/1884. Seção Transcrição. p. 2; SEM AUTOR. O caracter – capítulo II – Continuação. *A Provincia de Minas*, Ouro Preto, 19/12/1885. Seção Educação Popular. p. 2; SEM AUTOR. Educação e a Instrução da mulher. *Colombo*, Campanha, 16/08/1874. Seção Variedade. p. 3; SEM AUTOR. O que se diz da mulher. *Colombo*, Campanha, 02/03/1880. Seção Variedade. p. 3; SEM AUTOR. As mulheres na América do Norte. *Colombo*, Campanha, 14/03/1880. Seção Variedade. p. 3.

¹⁴⁵ FRANCO, Analia. Notas sobre a educação feminina (conclusão). *A Família*, Rio de Janeiro, 04/12/1890. Seção A Família. p. 1.

¹⁴⁶ CARVALHO, Maria Amália Vaz de. As crianças. *A Provincia de São Paulo*, São Paulo, 21/03/1878. p. 2-5.

[...] Educada como está, a mulher não passa de uma linda orchidéa que busca um apoio, e elada a elle vegeta sem consciencia da propria existencia.

Eduque a sociedade convenientemente essa creaturinha sensível e meiga [...] Influa o seu espirito sequioso com os principios fundantes da sciencia, e de cada labio voará um poema de verdades. Torne-a uma mãe que possa ensinar philosophicamente o bem a seus filhos, e será resolvido o problema da libertação dos povos, libertação baseada na instrucção, na moralidade e no trabalho.¹⁴⁷

Outra questão importante no projeto de emancipação feminina construído por Francisca Diniz era a inserção da mulher no mercado de trabalho. Na concepção da redatora, a profissão mais apropriada à mulher era a carreira do magistério, devido à contribuição que a mulher daria na “regeneração” da sociedade. Entretanto, a mulher não precisava se limitar a lecionar. Ela deveria ter acesso a diversos tipos de carreira, pois suas habilidades eram muitas. Com o objetivo de fortalecer sua argumentação e encorajar suas leitoras a desbravarem o mercado de trabalho que, até então, era praticamente restrito ao sexo masculino, Francisca Diniz fazia questão de noticiar a presença de mulheres em todo o tipo de trabalho pelo mundo. A redatora escreveu sobre tipógrafas,¹⁴⁸ escritoras¹⁴⁹ e doutoras.¹⁵⁰

Mas, para que a mulher exercesse com eficácia as diversas profissões, era preciso que a mesma tivesse acesso ao ensino superior; essa foi mais uma defesa enfática nos escritos de Francisca Diniz. A redatora acompanhava de perto as discussões do governo e das grandes nações a respeito da educação. Cerca de um século antes de Francisca Diniz, uma das diretoras do *Journal des Dames*, Mme de Montanclos, também defendeu a inserção das mulheres no meio acadêmico; ela desejava que seu sexo no ensino superior deixasse de ser algo extraordinário.¹⁵¹ Apesar de viverem em realidades e tempos diferentes, é interessante como algumas concepções das jornalistas eram convergentes.

No quarto número de sua publicação, Francisca Senhorinha afirmava que os governos já estavam cientes da capacidade da mulher de educar os dois sexos. Entretanto, a mulher não deveria se contentar em adquirir conhecimento suficiente

¹⁴⁷ AMALIA, Narciza. A nossa instrucção. *O Sexo Feminino*, Campanha, 11/10/1873. p. 1-2.

¹⁴⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. As mulheres na imprensa. *O Sexo Feminino*, Campanha, 22/07/1875. Seção Variedade. p. 2-3.

¹⁴⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 24/10/1875. Seção Variedade. p. 3.

¹⁵⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Uma doutora. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 22/07/1875. Seção Noticiário. p. 4.

¹⁵¹ GELBART, Nina Rattner. *Op. cit.*, p. 512

apenas para ensinar o ABC. A mulher necessitava de uma instrução metódica, profunda e racionalizada.¹⁵² A partir dessa data, a redatora começou a publicar notícias internacionais sobre a fundação de escolas de nível superior para mulheres. A primeira boa nova veio da Finlândia, onde havia sido fundada uma instituição superior denominada Academia das Mulheres, através da qual as finlandesas aprenderiam história literária, matemática, psicologia, fisiologia, física e princípios do direito público.¹⁵³ Francisca Senhorinha não se contentou com apenas uma notícia. Ela falou do maior índice de aprovação de mulheres em concursos, na Suíça, em relação aos homens;¹⁵⁴ noticiou a inserção de mulheres em faculdades de medicina,¹⁵⁵ entre outras.¹⁵⁶ Não podemos desprezar os títulos que a redatora dava às tais notícias: “O progresso de nosso sexo”, “Aos incredulos”; “Vistas aos rotineiros”. Percebemos que a jornalista tenta, de todas as formas, mostrar que a tendência do século era legar à mulher sua emancipação e, ao mesmo tempo, criticar aqueles que se recusavam a aderir às novas ideias.

Ao falar da inserção de mulheres na Universidade de Cambridge, o jornal *O Sexo Feminino* lançou uma crítica ao governo brasileiro, dizendo que ele sempre copiou as grandes nações e questionou porque ele também não copiava o modelo de educação feminina, inserindo suas mulheres no ensino superior. É dessa forma que a autora findou seu artigo: “Será que o governo se arreceie de alguma revolução da sciencia feminina?”¹⁵⁷ Alguns meses depois, Francisca Diniz transcreveu artigo de um periódico francês, o qual falava de países como Alemanha e Suíça, onde as mulheres já tinham acesso ao ensino superior. A argumentação principal do texto era de que o sucesso do empreendimento dessas duas nações estava na qualidade do ensino primário.¹⁵⁸

¹⁵² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A mulher no magistério. *O Sexo Feminino*, Campanha, 27/09/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁵³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A educação da mulher. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/11/1873. Seção Variedade. p. 4.

¹⁵⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O progresso do nosso sexo. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/12/1873. Seção Variedade. p. 3.

¹⁵⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Aos incredulos. *O Sexo Feminino*, Campanha, 27/12/1873. Seção Noticiario. p. 4.

¹⁵⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Não passa desapercibido. *O Sexo Feminino*, Campanha, 21/02/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

¹⁵⁷ SEM AUTOR. As mulheres cursando a Universidade de Cambridge. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/01/1874. Seção Litteratura. p. 3-4.

¹⁵⁸ SEM AUTOR. As escolas secundarias superiores para o ensino das mulheres. *O Sexo Feminino*, Campanha, 09/05/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

Inspirada nesses exemplos estrangeiros, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, Francisca Diniz nomeou de “Racional Emancipação da Mulher” o programa do seu periódico, que significava a defesa enfática da instrução da mulher e a necessidade urgente de emancipar o sexo feminino da “tutela eterna e injusta” que pesava sobre ele. Devido à importância que deu à sua causa, ela criou uma seção com esse título, onde passou a discutir, constantemente, a necessidade da inserção da mulher no ensino superior e nos diversos âmbitos da sociedade, já que ela tinha plenas condições de disputar espaço com os homens, nas diversas áreas do conhecimento e no mercado de trabalho. Nas palavras da redatora:

Em fim, a idéa principal é a de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo. É tempo de reparardes as injustiças que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos de ensino superior. Ouvi-nos! Temos até aqui soffrido resignadas toda a sorte de humilhações e de injustiças [...]¹⁵⁹

Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi uma mulher muito culta, apresentando, em seus escritos, leituras de autores diversos como Aristóteles, Voltaire, Rousseau, Michelet, Stuart Mill e Lamartine. Além disso, tinha a preocupação de manter-se atualizada, para produzir um periódico de qualidade para suas conterrâneas. Apesar dela não demonstrar interesse em fazer do seu jornal uma folha política, a professora divulgava inúmeros acontecimentos correntes em sua sociedade e, muitas vezes, assumia posições em relação a eles. Foi o que aconteceu no dia 12 de dezembro de 1875, devido à grande discussão a respeito da escassez de mão-de-obra no Brasil. Francisca criticou aqueles que recorreram aos trabalhadores estrangeiros para resolver o problema da lavoura.¹⁶⁰ Para a redatora, o governo devia incentivar as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, principalmente no magistério, para liberar os homens para o trabalho no campo.¹⁶¹

Francisca Senhorinha da Motta Diniz estava atenta também aos debates internacionais e às publicações dos outros órgãos da imprensa. Exemplo disso é a transcrição de um artigo do jornal *Apóstolo*, que tratava de um movimento de mulheres

¹⁵⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A racional emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 22/07/1875. Seção Noticiário. p. 1-2.

¹⁶⁰ Sobre o problema da mão-de-obra no Brasil do século XIX, ver: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

¹⁶¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 12/12/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

portuguesas que lutavam pela aprovação do casamento civil.¹⁶² Ao fim da transcrição, a redatora não se posicionou sobre o assunto, mas instigou os colegas da imprensa a debaterem o tema. Desde os primeiros números de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz expressava sua opinião sobre o matrimônio e, algumas vezes, pronunciou-se sobre o casamento civil. Aos olhos da jornalista, o casamento era elemento essencial na vida das mulheres e, por isso, foi tão discutido em seu jornal “*dedicado aos interesses da mulher*”. Francisca se mostrava a favor do casamento civil, entretanto, enfatizava o caráter sacramental dessa união.¹⁶³

Para Francisca Senhorinha, o casamento era algo sagrado, por isso, suas maiores críticas a ele eram o dote e o excesso de vaidade das mulheres. Segundo ela, “na nossa actual sociedade, o casamento não passa de um meio de *fazer fortuna depressa*, sem as dificuldades e as privações que soem acompanhar uma vida laboriosa.”¹⁶⁴ Ao falar no dote, as críticas eram direcionadas aos homens, mas, quanto às vaidades, as acusações de Francisca Diniz eram ao sexo feminino. Não foram poucos os artigos da professora direcionados às mulheres, com o objetivo de aconselhá-las a se afastarem do luxo e da vaidade e a se dedicarem ao aprimoramento interior, ou seja, aos dotes intelectuais, morais e religiosos:

Quotidianamente estamos vendo exemplos destes; e aquella que só cuidou em ornar o seu externo para agradar, descuidando-se da cultura de seu espirito, vê-se abandonada, muitas vezes em terra estranha, por aquelle a quem na melhor boa fé recebeu á face do altar como seu marido.¹⁶⁵

Para a redatora e colaboradora do *Sexo Feminino*, a liberdade matrimonial era mais uma luta empenhada pela mulher no século XIX, por isso, fazia parte do projeto de emancipação feminina construído naquele impresso.¹⁶⁶ Os homens e mulheres deveriam ter direitos iguais no casamento e deveriam ser punidos da mesma forma, quando

¹⁶² SEM AUTOR. Protesto luso-feminino. *O Sexo Feminino*, Campanha, 13/06/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁶³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Títulos mineirosos. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/07/1874. Seção Variedade. p. 3.

¹⁶⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O casamento. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 08/11/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁶⁵ SEM AUTOR. A liberdade no casamento. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/08/1875. Seção Litteratura. p. 2.

¹⁶⁶ *Ibidem*, loc. cit.

cometessem algum erro. Entretanto, cada um deveria cumprir suas funções naquele sacramento, e a função principal da mulher seria manter a felicidade familiar.¹⁶⁷

A discussão sobre o casamento é um ponto interessante e, aparentemente, contraditório, das propostas de Francisca Diniz. Como mencionamos no capítulo metodológico dessa dissertação, a redatora transcreveu nas páginas d'*O Sexo Feminino*, escritos do bispo do Pará que listavam as obrigações do homem e da mulher casados. Nessa lista, observamos claramente que a mulher devia ser pacífica, e o homem, o mandante na relação; assim, o homem podia “dirigil-a como lhe sendo sujeita”, e a mulher devia “respeital-o como seu chefe”, “obedecer-lhe”, “servil-o”, “calar”, “tolerar”... A primeira impressão que essa transcrição nos passa é a de que Francisca Diniz corroborava todas essas ideias e defendia a submissão feminina. Tais contradições ocorrem no discurso da redatora, devido à sua defesa da religião católica. Ela se mostrava muito religiosa e, por isso, defendia alguns preceitos que pareciam destoantes da luta pela emancipação feminina. Entretanto, seu projeto de matrimônio não se limitava ao sacramento católico; ela defendia o respeito entre o casal e os direitos iguais perante o código penal.

Apesar de a redatora ter proposto mudanças na relação matrimonial em seus escritos, ela tratava o casamento como um sacramento que devia ser praticado por toda mulher, ou seja, em sua concepção, toda mulher devia casar-se e ser mãe, independentemente de suas escolhas profissionais. Para Francisca Diniz, a mulher “é estimada e considerada como igual ao homem pelas leis e pela sociedade. Com a decadência da civilização, torna-se porém a mulher escrava”.¹⁶⁸ Por isso, ela criticava os homens que tinham ideias antigas e utilizavam o estudo da fisionomia para tentar provar a inferioridade feminina.¹⁶⁹ Aos olhos da redatora, esse tipo de estudo era prejudicial, pois atrapalhava a emancipação feminina e reforçava os atos dos homens que tratavam a mulher como inferior, inclusive no casamento.¹⁷⁰

Para finalizar esse tópico, vamos tratar de um tema fundamental nos escritos de Francisca Senhorinha: o sufrágio feminino. Muitas bandeiras da redatora permaneceram

¹⁶⁷ SEM AUTOR. O casamento. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/07/1875. Seção Litteratura. p. 3.

¹⁶⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 14/08/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1.

¹⁶⁹ Sobre a influência dos estudos da morfologia feminina no discurso médico do século XIX, ver: ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 2.

mais estáveis em sua folha, ou seja, com pequenas mudanças de um artigo para outro, às vezes, com alguma informação que fortalecesse sua argumentação ou em um tom mais exaltado, dependendo do assunto tratado; como a educação, o matrimônio, a igualdade de direitos, a inserção no mercado de trabalho. Entretanto, o voto feminino teve uma abordagem peculiar. Francisca Diniz foi inserindo a discussão do sufrágio aos poucos; ela tinha a prática de aproveitar algumas discussões para mencionar, de forma pontual, o voto. A primeira vez que ela mencionou o voto feminino foi em resposta ao jornal *Colombo*: “não sabemos em que grande republica ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de *direitos políticos*, como o de votar e ser votada.”¹⁷¹

Apenas no ano seguinte, Francisca voltou a falar do sufrágio feminino, no final de um artigo que também era uma resposta a um jornal; dessa vez, a um artigo publicado no *Monarchista*:

[...] pouco caso fazendo as mesmas do que diz respeito á votação, isto é, a votarem e serem votadas, que é o que aliás constitue verdadeira utopia na actualidade, e enquanto os homens não forem anjos; mas entretanto permanece e vai continuando na representação da tal farça eleitoral.¹⁷²

Podemos perceber que sua segunda menção foi mais longa e lançou mão de ironia, utilizando o adjetivo “anjos” para qualificar os homens. Para Francisca Diniz, o sufrágio feminino ainda era utópico no ano de 1874; era preciso avançar nas lutas femininas para que o se voto tornasse uma realidade política para as mulheres. A partir de então, a professora passou a acompanhar as conquistas de sufrágio no mundo e a colocar o tema em discussão. Menos de dois meses depois, com o provocante título de “PARA LÁ VAMOS, SRS. ROTINEIROS”, a redatora noticiava a concessão do voto feminino em Hong Kong, para todas as mulheres que pagavam taxas municipais.¹⁷³ No mês de junho, com o título de “Vista aos retrogrados”, a redatora transcreveu do jornal norte-americano *Novo Mundo*, notícia sobre duas mulheres que foram eleitas para a

¹⁷¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. “O Sexo Feminino” ao “Colombo”. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/12/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 3.

¹⁷² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *O Sexo Feminino*. *O Sexo Feminino*, Campanha, 14/01/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 3.

¹⁷³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Para lá vamos, srs. rotineiros. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/03/1874. Seção Noticiário. p. 4.

junta da instrução pública, em Massachussetts, e fez uma intervenção criticando os homens que se opuseram ao fato.¹⁷⁴

Mais de um ano depois, a professora retomou a discussão do sufrágio. Através da leitura da obra de Mme. G. Coignet, ela adquiriu dados importantes sobre o “suffragio mulheril na Inglaterra”. Segundo a leitura de Francisca Diniz, no Reino Unido, a luta das mulheres não foi uma revolução violenta. Ao contrário, foi “resultado de uma transformação lenta e regular”; aspecto que a professora aprovava. Francisca esclarecia às suas leitoras que, na Inglaterra, o voto era um direito de proprietário, portanto, as mulheres que pagavam impostos passaram a reivindicar o direito de voto. A redatora findou seu artigo confiante: “Com prazer dizemos as nossas leitoras que, nossa causa caminha, e cada vez mais acoroaçoad, para seu triumpho. O artigo acaba de provar o que avançamos”.¹⁷⁵ Por essa publicação, pudemos perceber que a professora apoiou o discurso moderado das inglesas, ficando mais confiante com a possibilidade de conquista do voto. Entretanto, Francisca silenciou o assunto até o ano de 1890, quando retomou a discussão sobre o voto feminino na Inglaterra. Dessa vez, a redatora utilizou informações dos trabalhos de Stuart Mill,¹⁷⁶ no qual ele mostrava seu apoio ao sufrágio feminino. Apesar da não aprovação dos projetos de Mill, a redatora ficou satisfeita com o apoio de homens à causa feminina; para ela, isso era um sinal de avanço na emancipação de seu sexo.¹⁷⁷ A última menção que Francisca Diniz fez em relação ao sufrágio feminino foi no editorial do dia 30 de setembro de 1890, no qual ela criticava a forma como o voto era praticado, ou seja, o eleitor devia ter maioridade e fortuna. Para ela, esse tipo de votação era “inútil” ao progresso de sua causa; ainda assim, não compreendia porque as mulheres que preenchiam os pré-requisitos necessários eram impedidas de votar e concluiu seu artigo criticando os homens que afirmavam que, caso o voto fosse concedido às mulheres, elas seriam “meros instrumentos do sexo forte”.

¹⁷⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Vista aos retrogrados. *O Sexo Feminino*, Campanha, 19/06/1874. Seção Noticiário. p. 4.

¹⁷⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Suffragio mulheril na Inglaterra. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 07/11/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁷⁶ Para compreender melhor as defesas de Mill em relação ao voto feminino, indicamos a obra: MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. de Debóira Ginza. São Paulo: Editora Escala, 2006.

¹⁷⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Emancipação: igualdade de direitos. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/03/1890. Seção O Quinze de Novembro. p. 1-2

Francisca rebateu esses adversários dizendo que a instrução feminina era a maior arma contra esse tipo de fato.¹⁷⁸

A forma como Francisca Diniz conduziu a discussão sobre o sufrágio feminino, fortalecendo sua defesa a cada número e tornando seus argumentos mais consistentes, pode ser um indício de que sua concepção a respeito do voto foi construída na própria imprensa. Percebemos que os artigos lidos e as notícias transcritas foram fundamentais para a construção de sua ideia final sobre o sufrágio feminino, o qual devia ser o mais amplo possível, sem restrições de sexo, idade ou renda.

1.2 Projetos educacionais

A imprensa também foi fundamental para Francisca Diniz expressar seus pensamentos educativos e divulgar suas escolas e projetos educacionais. Como mencionamos no tópico anterior, a causa primeira da criação do jornal *O Sexo Feminino* era defender a emancipação feminina, através da educação e da instrução da mulher. Por isso, a afirmação de Fernanda Andrade sobre o caráter do periódico de Francisca é coerente:

Apesar de *O Sexo Feminino* não ter feito parte de uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, a grande maioria de seu conteúdo versava sobre a importância da educação.¹⁷⁹

A importância da educação, na concepção da redatora, estava na educação dos filhos pela mãe, na instrução da mulher, no desenvolvimento da ciência, na felicidade conjugal, na emancipação feminina e na regeneração dos costumes sociais. Para atingir essas metas, Francisca Diniz fez o possível para estimular a intelectualidade feminina, através da leitura e da publicação na imprensa, mas, também, por meio da criação de escolas. O seu próprio periódico nos dá notícias sobre sua vida profissional, informando-nos sobre seu cargo de professora na Escola Normal de Campanha. Inclusive, é importante dizer, que seu jornal veiculava informações específicas sobre essa instituição, como a data de início das aulas e das provas, e os nomes das aprovadas nos exames.¹⁸⁰ É provável que a professora estimulasse suas alunas a lerem *O Sexo*

¹⁷⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A Racional Emancipação da Mulher. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 30/09/1890. Seção O Quinze de Novembro. p. 1-2

¹⁷⁹ ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Op. cit.*, p. 99.

¹⁸⁰ SEM AUTOR. Escola Normal da cidade de Campanha. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1873. Seção Colaboração. p. 2.

Feminino, já que ela lançava desafios gramaticais e aritméticos às normalistas nas páginas de seu próprio jornal.¹⁸¹

Francisca Diniz não conseguia separar sua carreira de jornalista da sua profissão de professora, pois, a todo o momento, ela se preocupava em educar a população e em transmitir o pudor necessário a uma professora. Além disso, no debate travado com o periódico campanhense *Colombo*, ela fez a seguinte afirmação:

Sendo além de tudo, a redactora do Sexo Feminino professora publica, poderia ella no magisterio inocular principios que attentem contra a forma vigente de governo? Ou deverá ensinar a cadeira de *uma cousa*, e dizer pela imprensa *outra*?¹⁸²

Dessa forma, a redatora utilizou a imprensa para chamar a atenção de pais de família, governo e sociedade sobre a necessidade de criar casas de educação que acolhessem crianças dos dois sexos, inclusive das classes mais baixas da sociedade; o que, segundo Francisca, traria grandes benefícios sociais:

Esperamos pois que algum dia vejamos a educação das crianças aperfeiçoada, tanto pelos cuidados das boas mãis de familia, como pela propagação de estabelecimentos fundados para receber a infancia de todas as classes da sociedade; isto que presentemente e com difficuldade poderemos obter, teremos sem custo no futuro, si todas as mães desde já trabalharem para inocular no espirito de suas filhas o amor da verdadeira moral e religião.¹⁸³

Francisca Diniz estava atenta às discussões educacionais no Brasil¹⁸⁴ e no mundo. A redatora falou sobre o artigo 179 da Constituição brasileira, que garantia a difusão da instrução por parte do Estado. Inspirada nas ideias de Chateaubriand, a professora defendia a propagação da instrução “sobre a cabeça do povo”. Para ela, a instrução primária era a base da “illustração” da sociedade, já que era esse o exemplo vindo dos “povos mais civilizados”.¹⁸⁵ Baseada nas ideias de Laurentie,¹⁸⁶ a redatora

¹⁸¹ SEM AUTOR. Escola Normal da cidade de Campanha. *O Sexo Feminino*, Campanha, 14/09/1873. Seção Colaboração. p. 2-3.

¹⁸² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. “O Sexo Feminino” ao “Colombo”. *O Sexo Feminino*, Campanha, 20/12/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

¹⁸³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Vantagens da educação moral. *O Sexo Feminino*, Campanha, 06/12/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁸⁴ No dia 28 de fevereiro de 1874, Francisca Diniz publicou um artigo sobre as primeiras leis sobre a educação, no Brasil. Ver: DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/02/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

¹⁸⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/01/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁸⁶ Provavelmente, Pierre-Sébastien Laurentie, jornalista francês. Sobre o autor, ver: DROUIN, Jean-Claude. Un écrivain royaliste du XIXème siècle Pierre-Sébastien Laurentie (1773-1876). *Revue*

reforçou o caráter regenerador das escolas elementares e insistia no investimento do governo nos estabelecimentos públicos de educação. Talvez como estratégia para conquistar o apoio da população e do governo, afirmava que a difusão de escolas primárias auxiliaria no desenvolvimento da unidade nacional e na consolidação do sentimento patriótico.¹⁸⁷

A professora considerava a Alemanha um centro pedagógico, mas sua inspiração educacional não se limitava aos alemães; vinha também de outras nações, como França, Inglaterra e Estados Unidos.¹⁸⁸ Baseada num método prussiano, Francisca Senhorinha fez a seguinte proposta ao governo:

Emquanto não podemos ter em todas as villas e cidades mais importantes deste nosso vasto imperio, escolas normaes, onde possam habilitar-se as futuras professoras de instrucção elementar, seria de summa utilidade e de incontestavel vantagem que o governo creasse nessas vilas e cidades, aulas praticas de 2º gráo e que nellas fossem admittidas alumnas de 12 a 21 annos de idade, afim de se habilitarem para o magistério.¹⁸⁹

Essa proposta de Francisca Diniz era coerente com sua preocupação para com a formação da professora. Em vários artigos, a redatora mostrou a habilidade da mulher para com o magistério. Seu principal argumento era que a mulher tinha por “natureza” a moralidade, valor esse que a Providência concedeu ao sexo feminino. Mais importante que o acúmulo de conhecimento, era a virtude e a moralidade feminina.¹⁹⁰ Por isso, Francisca criticava o fato dos homens lecionarem nas primeiras séries. Para ela, as crianças teriam uma educação repleta de vícios.¹⁹¹ Na concepção da redatora, o

Française d'Histoire du Livre, 1972. Disponível em: <http://cemmc.u-bordeaux3.fr/pdf/dr2.pdf>. Acessado em 26 de março de 2013.

¹⁸⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/02/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁸⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 21/02/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁸⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Instrução publica. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/02/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁹⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Nova professora. *O Sexo Feminino*, Campanha, 08/11/1873. Seção Noticiário. p. 4.

¹⁹¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O professorado feminino na instrução primaria. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 31/10/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 4.

magistério era uma extensão da maternidade,¹⁹² por isso, o homem devia se limitar a lecionar para jovens e adultos.¹⁹³

Para felicidade de nossa redatora, nessa época estava ocorrendo a “feminização do magistério”. O que era esse fenômeno? Quais os motivos de sua ocorrência? Segundo Guacira Louro, tal feminização não foi exclusividade brasileira; outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e Portugal também passaram por esse fenômeno. Os homens estavam abandonando as salas de aula, e as mulheres passaram a ocupar esse espaço. Esse fato, provavelmente, estava vinculado ao desenvolvimento industrial, ao crescimento dos setores médios, à ampliação do comércio, à propagação dos periódicos, à instituição de novos hábitos e, principalmente, às transformações urbanas, que produziram novos sujeitos sociais, com mais acesso à informação e mais interessados pela escolarização.¹⁹⁴

Guacira Louro afirma que a feminização do magistério enfrentou muitas críticas, pois muitos consideravam as mulheres despreparadas ou, até mesmo, incapazes de lecionar, já que eram “portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’”. Um dos defensores dessas ideias era Tito Lívio de Castro¹⁹⁵, que acreditava haver grande proximidade da psicologia feminina com a infantil, o que tornava a mulher em sala de aula, um grande perigo para a sociedade. Entretanto, aqueles que acreditavam na “natureza feminina” compreendiam como ponto positivo a presença da mulher em sala de aula, já que, de acordo com essa concepção, as mulheres nasciam com o dom de cuidar das crianças.¹⁹⁶ Nas palavras de Louro:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a ‘extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espírita’. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também

¹⁹² Sobre as escolas normais e a feminização do magistério, ver: VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹⁹³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Professorado feminino na instrução primária. *O Sexo Feminino*, Campanha, 31/10/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

¹⁹⁴ LOURO, Guacira Lopes. *Op. cit.*, p. 449-450.

¹⁹⁵ Tito Lívio escreveu uma obra sobre a mulher intitulada *A mulher e a Sociologia*, publicada no Rio de Janeiro, em 1887. Sobre esse autor, que pertenceu à Escola do Recife e foi discípulo de Silvio Romero ver: BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. v. 7, p. 308-309; e http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_castrotito.html, acessado em 26 de março de 2013.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 450.

representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem ‘vocação’.¹⁹⁷

Essa concepção justificou o abandono da sala de aula pelos homens, que foram em busca de atividades com melhores retornos financeiros. Para as mulheres, o trabalho nas escolas era uma forma de ampliar seu espaço que, muitas vezes, era restrito ao lar e à igreja. A partir daí, o magistério foi associado às virtudes femininas como a afetividade, a paciência, a minuciosidade e a doação. Tais características associavam a atividade docente à tradição religiosa, reforçando a noção de que o magistério era mais um “sacerdócio” que uma profissão. Assim, passou-se a construir a representação de que as professoras eram dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras; o que gerou uma dificuldade futura na discussão sobre as questões relacionadas à carreira, ao salário e às condições de trabalho.¹⁹⁸

Apesar dos estereótipos, a inserção das mulheres no magistério trouxe benefícios importantíssimos para a mulher oitocentista. Maria Thereza Bernardes nos mostra que apesar das fontes (impressos e literatura) apresentarem que o magistério era considerado por alguns como um desprestígio, ele foi também o meio de sobrevivência de muitas mulheres, principalmente das pobres, solteironas e viúvas. O dinheiro adquirido pelo próprio labor foi um elemento crucial para a mulher, pois, além de tirá-la da miséria, ele foi um grande apoio à independência feminina.¹⁹⁹ Aos olhos do Dr. Alberto Brandão, de quem Francisca Diniz transcreveu trechos de seu discurso que muito lhe agradou, o magistério também seria uma alternativa para as mulheres pobres do Brasil, que deixariam de ser escravas para tornarem-se professoras.²⁰⁰

Não podemos deixar de notar que o magistério foi elementar para o fortalecimento ou, talvez, até mesmo, para o despertar das ideias feministas em nosso país, já que muitas das mulheres que tratamos neste trabalho e outras, que a historiografia sobre o período também analisa, tinham formação para lecionar. Desde Nísia Floresta até Francisca Diniz e Josephina de Azevedo, tivemos inúmeros outros nomes de professoras que escreveram e defenderam a emancipação feminina. Entre elas, podemos citar a título de exemplo: Ana Luísa de Azevedo Castro, Maria Firmina

¹⁹⁷ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁹⁸ *Ibidem, loc. cit.*

¹⁹⁹ BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988. p. 73; 88.

²⁰⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A causa da mulher cada vez mais acoroçada, e caminhando para o triunfo. *O Sexo Feminino*, Campanha, 02/05/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 1-3.

dos Reis, Izabel Gondim, Luciana de Abreu, Adelina Lopes Vieira, Narcisa Amália, Anália Franco, Delminda Silveira.²⁰¹ Provavelmente, o acesso à leitura e o tempo para a reflexão sobre as questões sociais e políticas foram os instigadores da emancipação na classe das professoras.

Francisca Diniz tinha pressa em colocar em prática suas propostas educacionais, por isso, resolveu não esperar que o governo refletisse sobre educação e criasse escolas. No dia 07 de março de 1874, a redatora fez uma proposta de criação de escolas através da parceria com os eleitores. Com a meta de educar suas filhas, cada cidadão doaria uma pequena quantia para pagar as professoras e comprar materiais. Assim, seria possível erguer uma escola e proporcionar educação de qualidade por um baixo custo.²⁰² Na mesma folha, uma colaboradora com ideias bem próximas das de Francisca escreveu um artigo criticando a formação dos professores proposta pelo governo brasileiro e a falta de oportunidade dada às baixas classes; por isso, ela clamava por atitude da própria população:

Se cruzarmos os braços, deixando que as circunstancias e as rendas provinciais venhão levar a instrucção para o melhor caminho, correremos o risco de ficarmos transviados no deserto da ignorancia, sem jamais pôrmos os pés na terra da promessa.²⁰³

A professora Francisca apresentou como alternativa a criação de um estabelecimento filantrópico para auxiliar as crianças desprovidas de fortuna. Por isso, instigou a ação caridosa das senhoras, que poderiam contribuir com seus recursos intelectuais e financeiros.²⁰⁴ Essa iniciativa de Francisca Diniz era condizente com a época. Nesse período, as mulheres foram chamadas a exercer seu poder fora do lar, com o objetivo de manter os bons costumes e banir as desigualdades por meio de trabalhos filantrópicos. Os setores mais visados para esse tipo de ação feminina eram os cuidados para com as crianças, os pobres e os doentes. Esse tipo de trabalho foi importante para as mulheres, pois as levaram a participar das questões da cidade. Nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, por exemplo, as matronas da caridade da primeira metade do século XIX foram, muitas vezes, as mães das feministas da geração seguinte. Essa experiência

²⁰¹ Sobre essas mulheres, ver biografias em: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. 2ª ed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

²⁰² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Instrucção publica. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/03/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 3.

²⁰³ SEM AUTOR. Instrucção. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/03/1874. Seção Collaboração. p. 3-4.

²⁰⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A racional emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Campanha, 15/12/1889. Seção Variedade. p. 2-3.

filantrópica foi elementar para a mudança da concepção de mundo das mulheres oitocentistas, permitindo que elas construíssem uma nova concepção sobre si e facilitando sua inserção pública.²⁰⁵

Francisca Diniz ficou satisfeita com a proposta do vereador, Dr. Bezerra de Menezes, apresentada na câmara, para a construção de edifícios simples para a educação das classes desvalidas, já que aquelas crianças não podiam frequentar os luxuosos edifícios onde eram lecionadas as aulas para os filhos dos ricos. Ainda mais feliz ficou a professora, com o fato de o vereador indicar somente senhoras para lecionar para essas crianças. Essa defesa de Menezes foi baseada em exemplo praticado na Inglaterra. Diante de tal fato, Francisca Diniz não podia deixar de provocar os adversários da causa feminina e convidá-los para um debate na imprensa:

O que dirão os retrogrados quando no seculo presente se indica a mulher como mais propria que o homem para regenerar a mocidade? Pois si a mulher illustrada é a *excepção* e não a *regra geral*, como é que os homens que até aqui tem sido regra geral para a sciencia, vão buscar a mulher para encarrega-la do magisterio? Respondão, senhores do sexo masculino, não se calem, venhão á imprensa demonstrar que o Sexo Feminino aspira a uma utopia, propugnando pela educação, instrucção, regeneração, e emancipação da mulher.²⁰⁶

No início deste capítulo, comentamos que, após o primeiro ano de publicação do periódico *O Sexo Feminino* em Campanha, Francisca Diniz transferiu-se para o Rio de Janeiro. Nessa transição, houve um intervalo de publicação de 09 meses (setembro de 1874 a julho de 1875). Na segunda publicação na Corte, Francisca Diniz publicou um anúncio do Colegio Maternal Nossa Senhora da Penha, instituição fundada pela redatora e por Maria Constança de Sá Benevides, que começaria a funcionar no dia primeiro de agosto próximo. Essa instituição era classificada pelas proprietárias como “Escola da infancia: externato e meio pensionato”. O modelo da escola foi inspirado nos exemplos ingleses conhecidos como *Infant Schools*. O estabelecimento receberia meninos de 4 a 10 anos e anunciava que, sempre que possível, seria aplicado o método indutivo ao concreto, utilizado na Europa e Estados Unidos. Além disso, as proprietárias dariam preferência às doutrinas aplicadas nos três primeiros anos do Colégio Imperial D. Pedro

²⁰⁵ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 269; 277; 281. (a)

²⁰⁶ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Vista aos retrogrados. *O Sexo Feminino*, Campanha, 28/03/1874. Seção Variedade. p. 4.

II.²⁰⁷ Após o início das atividades no Colégio Maternal, Francisca Diniz anunciou que continuava a receber meninos e meninas meio pensionistas e externos, e que suas três filhas a ajudavam na instituição.²⁰⁸ Além disso, pudemos observar que o Colégio funcionava na casa da redatora, já que o endereço é o mesmo que o deixado no cabeçalho do periódico para envio de correspondências à Francisca Senhorinha.

Mesmo após a fundação do “Collegio Maternal”, onde Francisca Senhorinha poderia colocar em prática seus projetos educacionais, ela não parou de discutir novos métodos de educação nas páginas de seu jornal.²⁰⁹ Além disso, sua preocupação para com a educação brasileira continuava viva; tanto é que, no dia 12 de dezembro de 1875, a redatora anunciou que prepararia um programa de ensino para ser aplicado nas escolas públicas e enviaria para o ministro do Império.²¹⁰ Pelas páginas do jornal, não pudemos saber se o ministro avaliou o programa da professora, mas pudemos perceber que Francisca Diniz era respeitada no âmbito educacional, já que o Collegio Internacional de Campinas enviou seu programa e solicitou a opinião da redatora sobre o mesmo.²¹¹

Em janeiro de 1876, Francisca Diniz voltou a pedir o apoio do governo e dos cidadãos para a criação de casas de educação, para a instrução dos dois sexos, dirigidas por senhoras. A professora afirmou que, nos países civilizados, os cidadãos doavam mais quantias que o próprio Estado, para o erguimento de tais estabelecimentos educativos, cujos grandes exemplos eram Inglaterra e Estados Unidos. A redatora reforçou que, no Brasil, a instrução era urgente para meninos e meninas, mas principalmente, para o sexo feminino. Francisca Diniz afirmou que, no século XIX, já haviam sido fundadas algumas casas de educação; entretanto, ela estava mais preocupada com os pobres, que não desfrutavam de tal benefício. A professora dizia que nenhuma mãe queria ver suas filhas e filhos em asilo ou Santa Casa, por isso, clamava pela criação de estabelecimentos com o nome de colégio e que pudesse receber pessoas de todas as classes sociais. Francisca Diniz apelava para as mães de família, pedindo um

²⁰⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/07/1875. Seção Annuncio. p. 4.

²⁰⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/08/1875. Seção Annuncio. p. 4.

²⁰⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escolas em New York. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 07/11/1875. Seção Variedades, p.3; DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. O professorado feminino na instrução primaria. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 31/10/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

²¹⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 12/12/1875. Seção O Sexo Feminino. p. 2.

²¹¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Internacional de Campinas. *O Sexo Feminino*, Campanha, 30/08/1874. Seção O Sexo Feminino. p. 3.

pouco dos seus recursos e do auxílio moral. Assim, a professora lançou mais um projeto educacional:

Effectivamente a redactora deste jornal, querendo pôr em pratica este seo pensamento, apella desde já para todas as senhoras dotadas de bom coração, afim de coadjuvarem-na neste empenho, inscrevendo-se com qualquer quantia que, de suas economia possam dispensar e dar para o estabelecimento que ella acaba de crear, com o titulo de “*Collegio Maternal*”. No dito seo estabelecimento receber-se-ha: as meninas ricas, pagando conforme o programma, as de medianna fortuna, pagarão o que seos paes puderem, e as desamparadas serão educadas *grátis*. Para este fim obriga-se a *redactora* tambem a dar metade de toda a importancia das assignaturas deste hebdomadario [...] No estabelecimento receber-se-ha meninas de qualquer idade, podendo ser conservadas n’elle até a idade de 21 annos.²¹²

Com essa nova proposta de ensino, pudemos perceber a dedicação de Francisca Senhorinha e sua crença na educação como regeneradora da sociedade. A redatora prometeu dedicar metade da verba arrecadada com seu jornal para a manutenção do “Collegio Maternal”. Apesar do sacrificio da redatora, talvez fosse intenção de Francisca que tal empenho funcionasse como estratégia de vendas de seu periódico. Após o lançamento dessa proposta da fundação de um novo estabelecimento educacional, encontramos na seção “Annuncios” do jornal, a repetição da propaganda do “Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha”, em mais três números. As únicas modificações no anúncio eram: a informação de que havia uma sala separada para os estudos dos meninos e duas mudanças de endereço.²¹³ Após esses três números, Francisca Diniz anunciou que sua família estava com febre amarela, por isso, todos iriam se retirar da Corte por um tempo e, em consequência disso, *O Sexo Feminino* seria publicado mensalmente.²¹⁴ Entretanto, a publicação foi suspensa e só retornou no ano de 1889. Com o retorno do jornal, não tivemos mais notícias do “Collegio Maternal”, mas apareceu a propaganda de outro estabelecimento de educação dirigido por Francisca Diniz: “Colégio Santa Isabel”.²¹⁵

²¹² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem titulo. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 16/01/1876. Seção O Sexo Feminino. p. 1-3.

²¹³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 16/01/1876. Seção Annuncio. p. 4; DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 06/02/1876. Seção Annuncio. p. 4; DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Maternal de Nossa Senhora da Penha. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 27/02/1876. Seção Annuncio. p. 4;

²¹⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Aviso às nossas Exmas assignates. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 02/04/1876. p. 1.

²¹⁵ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Collegio Santa Isabel. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 02/06/1889. Seção Annuncio. p. 4.

No dia 14 de setembro de 1889, Francisca Diniz escreveu novamente sobre a importância das casas de educação e solicitou, mais uma vez, a ajuda do governo e das famílias. Dessa vez, a redatora almejava receber meninas a partir de 03 anos de idade e prometia educá-las até que as mesmas atingissem uma idade em que tivessem condições de trabalhar e se sustentar. A ideia era fundar dois estabelecimentos anexados, com os nomes de “Collegio Social Santa Isabel”²¹⁶ e “Escola Domestica”. Nesses estabelecimentos, seria aplicado um programa social formulado por Francisca Senhorinha e intitulado “Associação para Educação”.²¹⁷

No mês seguinte, Francisca publicou sua cartilha sobre a “Associação para Educação” e afirmou que aguardava parecer de suas leitoras e da imprensa. Na cartilha, a redatora argumentou que esse tipo de associação era comum em países estrangeiros. O objetivo maior desse tipo de associação era manter, pelo menor preço, a instrução de qualidade. A sociedade funcionaria da seguinte maneira:

As pessoas sensatas que habitam o mesmo districto associam-se com aquelles que pensam da mesma maneira, quer em religião quer em qualquer outro assumpto, e convidando individuos de sua confiança fundam um COLLEGIO, si é que não aproveitam, para esse fim, um estabelecimento creado, e que julgam digno de uma tal escolha. Combinando entre si, e com a direcção do referido instituto, confeccionam ou acceitam um programma de estudos e educação, e garantem ao estabelecimento um certo numero de alumnos, por um preço minimo [...]²¹⁸

Após explicar sua proposta de associação, a redatora informou que haveria dois cursos no colégio Santa Isabel: o primário e o secundário. Seguem as disciplinas oferecidas:

²¹⁶ A grafia de “Isabel” ora aparece com “s”, ora com “z”.

²¹⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A racional emancipação da mulher. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 14/09/1889. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

²¹⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Associação para educação. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 08/10/1889. Seção O Sexo Feminino. p. 2-3.

Curso primario

1º Instrucção moral e religiosa.	8º Systema metrico legal.
2º Leitura e escripta— calligraphia.	9º Historia sagrada.
3º Arithmetica até fracções decimaes.	10 Principios de moral e civilidade.
4º Elementos de historia patria.	11 Musica vocal.
5º Noções de geometria plana.	12 Economia domestica.
6º Grammatica portugueza.	13 Côte e feitio da roupa branca.
7º Noções de geographia.	14 Bordado branco.
	15 Crochet e ponto de marca.

Curso secundario

1º Instrucção moral e religiosa desenvolvida.	5º Pedagogia com desenvolvimento da triplice educação.
2º Historia antiga, média, moderna e contemporanea.	6º Grammatica portugueza a fundo.
3º Leitura de classicos em prosa e verso.	7º Arithmetica completa e systema metrico.
4º Redacção e estylo epistolar	8º Geographia geral.
- Côte e confecção de toilettes, bordados a matiz, flores de cêra, panno, papel, etc.

Linguas: francez — inglez — allemão e italiano.

Sciencias.

Das mathematicas: algebra—geometria e calculo
 Das philosophicas: moral geral e noções de philosophia
 Das sciencias medicas: hygiene e medicina pratica
 Das sciencias naturaes: historia natural
 Das sciencias physicas: physiologia

Noções

Bellas-artes

Piano — canto — dansa — desenho — pintura.

Preço das pensões, mensalmente

<i>Curso primario</i>	<i>Curso secundario</i>
Pensionistas.....	33\$000
Meio pensionistas.....	16\$000
Externas.....	5\$000
Piano.....	6\$000
Canto.....	6\$000
Dansa.....	6\$000
Francez.....	5\$000
Inglez.....	5\$000
Italiano.....	5\$000
Allemão.....	5\$000
Desenho.....	5\$000
Pintura.....	6\$000
	45\$000
	20\$000
	8\$000
	10\$000
	10\$000
	10\$000
	8\$000
	8\$000
	8\$000
	8\$000
	8\$000
	8\$000

Para todos e quaesquer outros esclarecimentos os pais se dirigirão ás Directoras no estabelecimento.

As Directoras,

D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz
 e suas filhas.

Imagem 3: Cursos oferecidos no Collegio Santa Isabel. Propaganda veiculada no jornal *O Sexo Feminino*, em 08/10/1889

É interessante notar que Francisca Diniz se preocupou em instruir as mulheres na ciência, mas não deixou de oferecer disciplinas sobre moral e religião que, aos seus olhos, era de fundamental importância, principalmente para as mulheres.

No dia 15 de dezembro de 1889, a professora escreveu um artigo intitulado “Escola Domestica”, no qual informava que o “Collegio Santa Isabel” já estava em funcionamento e anunciava a abertura da Escola Doméstica, em prédio anexo. O objetivo desse segundo estabelecimento era fornecer instrução primária e ensinar os trabalhos domésticos. Além disso, cada uma seria aperfeiçoada em algum ramo que mostrasse habilidade para que, futuramente, viesse a lhe servir de profissão. O desejo de Francisca Senhorinha era que:

Nella serão recebidas meninas menores, pobres e desamparadas, **sem distinção de côr**, nem condição, quer nos venham dos pais, tutores ou proctetores, quer por ordem dos juizes de orphãos.²¹⁹

Ainda no artigo acima mencionado, a professora esclarecia que as meninas pagariam a quantia que sua família tivesse condições e que as desamparadas seriam recebidas da mesma forma, já que a redatora estava buscando fundos para manter todas em conforto. Francisca Senhorinha se dirigia também às senhoras caridosas, estimulando-as a fazerem doações de quaisquer materiais (roupas, alimentos, sapatos, livros,...) ou assinassem seu periódico, já que um terço das assinaturas seria destinado à manutenção da escola. Apesar da Escola Doméstica e do “Collegio Santa Isabel” terem sido dirigidos pelas mesmas mulheres, cada um possuía um programa e um objetivo peculiar. As meninas do “Collegio” saíam dali, uma literata, uma mãe ou uma preceptora; já as moças da Escola, consideradas aprendizes, saíam de lá, esposas, mães e cidadãs moralizadas na classe operária.²²⁰

A intenção de Francisca Diniz era iniciar as atividades da Escola Doméstica em janeiro de 1890,²²¹ mas encontramos anúncios cancelando a inauguração e adiando para maio²²², e depois, para setembro.²²³ Apesar da demora, o estabelecimento foi erguido e contou com a proteção de Marianna Cecilia Meirelles da Fonseca, esposa do Marechal

²¹⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/12/1889. p. 2-3. [grifo nosso]

²²⁰ *Ibidem*, loc. cit.

²²¹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/12/1889. Seção Annuncios. p. 3.

²²² DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/03/1890. p. 4.

²²³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 16/07/1890. p. 4.

Deodoro da Fonseca. A escola passou a se chamar “Escola Domestica D. Marianna da Fonseca: Associação para educação das meninas”.²²⁴

Apesar de Francisca Diniz escrever para um grupo seletivo, que eram as mulheres letradas, seus projetos educacionais tinham um caráter bem mais abrangente, pois ela se preocupava em dar acesso à educação, não apenas às crianças brancas da elite, mas também, às pobres e negras. Além da educação intelectual, Francisca reconhecia a importância das atividades domésticas e das habilidades profissionais; afinal, para que a mulher conquistasse a independência do homem, ela tinha que ter condições de se sustentar.

Não sabemos se os últimos estabelecimentos fundados pela redatora dos periódicos *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* duraram muito tempo, mas não podemos negar a importância das ideias educacionais divulgadas pela imprensa e a relevância de sua ação em prol da educação brasileira. Se Francisca Diniz conseguiu instruir muitas moças, não temos registros, mas a imprensa do século XIX registrou seu apoio e reconhecimento pelos projetos da insistente educadora.²²⁵

1.3 Os jornais

Desde o primeiro número do jornal *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz publicava, em local de destaque, a seguinte frase de Aimé Martin:²²⁶ “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”. Essa frase ficava no centro do cabeçalho, conforme recorte abaixo:

²²⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Escola Domestica D. Marianna da Fonseca: Associação para educação das meninas. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 06/12/1890. p. 3.

²²⁵ Francisca Diniz transcreveu da imprensa, alguns elogios à sua escola doméstica, ver: SEM AUTOR. Sobre a Escola Domestica D. Marianna da Fonseca. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 06/12/1890. p. 3-4.

²²⁶ Loius-Aimé Martin, foi um literato francês do século XIX que publicou um número considerável de obras. Alguns estudiosos da área de gênero remetem a ele devido a sua obra que trata da educação da mulher, mesma obra na qual Francisca Diniz retirou a frase citada acima: *De l'éducation des mères de famille, ou de la civilisation du genre humain par les femmes*, publicada em Paris, pela editora Gosselin, em 1834. Ver, por exemplo: PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 177.

Anno 1. Cidade da Campanha, 7 de Setembro de 1873. Num. 1.

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER.

Assignaturas.

Por anno. 3\$000
Por semestre 2\$500
Publica-se 1 vez por semana.

« E' pelo intermedio da mulher que a
natureza escreve no coração do homem »

(AIME' MARTIN.)

Observação.

Toda correspondencia será
dirigida á D. Francisca Senhora
rinha da Motta Diniz.

PROPRIETARIA E REDACTORA—D. FRANCISCA S. DA M. DINIZ.—COLLABORADORAS, DIVERSAS.

Imagem 4: Cabeçalho do jornal *O Sexo Feminino*

Aimé Martin foi leitura frequente de Francisca Diniz, pois, além da divulgação constante de sua frase, ela indicava suas obras para as assinantes, principalmente para as mães de família. A redatora afirmava que, nas obras de Martin, havia tudo que as mães precisavam saber.²²⁷ Quando o jornal passou a ser publicado na Corte, a redatora manteve a frase de Martin e acrescentou mais uma, sem autoria: “Se quereis que os homens sejam sábios e justos, ensinaí a mulher o que é sabedoria e virtude”.

Na parte central do cabeçalho, além da frase de Martin, havia o subtítulo do jornal: “semanario dedicado aos interesses da mulher”. Esse subtítulo revelava o objetivo primeiro do periódico, que era discutir ideias relevantes para a causa feminina. Vale mencionar que, além de dedicado às mulheres, o periódico de Francisca Senhorinha aceitava apenas colaborações femininas²²⁸ e que tivessem diretamente vinculadas com o programa do jornal.²²⁹

Como estratégia de divulgação inicial, a redatora enviou o primeiro número do seu periódico, gratuitamente, para diversas pessoas e, ao fim, publicou: “Roga-se ás pessoas a quem mandamos o primeiro número do *Sexo Feminino* que, no caso de não lhes convir assignar nossa folha, devolvão-na ao escriptorio da redação.”²³⁰

²²⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 18/06/1889, Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

²²⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 06/12/1873, Seção O Sexo Feminino. p. 1.

²²⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 29/11/1873, Seção Aviso. p. 4.

²³⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1873, Seção Aviso. p. 4.

Ao que tudo indica, as estratégias de divulgação empregadas por Francisca Diniz tiveram êxito. Segundo Cecília Vieira do Nascimento e Bernardo J. Oliveira, *O Sexo Feminino*, provavelmente atingia um razoável público leitor local e fora de Campanha. De acordo com os dois autores, foram encontrados registros de assinantes do jornal de Francisca Diniz nas seguintes localidades: “Lorena/SP, Rio Preto/SP, Bagagem/MG, Três Pontas/MG, além de permutas com jornais da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, assim como de Madrid e Nova York.”²³¹

O empreendimento jornalístico de Francisca Diniz foi repleto de altos e baixos; por isso, ela precisou criar estratégias de divulgação e publicar inúmeros editoriais agradecendo ou chamando a atenção das mulheres pela indiferença para com a luta pela melhoria de vida do próprio sexo. Após um ano de publicação na cidade de Campanha, a redatora fez um balanço positivo sobre sua publicação. Segundo ela, *O Sexo Feminino* foi bem aceito pela sociedade e sua tiragem, naquele momento, era de 800 exemplares.²³² A professora se mostrou surpresa com a propagação da sua folha, que se espalhou por todo o Brasil e chegou também aos Estados Unidos e Espanha. Além de agradecer às leitoras e colaboradoras, Francisca fez agradecimento especial ao proprietário do *Monarchista* – seu marido – por fazer as impressões de seu jornal.²³³

No Rio de Janeiro, Francisca não desanimou de sua luta, mas mostrou indignação para com a falta de apoio das próprias mulheres. Ela criticou o fato das mulheres não assinarem seu jornal, cujo preço era apenas para manter os custos materiais. Ao travar essa grande batalha em prol da emancipação feminina, Francisca Diniz dedicou bastante tempo e recursos ao seu empreendimento. A redatora era leitora assídua de periódicos e livros, nacionais e internacionais. Ela fazia questão de manter suas leitoras atualizadas nas discussões que ocorriam na época, no que se referia à situação da mulher na sociedade. Além disso, a professora gastou recursos financeiros para manter seu jornal, já que se tratava de um órgão da imprensa autônomo, ou seja, não possuía nenhum tipo de financiamento. *O Sexo Feminino* era mantido exclusivamente pelas assinaturas e pelo labor da redatora, que era professora pública. Chateada, a redatora escreveu: “A abnegação da redactora, na defesa de tão santa causa,

²³¹ NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. *Op. cit.*, p. 432.

²³² Uma tiragem de 800 jornais é alta, por se tratar de um empreendimento independente e pelo alto índice de analfabetismo da época. Vale lembrar, que quando o jornal de Francisca Diniz passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, sua tiragem subiu para 2.400 exemplares.

²³³ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Aniversário do periodico Sexo Feminino. *O Sexo Feminino*, Campanha, 07/09/1874, Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

não a levará ao extremo de privar sua família de pão, para sustentar uma idéia em prol de quem não só não a quer admitir, como muito pior auxiliar-a.”²³⁴

Aspecto favorável à iniciativa de Francisca era o fato do marido possuir um órgão da imprensa e uma tipografia, onde era impressa sua folha, no ano em que ela residiu em Campanha. Entretanto, após a mudança para Rio de Janeiro, a redatora precisou procurar nova tipografia, já que o empreendimento do marido não foi transferido para a Corte e logo ele faleceu. Diante desse panorama, Francisca Diniz precisava cada vez mais dos recursos providos das assinaturas, para manter seu órgão dedicado aos interesses da mulher em circulação. Em alguns momentos, a redatora lamentou a falta de apoio das próprias mulheres, que não assinavam sua folha. Segundo a professora, ela recebeu algumas devoluções de jornais que vieram fechadas, ou seja, as senhoras não leram uma só página. Nas palavras de Francisca Diniz:

E o que mais sentimos é ser esta acção muitas vezes praticada por senhoras que passam por litteratas...Si o proprio *Sexo* recusa o auxilio pecuniario do importe das assignaturas, o que poderá a redactora esperar da intelligencia?²³⁵

Muito preocupada com o desenvolvimento intelectual das mulheres, a professora aproveitou seu impresso para lançar charadas. As leitoras parecem ter gostado do entretenimento, pois enviaram suas contribuições. No número seguinte à publicação da charada, a redatora dava a resposta do desafio. Essa prática de inserir desafios na imprensa para aprimorar o intelecto das mulheres, também tinha sido usada pelo professor de matemática John Tipper, proprietário do jornal inglês *Ladies Diary*.²³⁶

Outra estratégia de vendas do jornal foi a parceria estabelecida com a revista *Saison*; essa oferecia às assinantes do *Sexo Feminino*, descontos em sua assinatura e vice-versa.²³⁷ Entretanto, a principal estratégia utilizada pela redatora foi convencer as mulheres da necessidade de mudar a situação de vida naquele final de século; e defender que o periódico *O Sexo Feminino* era o porta-voz dessa mudança. Por isso, a professora tentou, de diversas formas, estimular a participação feminina em seu jornal:

É tempo de olharmos attentamente para a nossa situação. Que papel representa a mulher na sociedade? [...]

²³⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A imprensa jornalística no Brasil. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 21/11/1875, Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

²³⁵ *Ibidem*, loc. cit.

²³⁶ GELBART, Nina Rattner. *Op. cit.*, p. 499.

²³⁷ *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1875.

Principiemos a reagir contra o despotismo do homem, e o primeiro passo seja este, habituando-nos a vir na imprensa exprimir os nossos pensamentos.²³⁸

Naquela época, onde a imprensa ainda era considerada espaço masculino, não era fácil para as mulheres expressarem suas ideias numa publicação, mas, aos poucos, Francisca Diniz foi conseguindo agregar mais colaboradoras em seu periódico. Para as mais tímidas, a professora tentou estimular primeiro as traduções, usando exemplos de conterrâneas que obtiveram sucesso:

Lê-se no Limeirense n. 11 o seguinte: “Fomos obsequiados com a traducção de – Girvinette – (o Adolescente) – de Cesar Cantú, por uma illustre menina brasileira. A traductora mostra-se nelle de uma illustração invejavel, pois além dos conhecimentos de diversas linguas que pantenteia, exhibe-se conhecedora da estatistica, da philosophia, historia, etc, etc.” Oxala que as nossas jovens patricias a imitem em tão louvavel commetimento.²³⁹

As traduções seriam um bom começo para as moças se enveredarem pelo mundo das letras, mas a meta de Francisca era ouvir as vozes femininas na imprensa; por isso, clamou com entusiasmo:

Ergueremos de hoje em diante a cabeça; e torto ou direito, bem ou mal, transmitiremos nossas idéas pela imprensa, e para esse fim temos o *Sexo Feminino*, jornal absolutamente dedicado ao nosso sexo e escripto só por nós. Avante, pois, minhas patricias! A penna seja nossa arma. Pedimos ás nossas collaboradoras que seus artigos sejam assinados.²⁴⁰

A historiadora Norma Telles afirma que era uma tarefa árdua, para a mulher do século XIX, aventurar-se a escrever, pois elas estavam cercadas de representações que as mantinham presas, tornando a autonomia da escrita um sonho distante. Nas palavras de Telles: “A conquista do território da escrita pelas mulheres foi longa e difícil, assim como o foi romper as paredes da casa-prisão e da prisão-textual que as confinava, as dificuldades com a linguagem e com a auto-definição.”²⁴¹

²³⁸ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. A minhas patricias. *O Sexo Feminino*, Campanha, 14/09/1873, Seção O Sexo Feminino. p. 2.

²³⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Offerta. *O Sexo Feminino*, Campanha, 06/12/1873, Seção Noticiário. p. 4.

²⁴⁰ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Sem título. *O Sexo Feminino*, Campanha, 06/12/1873, Seção O Sexo Feminino, p. 1.

²⁴¹ TELLES, Norma. Escritoras brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (org.). *Mulher: Cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação

Pensando nisso, será que Francisca Diniz estava exigindo muito de suas leitoras? Se escrever era complicado, imagine subscrever o próprio nome em uma produção de texto! Não é atoa que os pseudônimos e os três asteriscos (***) foram utilizados com frequência no século XIX. Apesar do rigor da professora, sabemos que ela conseguiu conquistar um número significativo de colaboradoras. No primeiro ano do jornal de Francisca Diniz, quando o mesmo ainda era publicado na cidade da Campanha da Princesa, Albertina Diniz, Amelia Diniz, Ernestina Fagundes Varella, Candida A. dos Santos, Narciza Amalia, Laura Eulina G., Luiza E. Pereira, Majoles, Anna Ely, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, I. de B. Leite e Ignez Flavia d'Aguiar Mourão foram as mulheres que assinaram os artigos, poesias e charadas publicadas no *Sexo Feminino*. Em 1874, quando o jornal começou a ser impresso no Rio de Janeiro, foram Narciza Amalia, Marcolina Higgins, Z., Maria Deraisme, “Por uma Brasileira”, B. da V da B., Maria Candida M. de Vasconcellos, Maria Joaquina de Mesquita e Rocha, Leopoldina de J. Paes Mamede, Anna Maria Ribeiro de Sá, Marianna C. de Arantes, S. Q., A. Marques e Maria Peregrina de Souza, que assinaram todo o conteúdo divulgado naquele periódico. Ainda sob o título de *O Sexo Feminino*, no ano III do impresso de Senhorinha Diniz, foram Elisa Diniz Machado Coelho, Palmyra de Abreu, G.D., Antonio José, M.V., Eulalia Diniz, S.Q., Josefa Esteves de G. Del Canto e Narcisa Amália, que assinaram o conteúdo publicado. Finalmente, quando o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, foram os nomes de Elisa Diniz Machado Coelho, F.S. Moreira, Lopes Sabino Pinho Maia, Placido D'Abreu, Raphaelina Gomes Marcondes, Elisa Augusta de Villeróz, ***,²⁴² Maria Clara Vilhena da Cunha, Julia Lopes e Narcisa Amália, que apareceram nos impressos.

Através de suas publicações, Francisca Diniz conquistou o apoio, não apenas das leitoras e colaboradoras, mas também da imprensa. A redatora conseguiu estabelecer um bom diálogo com os colegas de profissão, apesar da clara existência de opositores. Para mostrar a rede de contatos que Francisca estabelecia com os colegas, a redatora

Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

²⁴² Segundo Peggy Sharpe-Valadares, uma das dificuldades de reconhecer toda a contribuição de Nísia Floresta na imprensa era, justamente, por ela lançar mão de vários pseudônimos e, principalmente, por utilizar **três asteriscos** como assinatura, ou mesmo não assinar suas produções. Ver a introdução escrita por Peggy Sharpe-Valadares na obra FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989. p. 21.

publicava em suas páginas os elogios que lhe eram dirigidos.²⁴³ Através dessas publicações, pudemos perceber que, de fato, a imprensa estava entusiasmada com os projetos da professora e, por isso, davam-lhe todo o tipo de apoio. Muitas redações, além de transcrever seus artigos e divulgar suas causas, ofereceram-se para receber as assinaturas do *Sexo Feminino*.²⁴⁴ Essa troca de saberes acabou por criar uma rede de contatos entre órgãos da imprensa, que foi fundamental para a continuidade do impresso de Francisca, para propagação e sustentação de suas ideias e, também, para a construção de novas propostas.

Ao analisar a relação entre os órgãos da imprensa, não podemos negligenciar o conceito de “dialogicidade” trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação. O contato, a discussão, a troca de elogios e de críticas entre os órgãos da imprensa foram elementos cruciais na construção do discurso veiculado em suas páginas; discurso esse que carregava a marca dos inúmeros discursos “alheios” sobre o mesmo objeto e sobre o mesmo tema. Pensando nessa rede que foi criada pelos órgãos da imprensa oitocentista, pudemos observar quais órgãos se identificavam mais, a quem determinada crítica era direcionada e como certos comentários levavam os redatores e colaboradores à reflexão e à produção de novas ideias.

Francisca Diniz logo conquistou a simpatia de vários órgãos da imprensa. Apesar de suas defesas bem peculiares, ela manteve contato com redações das mais variadas posições políticas. A redatora fez uma lista de 57 periódicos com quem ela trocava permutas. Com o intuito de mostrar que Francisca manteve contato com órgãos de diversos lugares e concepções variadas, vamos reproduzir a lista publicada pela redatora, que foi veiculada aos poucos, sendo distribuída em sete números do seu jornal:

- 1º *Município*, da cidade de Vassouras.
- 2º *Mosquito*, da \ de Arêas.
- 3º *Gazeta de Campinas*, de S. Paulo.
- 4º *Echo do Povo*, do Rio Claro.
- 5º *Echo Bananalense*, de S. Paulo.
- 6º *Constitucional*, da capital de S. Paulo.
- 7º *Lorenense*, de Lorena.
- 8º *A Luz*, da Côrte.
- 9º *O Bom Ladrão*, de Marianna.
- 10º *O Paulista*, de Taubaté.
- 11º *O Pharol*, de Juiz de Fora.
- 12º *Imprensa Evangélica*, da Côrte.
- 13º *Itajubá*, de Itajubá.

²⁴³ SEM AUTOR. Imprensa. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 30/06/1889, Seção O Sexo Feminino. p. 4.

²⁴⁴ SEM AUTOR. Imprensa. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 18/08/1889, Seção O Sexo Feminino. p. 4.

- 14° *A Imprensa*, de Santos.
- 15° *Monarchista*, desta cidade [Campanha].
- 16° *Colombo* idem.²⁴⁵
- 17° *Monitor Campista*, da cidade de Campos.
- 18° *A Família*, da Corte.²⁴⁶
- 19° *A Sensitiva*, de Campinas, S. Paulo.
- 20° *O Jequitinhonha*, de Diamantina, Minas.
- 21° *O Estudante*, de Diamantina, Minas.
- 22° *O Progresso*, de Mogymirim, S. Paulo.
- 23° *O Povo*, da Côrte.
- 24° *O Monitor-Sul Mineiro*, da Campanha.
- 25° *O Seculo*, da Cachoeira, Bahia.
- 26° *O Progresso*, da Cachoeira, Bahia.
- 27° *A União Escolástica*, da Côrte.²⁴⁷
- 28° *O Mineiro*, de Pouso Alegre.
- 29° *O Anjo Familiar*, da Côrte.
- 30° *A Voz da Juventude*, de Vassouras.
- 31° *O Jornal de Valença*, da Bahia.
- 32° *O Conciliador*, de Santa Catharina.²⁴⁸
- 33° *O Sertanejo*, de Assú, Rio Grande do Norte.
- 34° *O Mercantil*, da cidade de Petrópolis.
- 35° *O Ipanema*, de Sorocaba, S. Paulo.
- 36° *O Conciliador*, de Santa Catharina.²⁴⁹
- 37° *O Ituanno*, d'Itú, S. Paulo.
- 38° *A Estrella d'Oeste*, Rio Claro, S. Paulo.
- 39° *O Telegrapho*, de Macahé, Rio de Janeiro.
- 40° *O Caixeiro*, de Campos, Rio de Janeiro.²⁵⁰
- 41° *Município*, de Victoria em Pernambuco.
- 42° *Independente*, de Mogy-mirim, S. Paulo.
- 43° *Diario de Santos*, S. Paulo.
- 44° *Independente*, de Campos, Rio de Janeiro.
- 45° *Americano*, de Pindamanhongaba, S. Paulo.
- 46° *Infancia*, da côrte.
- 47° *Infancia*, da cidade de Diamantina, Minas.
- 48° *Iris Paranaense*, de Curitiba.²⁵¹
- 49° *O Município*, de Itapeteninga, S. Paulo.
- 50° *Correio de Cantagallo*, Rio de Janeiro.
- 51° *Correio de Taubaté*, S. Paulo.
- 52° *Omnibus*, da cidade de S. Paulo.
- 53° *Echo do professorado*, de Pindamanhongaba.
- 54° *Oitenta e nove*, Therezina, Piahy.
- 55° *A Aurora*, de Silveiras, S. Paulo.
- 56° *Jornal das Famílias*, da Côrte.
- 57° *Conservador*, da capital de Santa Catharina.
- 58° *O Novo Mundo*, Estados Unidos.
- 59° *O Domingo*, da Côrte.²⁵²

²⁴⁵ Essa lista foi publicada no dia 25/10/1873.

²⁴⁶ Esses dois títulos foram publicados no dia 01/11/1873.

²⁴⁷ Essa lista foi publicada no dia 15/11/1873.

²⁴⁸ Essa lista foi publicada no dia 22/11/1873.

²⁴⁹ Deve ter havido algum erro de impressão, pois no nº 32 a redatora já havia listado esse periódico.

²⁵⁰ Essa lista foi publicada no dia 29/11/1873.

²⁵¹ Essa lista foi publicada no dia 27/12/1873.

Essa lista se refere às permutas, apenas até o dia 07/01/1874. Após essa data, a redatora continuou a indicar os jornais que pediram permuta, mas ela não mais os colocou em uma lista ordenada; ela apenas informava os nomes na seção “Noticiários”. Além disso, ela vigiava aquelas redações que eram pontuais no envio de seus números. Para manter os leitores informados, ela, às vezes, publicava os nomes das mais regulares na última página do jornal. Portanto, o número de periódicos que fizeram parte da rede de contato com os jornais da professora Francisca Diniz foi bem superior ao que indicamos acima. A redatora conquistou a simpatia até da Princesa Imperial, que tornou-se assinante.²⁵³

Percebemos que a redatora do jornal *O Sexo Feminino* trocava impressos com periódicos ditos liberais, conservadores, republicanos, maçônicos, monarquistas, evangélicos, ultramontanos, entre outros. Sabemos que muitos desses grupos não apoiavam a emancipação feminina e muitas das ideias propagadas por Francisca Diniz e suas colaboradoras. Entretanto, tal fato não impediu que tais grupos fizessem parte da rede de órgãos da imprensa que se liam mutuamente, e publicavam suas considerações a respeito das discussões em voga naquele mundo oitocentista. Acreditamos que essa rede comunicativa foi essencial para Francisca Diniz propagar seus ideais e, também, para construí-los e/ou reformulá-los, já que resposta à dada redação fazia com que a redatora publicasse um novo artigo e tornasse suas ideias ainda mais claras – como foi o caso da discussão com a redação do jornal *Colombo*, que fez Francisca refletir sobre a posição da mulher na imprensa e nos regimes republicanos; ou o escrito de algum colega que foi inspirador para a professora, como o artigo publicado no jornal *Apostolo*, a respeito do protesto de mulheres portuguesas sobre o casamento civil.²⁵⁴ Essa publicação fez com que Francisca escrevesse um artigo a respeito do tema e o tornasse mais uma de suas reflexões ao longo de sua carreira jornalística. Esses são apenas exemplos, dentre inúmeras situações que constatamos, da importância do diálogo entre os órgãos da imprensa no período.

Num momento onde a informação era feita basicamente sob a predominância da palavra escrita, os jornais só podem ser considerados fontes riquíssimas de

²⁵² Essa lista foi publicada no dia 07/01/1874.

²⁵³ SEM AUTOR. Subita honra. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 29/08/1875. Seção Noticiário. p. 3.

²⁵⁴ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Protesto luso-feminino. *O Sexo Feminino*, Campanha, 19/06/1874. Seção *O Sexo Feminino*. p. 1-3.

conhecimento e propiciador de novas descobertas. É esse encanto que a leitura dos jornais publicados na segunda metade do século XIX nos legou nesses anos de pesquisa.

1.4 Produção literária

No século XIX, as mulheres encontraram variadas formas de expressar seu pensamento; algumas recorreram às narrativas de viagens, outras, aos periódicos ou à poesia, por exemplo. Segundo Beatriz Antón, os empreendimentos femininos nas narrativas de viagens contribuíram para “al proceso de profesionalización de la escritora que se estaba gestando durante la época, y que coincidió con los primeros momentos de desarrollo del feminismo”.²⁵⁵ Francisca Diniz também aproveitou esse momento, mas por meio de seus periódicos. Neles, Francisca Senhorinha publicava, além dos artigos produzidos por ela e suas colaboradoras, charadas e transcrições; também veiculavam contos morais e poesias. A maioria dos contos não tinha autoria, mas a lição era sempre voltada para o cultivo da virtude, do amor e da religião.²⁵⁶ Já as poesias, essas expressavam ideias variadas. Inicialmente, elas não tinham relação com o programa dos jornais, mas à medida que o número de colaboradoras foi aumentando, essas mulheres focaram seus poemas também na causa feminina,²⁵⁷ na religião²⁵⁸ e no amor maternal;²⁵⁹ temas bem trabalhados nos periódicos de Francisca.

Quando o jornal *O Sexo Feminino* transferiu-se para o Rio de Janeiro, inaugurou-se a seção “Folhetim do Sexo Feminino”. Vale esclarecer que “Folhetim” era uma seção dos jornais que se localizava, geralmente, no rodapé da primeira página. Nesse espaço, encontramos crônicas, poemas e contos, mas os folhetins eram dedicados, principalmente, aos romances fragmentados, ou seja, aos romances que eram publicados em partes todos os dias nos jornais; formato que lembra nossas atuais telenovelas, exibidas uma parte por dia.²⁶⁰

²⁵⁵ ANTÓN, Beatriz Ferrús. *Op. cit.*, p. 19.

²⁵⁶ SEM AUTOR. Filhos e irmãos. *O Sexo Feminino*, Campanha, 25/04/1874, Seção Moral Religiosa. p. 3.

²⁵⁷ ARANTES, Marianna C. de. Para o “mineiro”: a defeza das mulheres. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 24/10/75. Seção Poesia. p. 3.

²⁵⁸ SEM AUTOR. Poesia sacra. *O Sexo Feminino*, Campanha, 09/05/74. p. 1.

²⁵⁹ SEM AUTOR. A mãe de família. *O Sexo Feminino*, Campanha, 27/06/74. Seção Poesia. p. 4.

²⁶⁰ Na última iniciação científica da Graduação (2009-2010), enquanto bolsista do CNPq, fiz um levantamento dos folhetins nos jornais *A Família*, *O Sexo Feminino*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, *Colombo*, *A Provincia de Minas* e *A Provincia de São Paulo*. Esse trabalho superou nossas expectativas, pois acumulamos mais de 900 páginas de levantamento, o que pode indicar um crescente público feminino leitor e certa preocupação com a leitura feminina na época, já que essa seção era comumente destinada ao “bello sexo”.

A historiadora Marlyse Meyer publicou o livro *Folhetim: uma história*, que é fruto de mais de vinte anos de pesquisa sobre folhetins brasileiros e franceses.²⁶¹ Segundo a autora, pode-se dizer que o jornalismo brasileiro foi uma espécie de “imitação servil do modelo francês”.²⁶² Assim, no Brasil do século XIX, inúmeros “romances-folhetim” franceses foram publicados ou inspiraram produções veiculadas nos rodapés dos nossos jornais. De acordo com Meyer:

Muito embora o estudo de tiragem e público da imprensa brasileira ainda esteja por ser feito, o simples exame das modificações havidas no jornal leva a crer que, como na França, sua prosperidade esteve ligada diretamente ao sucesso e, portanto, à publicação do folhetim. E tal sucesso mostra igualmente, guardadas as proporções, a existência no Brasil de um público consumidor de novelas já suficiente para constituir-se em elemento favorável de venda de jornal.²⁶³

O primeiro romance-folhetim do jornal *O Sexo Feminino* iniciou-se no dia 22 de julho de 1875, ou seja, no primeiro número do jornal publicado no Rio de Janeiro. Essa narrativa tinha por título, “Mathilde e Eduardo: Romance moral”, e sua autoria não foi totalmente revelada, já que havia apenas a assinatura D***. Acompanhamos o romance até o nº 22 do jornal na Corte, mas, infelizmente, não tivemos acesso ao seu desfecho, devido à ausência de algumas publicações do jornal. Entretanto, podemos relatar que a história se passava em Uzerche (cidade situada no sudoeste da França) e Paris. A narrativa conta a saga de um casal apaixonado que se esforçava para se casar, apesar da relutância do pai do noivo. Com o intuito de afastar o casal Mathilde e Eduardo, o barão (pai de Eduardo) inventava que Mathilde estava levando uma vida desonrosa, envolvendo-se com pessoas de péssima reputação. Entretanto, a verdade foi esclarecida.

O segundo folhetim foi intitulado “Vaidade e Candura: romance moral”, esse sem nenhuma autoria revelada. Tratava-se de um romance mais breve, que conseguimos acompanhar na íntegra. A história se resumia a um diálogo entre duas primas, que foram criadas bem próximas desde a infância, mas cada uma adquiriu hábitos diferentes após o casamento. Seus nomes eram Nathalia e Adelina; ambas tinham filhos. Nathalia era casada com o subchefe da repartição do ministério das finanças e, por isso, levava uma vida tranqüila financeiramente. Entretanto, ela não se contentava em ser mãe, esposa e permanecer enclausurada em casa; por isso, durante o dia, mantinha a aparência de

²⁶¹ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁶² *Ibidem*, p. 32.

²⁶³ *Ibidem*, p. 32.

mulher recatada e, à noite, conseguia driblar seu marido e, escondida, ia aproveitar os salões de Faubourg Saint-Germain (distrito de Paris), vestida com as mais luxuosas roupas e jóias. Em contrapartida, Adelina era o anjo de candura que todo marido oitocentista almejava para constituir uma família honrosa. Ela só se preocupava com a criação dos filhos, o bem-estar do marido e com a reputação da família. Por isso, quando Adelina descobriu a vida que a prima levava, tentou aconselhá-la, mas Nathalia foi indiferente às recomendações de Adelina e terminou morrendo com a reputação suja. O romance terminou com a seguinte frase: “Adelina foi quem por muito tempo chorou a desgraçada vítima da – vaidade e da ambição!”²⁶⁴

Um folhetim peculiar foi publicado no dia 16/04/1890. Essa narrativa não se caracteriza como romance-folhetim, pois sua história foi narrada em um único número do jornal; não possuía o suspense dos intervalos que caracterizavam o romance-folhetim. O título era “As cinco virtudes”, de autoria de Eulália Diniz.²⁶⁵ Essa narrativa se passava em S. Petersburgo e envolvia crianças fidalgas e pobres. Clara, que era filha de família fidalga, não aceitava a irmã adotiva, que era filha biológica de um soldado. A menina rica humilhava a pobre durante toda a história, mas, ao fim, a humildade de Sophia venceu a soberba de Clara.²⁶⁶

O último folhetim foi “A Diva Isabella: romance original”, escrito por D. Elisa Diniz Machado Coelho, filha da redatora. Esse foi o romance mais longo, do qual tivemos acesso a 18 partes, mas não lemos o final, devido ao corte repentino na publicação do jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Esse romance-folhetim também começou a ser publicado no jornal *Primavera*, mas não foi até o fim. A narrativa também se passava em São Petersburgo, na Rússia, e narrava a vida de uma moça de família humilde que tentava conseguir dinheiro para ajudar seus pais, através de sua bela voz. A autora mostrou as dificuldades enfrentadas pela família de Isabella naquele inverno russo, mas, ao decorrer da narrativa, a bela moça e seus pais iam conquistando, com sua humildade, a simpatia de pessoas dispostas a lhes ajudar.

²⁶⁴ SEM AUTOR. Vaidade e Candura: Romance moral. *O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 12/09/1875. Seção Folhetim do Sexo Feminino. p. 4. [grifo no original]

²⁶⁵ Há uma confusão em relação a esse nome, devido ao sobrenome Diniz. Em algumas publicações dos jornais de Francisca Diniz, em que ela transcreveu elogios dos colegas da imprensa sobre seus periódicos, há informação que Eulália Diniz seria sua filha, mas, de acordo com os escritos da própria redatora, suas filhas eram apenas três: Elisa, Albertina e Amélia. Ver: DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *Collegio Maternal de N. S. Da Penha. O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 05/09/75. Seção Annuncios. p. 4.

²⁶⁶ DINIZ, Eulalia. As cinco virtudes. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 16/04/1890. Seção Folhetim do Sexo Feminino. p. 2-3.

Todas essas narrativas falavam de virtude feminina, amor familiar e conjugal, e traziam uma lição de moral para as leitoras. Portanto, os romances-folhetim publicados nos jornais de Francisca Diniz não estavam diretamente ligados à emancipação feminina; eles privilegiavam a questão da “natureza feminina” e suas virtudes, já que todas essas histórias prezavam pela honra, moralidade, delicadeza, beleza, lealdade e amor.

Por fim, falaremos do romance *A Judia Rachel*, publicado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz e sua filha Albertina Diniz, no ano de 1886, quando os jornais da professora não estavam em circulação. O romance também não trata da emancipação feminina, mas da saga de uma judia que foi roubada de sua família ainda na infância. Rachel vivia com sua família na Europa e acabou virando escrava no Oriente Médio. A beleza da moça encantou um dono de harém, que a comprou como esposa. Após muito sofrimento, a história teve um desfecho feliz: Rachel foi resgatada por um príncipe católico e os dois se casaram.

Ao longo da narrativa, Francisca e Albertina Diniz tentaram mostrar a superioridade da religião católica em relação às religiões orientais, que tratavam a mulher como escrava e a vendia como objeto. Portanto, a lição do romance era que a religião católica era fundamental para a felicidade feminina, já que, nos países “civilizados”, onde a Igreja Católica predominava, as mulheres eram tratadas com respeito e eram felizes no casamento. Essas ideias dialogam com algumas publicações dos jornais de Francisca, algumas das quais tratamos neste trabalho, como a questão da religiosidade e do sacramento do matrimônio. Além disso, era frequente a concepção de que o Ocidente era civilizado e o Oriente era barbárie. Por exemplo, num artigo publicado no dia 18 de outubro de 1873, a redatora comentou sobre uma feira no Oriente em que se vendiam mulheres como escravas. Na venda do turco, as mulheres ficavam seminuas, deitadas no chão, à espera de um comprador. A redatora ficou indignada, pois o fato ocorreu em 1829, na Europa, próximo a Paris e a Londres.²⁶⁷ Na concepção da autora, esse tipo de prática só ocorria em lugares atrasados e por pessoas incivilizadas. Tal argumento corrobora a análise feita por Joan Scott, quando ela afirma que na França a ideia de individualidade era pensada em termos de raça; assim, o homem branco e ocidental era concebido como um ser superior, enquanto os negros e

²⁶⁷ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Educação intelectual. *O Sexo Feminino*, Campanha, 18/10/1873. Seção O Sexo Feminino. p. 1-2.

orientais eram vistos como “selvagens”.²⁶⁸ Em se tratando das feministas que analisamos, essa prerrogativa era válida em relação aos Orientais, pois encontramos artigos carregados de preconceito em relação aos costumes dos povos orientais. Geralmente, elas ficavam horrorizadas com a poligamia e com a forma que a mulher era tratada – como coisa, como escrava. O país mais citado para falar das barbaridades orientais era a Turquia.²⁶⁹ Portanto, podemos perceber certa identificação entre o pensamento francês e o brasileiro, no século XIX. Mas, é importante notar, que não podemos apropriar a análise de Scott para as feministas brasileiras quando a questão eram os negros. Apesar do preconceito arraigado na sociedade, elas demonstraram simpatia pela abolição e respeitavam os indivíduos “de cor”.

Findamos, aqui, o capítulo de nossa dissertação dedicado às produções de Francisca Diniz e suas colaboradoras. Esperamos que o leitor tenha apreciado os projetos de emancipação feminina criados pela redatora e compreendido que, apesar de algumas concepções da professora parecerem conservadoras, aos nossos olhos do século XXI, seus empreendimentos foram ousados para aquela sociedade oitocentista, na qual o espaço público era extremamente restrito ao seu sexo. Além disso, é nosso desejo que o leitor note quão culta era essa mineira, pois a carga de leitura que ela nos apresentou é digna de apreciação. Ela conseguiu extrair dessas leituras, propostas inusitadas para as mulheres e a sociedade do século XIX, principalmente em se tratando da questão educacional. Francisca Senhorinha nos revelou ter sido uma grande mulher em seu tempo, com algumas ideias instigantes, que permaneceram nas pautas dos movimentos feministas brasileiros por anos. Defendemos que, além de feminista, Francisca se revelou uma mulher extremamente preocupada com a educação de toda a humanidade. Por isso, Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi mais que jornalista, que mãe e que esposa; ela foi, sobretudo, educadora!

²⁶⁸ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 37.

²⁶⁹ DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. Emancipação: Igualdade de direitos. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15/03/1890. Seção O Quinze de Novembro. p. 1-2.

2. Josephina Alvares de Azevedo: professora, jornalista e, sobretudo, feminista!

A biografia de Josephina Alvares de Azevedo ainda é algo obscuro na historiografia, afinal, encontramos dados conflitantes nas obras que mencionam a jornalista. Segundo o dicionário de Sacramento Blake, Josephina era filha do Dr. Ignacio Manoel Alvares de Azevedo²⁷⁰ e, portanto, irmã, pelo lado paterno, do poeta Manoel Antonio Alvares de Azevedo. Para Blake, a jornalista havia nascido em Itaborahy, Rio de Janeiro, em 05 de março²⁷¹ de algum ano do século XIX.²⁷² Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes fornece os mesmos dados sobre a filiação e o local de nascimento de Josephina. Além disso, informa-nos que seu ano de nascimento foi 1851.²⁷³

O *Dicionário Mulheres do Brasil* confirma a filiação e a terra natal de Josephina de Azevedo informada por Blake e Bernardes e, também, o ano de nascimento da jornalista, em 1851.²⁷⁴ Constância Lima Duarte compartilha a informação sobre o fato de Josephina ser irmã do poeta Álvares de Azevedo, entretanto, afirma que o ano de nascimento da redatora era 1852 e que sua cidade natal era o Recife (PE).²⁷⁵

A leitura do jornal *A Família* nos levou a corroborar a análise de Valéria Andrade Souto-Maior. A autora afirma que, provavelmente, Josephina de Azevedo tenha nascido no Recife, já que a própria jornalista forneceu essa informação em seu periódico (neste capítulo, mencionaremos alguns trechos do jornal que confirmam essa afirmação). Souto-Maior baseia-se no *Dicionário mundial de mulheres notáveis*, para sugerir que o

²⁷⁰ Segundo Valéria Souto-Maior, ele faleceu em 1873. Ver: SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 484.

²⁷¹ No jornal *A Família*, encontramos a informação recorrente de que o aniversário de Josephina era dia 5 de maio. Ver: VALLE, Perpetua do. Josephina Alvares de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/05/1891. p. 2.

²⁷² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 237-8.

²⁷³ BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988. p. 114.

²⁷⁴ BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schumacher (orgs). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 301.

²⁷⁵ DUARTE, Constância Lima. Josefina Alvares de Azevedo: militância de uma jornalista e escritora. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher: Cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999. p. 340.

ano de nascimento de Josephina seja 1851. A nosso ver, a análise mais interessante é em relação aos vínculos parentais entre a jornalista e o poeta. Segundo Souto-Maior, o autor Vicente de Azevedo entrevistou uma irmã e um primo de Álvares de Azevedo, que negaram a paternidade ilegítima de Josephina. Além disso, em relato que também trabalharemos em nossa dissertação, a própria jornalista escreve em seu periódico que ela era prima do poeta. Pensando nisso, Valéria Souto-Maior nos traz uma importante interpretação:

Portanto, embora não se possa descartar de todo a possibilidade de que, para não expor-se publicamente na condição humilhante de irmã ilegítima, a conhecida jornalista tenha preferido assumir laços menos próximos com o renomado poeta, a informação de que eles eram primos deve ser considerada senão como incontestável, sem dúvida alguma, como a mais provável.²⁷⁶

Valéria Souto-Maior sugere que Josephina partiu do Recife e chegou a São Paulo no ano de 1878; também há indícios de que ela foi mãe.²⁷⁷ Embora não saibamos quem foram seus filhos, se ela foi casada e onde se graduou, a memória que essa pernambucana nos legou foi bem mais relevante do que simples dados de uma vida particular. Assim, a biografia pouco esclarecida de Josephina Alvares de Azevedo se torna algo menor, se levarmos em consideração a ousadia de seus escritos, naquela sociedade brasileira de fins do século XIX. É justamente sobre suas ideias, impressas no periódico *A Família*, que almejamos tratar neste capítulo que se abre. Convidamos o leitor a nos acompanhar por mais esse caminho, construído com base nas análises dos interessantes pensamentos de uma mulher, que foi professora, jornalista e, sobretudo, feminista.

2.1 Programa, defesas e críticas

Foi em novembro de 1888 que Josephina Alvares de Azevedo colocou em circulação o jornal *A Família*. Nesse número-programa, ela utilizou o editorial²⁷⁸ para explicar o nome de seu periódico e seus objetivos ao lançar um novo órgão da imprensa. A redatora esclareceu que o título *A Família* poderia passar a impressão de que o periódico era dedicado, exclusivamente, à educação da mãe de família; entretanto,

²⁷⁶ SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Op. cit.*, p.484-485. (a)

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 485.

²⁷⁸ Alguns editoriais do jornal *A Família* não contêm assinatura. Sempre que conseguimos identificar o texto como de autoria de Josephina de Azevedo inserimos seu nome como autora, para fazer as devidas referências.

Josephina fez questão de ressaltar que suas motivações eram bem mais amplas. Ela nos revelou que suas amigas a incentivaram a fazer conferências sobre a educação da mulher, mas tendo percebido que o discurso em voz alta não era sua melhor habilidade, acabou se identificando mais com a palavra escrita. Josephina percebeu que a imprensa era um meio poderoso de despertar as “consciências adormecidas”, por isso, almejou utilizá-la para romper um sono secular: “a escravidão da mulher”.²⁷⁹

Josephina de Azevedo criticou duramente os homens que defendiam a inferioridade feminina. Para ela, homens e mulheres eram semelhantes, apenas com algumas funções especiais de acordo com sua natureza sexual. Por isso, a mulher devia competir com o homem em tudo, no governo da família ou na direção do Estado. Para a redatora, as mulheres eram vítimas de um erro e, por isso, a elas era legado “um plano inferior nos destinos das nações”. Josephina argumentou que a sociedade se estruturava em dois princípios: o da força e o da ordem. O primeiro era dominado pelo homem, e o segundo, pela mulher. Partindo desse raciocínio, ela defendeu que a mulher era mais habilitada em dirigir os governos, pois o homem sempre foi a negação da ordem e sociedade alguma se sustentava sem esse princípio. Entretanto, ela lamentou ao lembrar que, no Brasil, o sexo feminino estava longe de conquistar o direito de administrar um país. Ela se mostrou indignada com o fato das brasileiras não terem, nem ao menos, o direito de adquirir seu sustento sem ser criticada pela sociedade. Assim, concluiu que a sociedade brasileira cultivava a mais bárbara de todas as escravidões: a escravidão da mulher. Nesse momento, ela se exaltou: “Pensam [os homens] que seremos melhores na qualidade detestável de cousas do que na exceção justa e lógica de pessoas; piores sendo, companheiras do que sendo escravas!”²⁸⁰

Josephina de Azevedo se lançou na imprensa com o intuito de lutar pela emancipação da mulher, tendo a igualdade e a liberdade como princípios. Para tanto, seria necessário o aprimoramento da educação feminina, pois, para ela, a educação em sua época se resumia a “saber mal o português, a arithmetica, o francez, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa”.²⁸¹

Logo nesse primeiro número, Josephina lançou uma ousada ideia em sua revista: a educação da mulher não devia ser destinada unicamente a educar seus filhos, pois a

²⁷⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 18 de Novembro de 1888. *A Família*, São Paulo, 18/11/1888, p. 1.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 2

²⁸¹ *Ibidem*, loc. cit.

mulher não era mãe todos os dias e, às vezes, não era nunca. A ousadia desse pensamento está no fato de Josephina considerar que a mulher tinha escolha de não ser mãe e, nem por isso, ela deveria se afastar dos estudos.²⁸² Em geral, as mulheres da época, mesmo as de concepções emancipadoras, como Francisca Diniz, Anália Franco e Julia Lopes, não colocavam a possibilidade da mulher não exercer a maternidade; na cabeça daquelas mulheres, algumas das funções sociais mais relevantes do sexo feminino eram ser mãe e educadora da humanidade.

Josephina de Azevedo fechou seu artigo de abertura enfatizando que as mulheres deviam “estudar muito, banhar o espírito na luz da sciencia; mergulhar o pensamento na historia; fazel-o ressurgir no direito”. A redatora acreditava que o futuro seria favorável à causa da emancipação feminina. Para isso, ela clamava que findassem os preconceitos dos homens, pois os mesmos interferiam nas bases dos direitos das mulheres. A autora se sentia motivada com o exemplo da Revolução Francesa; naquele momento, ela acreditava que seus ideais já estavam sendo refletidos na América. Portanto, Josephina almejava que a mulher brasileira se tornasse instruída e livre, por isso, ela esclareceu que, para seguir em frente com sua luta, nunca deixaria de falar francamente tudo o que pensava.²⁸³

Esses pensamentos expostos foram apenas o início de uma jornada de luta pelos direitos das mulheres. Esses argumentos foram aprimorados ao longo dos anos de publicação do jornal *A Família*, e novos conceitos foram colocados em pauta. Desde o início de suas publicações, Josephina contou com a colaboração de outras mulheres, sendo que algumas se tornaram verdadeiras companheiras da redatora, publicando na maioria das edições. Mas vale ressaltar que as colaboradoras tinham liberdade para publicar o que pensavam, pois encontramos ideias bem distintas das defendidas por Josephina. A mensagem veiculada na seção “Expediente”, do segundo número do jornal, soou contraditória: “*A Família* vem ocupar a posição que ha longo tempo a aguardava na imprensa desta provincia, onde ha muito se fazia sentir a necessidade de um orgam que se prendesse unicamente á educação da familia”.²⁸⁴ Como mencionamos anteriormente, Josephina de Azevedo não almejava veicular um jornal que tratasse apenas da educação da família; ela desejava ampliar os horizontes e tratar também de outros temas relevantes naquele momento, como a emancipação da mulher. Seria aquela

²⁸² *Ibidem, loc. cit.*

²⁸³ *Ibidem, loc. cit.*

²⁸⁴ SEM AUTOR. O nosso fim. *A Família*, São Paulo, 08/12/1888. Seção Expediente, p. 1.

mensagem, uma estratégia para conquistar as mães de famílias? Seria uma forma de apresentar seu jornal de maneira mais amena, para não causar nenhum susto? Seria uma maneira de facilitar o acesso das mulheres à leitura daquele jornal, sem o questionamento dos pais e maridos? Todos esses questionamentos são apenas reflexões. O que podemos afirmar é que o jornal fundado por Josephina não tratava, exclusivamente, da educação da família; suas ideias tiveram alcance muito maior. Quando o jornal completou 50 números, a redatora mudou um pouco seu discurso, ao afirmar que seu periódico era “uma publicação exclusivamente dedicada á *emancipação da mulher*”.²⁸⁵

Em seus escritos, Josephina continuava a desenvolver seus argumentos em prol da educação da mulher que, para ela, culminaria obrigatoriamente na emancipação. Mas o que significava emancipação, para a redatora? Ela esclareceu que emancipar era ter igualdade de direitos, de acordo com as aptidões de cada um. Para ela, a única limitação imposta ao indivíduo, ao exercer atividades materiais e morais, era somente sua competência. Portanto, o sexo não impedia a mulher de tornar-se colaboradora do progresso social e de possuir os mesmos direitos que os homens.²⁸⁶

Era com muita satisfação que a redação do jornal *A Família* divulgava os avanços alcançados pelas mulheres no Brasil e no mundo. A direção do periódico se mostrou muito atenta às novidades, pois eram veiculadas notícias de todos os continentes, o que demonstra grande preocupação em produzir material de qualidade, em manter suas leitoras atualizadas e incentivá-las com os bons exemplos. Em dezembro de 1888, a redação noticiou que três mulheres haviam se formado em Direito, na Faculdade do Recife. Eram elas: Palmira Secundina da Costa, Maria Fragoso e Maria Coelho da Silva Sobrinho. Segundo o jornal, elas eram as primeiras a se formarem em Direito no Brasil e deveriam servir de exemplo para suas compatriotas.²⁸⁷

Tal como Francisca Diniz, Josephina de Azevedo também foi inspirada pelas leituras de Aimé Martin. No terceiro número de sua publicação, ela transcreveu trechos do autor e argumentou que era fundamental aprimorar a educação da mulher, e ainda enfatizou que a educação feminina era mais importante que a do homem, pois era a

²⁸⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Rio, 27 de Fevereiro de 1890. *A Família*, Rio de Janeiro, 27/02/1890. p. 1. [grifos no original]

²⁸⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 18 de Novembro de 1888. *A Família*, São Paulo, 18/11/1888. p. 1.

²⁸⁷ SEM AUTOR. Bravo! *A Família*, São Paulo, 15/12/1888. Seção Novidades. p. 8.

mulher quem tinha a função de preparar os cidadãos. Um dos trechos de Martin que a redatora transcreveu foi esse:

Faço-se, porém, nossas mãis cidadãs, e tudo se mudará: em lugar de apostarem, como amas, qual terá filhos mais corados e mais bem vestidos, apostem qual lhes ha de plantar, como diz o bom Amyot, virtudes na alma e vigor no espirito; e o paiz em que isto succeda se tornará o modelo das nações.²⁸⁸

Ainda baseada em Martin, a redatora argumentou que a instrução da mulher traria benefícios para todos, já que quanto mais instruída ela fosse, melhor ela transmitiria seus conhecimentos e engrandeceria a pátria.²⁸⁹

No editorial seguinte, Josephina de Azevedo escreveu outro artigo, ainda utilizando Aimé Martin como sustentação de seus argumentos. Ela abriu seus escritos afirmando que, no final do século XIX, “seculo das luzes e do progresso”, as mulheres continuavam vítimas dos prejuízos e mantinham-se “estacionarias”, sem poder contribuir para o desenvolvimento social. A redatora usou uma recorrente frase de Martin, que dizia que se a pessoa quisesse saber o desenvolvimento político e moral de determinada nação, bastava saber o lugar que a mulher ocupava naquela sociedade.²⁹⁰

Josephina de Azevedo acreditava que se a mulher continuasse sendo escrava do homem, ela seria um eterno fardo; entretanto, se a mulher conseguisse se libertar, ela se tornaria o mais forte alicerce da sociedade e da família. Por isso, a redatora não deixava de enfatizar a necessidade de oferecer uma sólida educação para o sexo feminino. Josephina desejava muito a emancipação, por isso acreditava que essa conquista geraria uma revolução na sociedade: “a conquista da nossa elevação moral nas sociedades modernas está destinada a fazer do mundo civilizado o teatro dessa outra revolução fecunda, que ha de dar á mulher o seu lugar ao lado do homem”.²⁹¹

A redatora findou seu editorial em tom mais firme. Ela questionou por que seu sexo era privado de liberdade. Ela mesma respondeu que alguns diziam que só o homem tinha o direito de governar, e a mulher tinha a obrigação de obedecer. Já que a sociedade funcionava daquela forma, para ela, aquilo só podia ser uma tirania, um despotismo que necessitava ser interrompido. Em suas palavras: “É necessario demonstrarmos que não

²⁸⁸ MARTIN, Aimé *Apud* AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 15 de dezembro de 1888. *A Família*, São Paulo, 15/12/1888. p. 2.

²⁸⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 15 de dezembro de 1888. *A Família*, São Paulo, 15/12/1888. p. 1-2.

²⁹⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 22 de dezembro de 1888. *A Família*, São Paulo, 22/12/1888. p. 1.

²⁹¹ *Ibidem*, loc. cit.

somos essas estúpidas, essas fragilidades, que deixam-se facilmente iludir, deixando-se escravizar. A mulher de hoje também pensa, também estuda, sabendo conhecer o que é bom e o que é mau para a família.” Concluiu afirmando que a mulher queria o progresso e o engrandecimento da humanidade para a concretização das ideias modernas.²⁹²

Para a redação do jornal *A Família*, o Brasil devia aproveitar seu momento de desenvolvimento e investir na educação da mulher, pois ela era a base principal do progresso. Caso o Brasil promovesse essa “revolução”, certamente, ele estaria ao lado das nações mais civilizadas. Mas, as mulheres também precisavam mudar; era preciso dedicar-se à leitura de autores como Aimé Martin, Monsenhor Landriot e Fenélon, pois apenas com boa instrução, a mulher seria capaz de exercer devidamente as funções de filha, mãe e esposa. Além disso, as mulheres deviam parar de pensar que o jornal de moda era “o verdadeiro jornal da família”. Ao se lembrar de concepções como essas, defendidas pelas mulheres, a redação se sentia envergonhada do seu sexo.²⁹³

Josephina de Azevedo foi enfática em suas críticas à educação dada às mulheres brasileiras, pois, para ela, não era tocando piano ou ostentando vestidos luxuosos que a mulher conseguiria educar seus filhos. Em seus escritos, ela valorizava a figura da mãe, por isso argumentava que a presença da mãe era muito melhor que o cuidado das amas. Mas a situação das mulheres não era boa, inclusive a redatora se envergonhava ao assumir que a maioria das brasileiras não sabia sequer ler. Diante desse quadro, a jornalista incitava as compatriotas a se dedicarem aos estudos.²⁹⁴

Josephina foi insistente na causa da educação feminina. A cada artigo, ela trazia novos argumentos para sustentar sua bandeira. No editorial do dia 30 de março de 1889, a jornalista utilizou trechos de Jorge Pinto para mostrar que as brasileiras eram muito belas por fora, mas defasadas intelectualmente. Muitos consideravam a instrução perigosa para a mulher, por isso, muitas mulheres se mantinham afastadas dos estudos. Ela não compreendia como, até aquele momento, a mulher poderia permanecer vítima do egoísmo masculino, e como os homens não percebiam que a educação sólida da mulher refletiria diretamente no aprimoramento do próprio homem e da pátria.

²⁹² *Ibidem*, loc. cit.

²⁹³ SEM AUTOR. S. Paulo, 12 de janeiro de 1889. *A Família*, São Paulo, 12/01/1889. Seção A Família. p. 1.

²⁹⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 02 de março de 1889. *A Família*, São Paulo, 02/03/1889. Seção A Família. p. 1.

Indignada, ela afirmava: “A precária condição social da mulher, sem educação e sem estímulos, não tendo outro ideal além do que poderia servir a uma filha da Turquia.”²⁹⁵

Observe que, tal como Francisca Diniz, Josephina de Azevedo também considerava a Turquia o lugar mais precário para a mulher viver, pois, naquele país a mulher era considerada escrava. Suas colaboradoras corroboraram tal concepção, motivo pelo qual encontramos artigos criticando os costumes daquele país e dos orientais, de maneira geral.²⁹⁶ A *Família* publicou um artigo sem autoria, cujo título era “Emancipemo-nos”. A autora criticava a condição vivida pela mulher naquele século XIX, que era época de progresso. Ela se mostrou horrorizada com a situação da mulher nos países do Oriente e indignada com o relato do médico inglês que presenciou a venda de mulheres como escravas na Europa (mesmo relato tratado no jornal *O Sexo Feminino*). A autora não conseguia compreender como a mulher podia ser tratada como coisa, já que ela tinha que ser mãe, “uma cousa tão santa”. A culpa da condição feminina era atribuída à mesquinhez do homem. A autora defendeu a ideia de que nos tempos modernos, o homem devia ampliar os direitos femininos, pois só assim haveria progresso na sociedade; portanto, a emancipação feminina era para o bem de todos. Por fim, ela almejava a igualdade entre os sexos.²⁹⁷

Algumas colaboradoras, como Anália Franco, tinham muita afinidade com o pensamento de Josephina de Azevedo. Anália Franco era a colaboradora mais ativa na luta pela educação da mulher. Essa professora afirmava que a educação da mulher era um assunto muito importante, mas que era tratado com indiferença pela maioria. Por esse motivo, o jornal que “nasceu para levar o recreio e a instrução ao albergue do pobre, e para substituir o livro que as classes menos favorecidas da fortuna não podem comprar”, devia ampliar os conhecimentos dos leitores. Assim, Anália Franco almejava chamar a atenção das leitoras para as ideias de autores eruditos que discutiam o tema. A professora argumentava que a educação feminina não podia se limitar ao aprendizado das prendas; e os pais estavam completamente enganados ao pensarem que a instrução era prejudicial aos deveres das mulheres. Anália Franco acreditava que a mulher devia ser instruída na dose certa, para que ela compreendesse seus direitos e deveres; e tivesse

²⁹⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 30 de março de 1889. *A Família*, São Paulo, 30/03/1889. Seção A Família. p. 1.

²⁹⁶ ASSIS, Deolinda de. O casamento. *A Família*, Rio de Janeiro, 21/12/1889. p. 5-6. SEM AUTOR. O terror das mães. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/01/1894. p. 1-2.

²⁹⁷ SEM AUTOR. Emancipemo-nos. *A Família*, São Paulo, 15/12/1888. p. 2-3.

condições de formar o caráter de seus filhos, com bons sentimentos e ideias elevadas. A autora ressaltava que a educação feminina era fundamental também para o homem, pois era a mulher quem educava as gerações vindouras, assim, tal educação devia ser repleta de moralidade.²⁹⁸

A autora afirmou que, apesar do avanço do progresso, a mulher permanecia “ainda submetida á humilhante tutela de menor”. Além disso, a educação feminina ficava presa à tradição e à rotina, parecendo disciplina de convento “onde o estudo e os livros são considerados cousas perigosas para ella”. Aos seus olhos, era inaceitável que, no século que aboliu a escravidão e acabou com o monopólio da instrução nas classes altas, houvesse tantas pessoas defendendo o “obscurantismo da mulher”. Analia Franco lamentava que, devido à falta de educação moral desde a infância, a maioria das mulheres desperdiçava grande parte de suas vidas com a vaidade.²⁹⁹

A professora se preocupava com a educação de todas as mulheres, fosse ela mãe, filha, esposa, rica ou pobre. Mas enfatizou que as filhas do proletariado não podiam, de forma alguma, ficar sem instrução, pois, mais do que as outras, elas precisavam garantir seu sustento. Por isso, criticou os pais que tiravam as filhas da escola, assim que elas aprendiam a ler. Analia defendia a criação de escolas profissionais para as mulheres, pois, dessa maneira, elas teriam acesso mais facilitado ao mercado de trabalho.³⁰⁰

A discussão sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho fez muitas vozes femininas ecoarem. Paulina A. da Silva defendia que a mulher, por sua capacidade intelectual, poderia exercer qualquer profissão, arte ou ciência dominada pelo homem. Além disso, a mulher tinha a vantagem de ter mais paciência, solicitude, assiduidade e calma.³⁰¹ Seguindo o mesmo caminho traçado por Paulina, uma colaboradora do jornal escreveu artigos mostrando as vantagens das mulheres serem médicas. Ela argumentava que a mulher tinha dons fundamentais para o exercício da medicina, como a paciência e a delicadeza. Além disso, muitas mulheres ficariam mais à vontade ao se consultar com uma companheira de seu sexo; as crianças seriam mais bem cuidadas e a medicina seria aprimorada com a contribuição feminina.³⁰²

²⁹⁸ FRANCO, Analia. Educação feminina. *A Família*, São Paulo, 19/01/1889. p. 3.

²⁹⁹ FRANCO, Analia. Notas sobre a educação feminina. *A Família*, São Paulo, 19/01/1889. p. 2-3.

³⁰⁰ FRANCO, Analia. O ensino complementar e proffisional da mulher. *A Família*, São Paulo, 13/04/1889. p. 2-3.

³⁰¹ SILVA, Paulina A. A mulher perante a sociedade. *A Família*, São Paulo, 02/02/1889. p. 5.

³⁰² SEM AUTOR. A mulher na medicina. *A Família*, São Paulo, 02/03/1889. p. 4.

No dia 6 de julho de 1889, a redação do *A Família* publicou o editorial com um dos temas mais instigantes das produções de Josephina de Azevedo: o sufrágio feminino. Não sabemos se esse editorial foi escrito por Josephina, por alguma colaboradora da redação ou em conjunto, pois não consta a assinatura. O importante é que esse editorial foi o primeiro de muitos outros artigos dedicados à questão do voto, que era tão elementar naquele momento. A redação queria alertar a mulher sobre sua importância na sociedade. Como o direito de votar era negado à mulher, a redação instigava suas leitoras a influenciarem na escolha dos candidatos de seus pais, irmãos e maridos. A redação saiu em defesa do Dr. Lopes Trovão, já que ele aprovava o voto feminino. Convocou todas as mulheres a lutarem por seus direitos, pois havia muito espaço fora do lar doméstico que a mulher tinha que conquistar.³⁰³

Percebemos que o interesse pelo voto tornou-se crescente na redação do jornal *A Família*, pois ela passou a publicar os avanços nessa área. Em outubro, a redação noticiou que as francesas começaram a se envolver nas questões eleitorais e transcreveu trecho de Mme. Astié de Walsayre, secretária da Liga das Mulheres Socialistas: “*A liga das mulheres socialistas, organizada pela Igualdade, decidiu apresentar nas próximas eleições as candidaturas das cidadãs Potonie Pierre, Saint Hilaire e Astié Walsayre*”.³⁰⁴ Vale dizer que a primeira candidata listada, Potonie Pierre, tornou-se colaboradora e representante, em Paris, do jornal *A Família*.

No mês seguinte, foi com muita satisfação que o jornal noticiou que mulheres goianas requereram a inclusão de seus nomes no alistamento eleitoral. Eram elas: Jacintha Luiza do Couto Brandão Peixoto, Silvina Ermelinda Xavier de Brito, Maria Santa Cruz de Abreu, Barbara Augusta de Sant’Anna e Virginia Vieira.³⁰⁵

Para Josephina de Azevedo, o exercício do voto era a maior “afirmação da supremacia do indivíduo”. Por isso, criticava a legislação que mantinha a mulher longe das urnas. A jornalista se mostrava indignada com o fato da mulher ser limitada a exercer funções no espaço público e ainda ser considerada, por muitos, como indivíduo inferior. Para Josephina, a mulher era igual ao homem; ela era capaz de exercer tudo o que o sexo masculino exercia. Portanto, o sexo feminino não podia ser incompatível com as manifestações da vida social. Para ela, as mulheres que estavam no mercado de

³⁰³ SEM AUTOR. As mulheres e a eleição. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/07/1889. Seção *A Família*. p. 1.

³⁰⁴ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/10/1889. Seção Novidades. p. 4. [Grifos no original]

³⁰⁵ SEM AUTOR. Eleitoras. *A Família*, Rio de Janeiro, 23/11/1889. Seção Novidades. p. 3.

trabalho eram prova da capacidade feminina, pois os resultados eram sempre positivos. Inclusive, argumentou que, nas monarquias, os Estados regidos por rainhas estavam guiando melhor o seu povo. Josephina afirmou que os homens não queriam as mulheres envolvidas na administração do Estado, em contrapartida, elas não tinham escolha; precisavam confiar em governos dirigidos por homens, mesmo que eles não merecessem. Portanto, era o momento de mudar tal situação, concedendo à mulher o direito ao voto. Ela defendia também o direito da mulher ser eleita, mas enquanto tal fato não era concretizado, o sexo feminino devia, ao menos, poder escolher seus representantes.³⁰⁶

A redatora continuou argumentando a favor do sufrágio feminino. Ela dizia que a questão havia sido muito debatida, entretanto, nada tinha mudado. Apesar de a mulher ter provado sua competência para a vida pública, muitos insistiam em defender a inferioridade feminina. Para chatear ainda mais Josephina, um fato ocorrido em Minas Gerais deu mais motivos para ela criticar os homens. Como a própria redatora relatou, em Barbacena, duas senhoras pediram a inserção dos seus nomes no alistamento eleitoral. O juiz daquela comarca aprovou o alistamento, entretanto foi recebida ordem de Ouro Preto para excluir o nome das senhoras da lista de votantes. Para Josephina, as razões da exclusão dos nomes das senhoras foram fúteis, e para provar isso às suas leitoras, ela transcreveu o parecer. Esse texto informava que o sexo feminino possuía incapacidades e demência, outrossim, a mulher poderia transformar o voto num “perigo social”. Além disso, o autor do texto reforçou que, pela legislação brasileira, a mulher não tinha capacidade política, nem civil. Ainda haveria o perigo das mulheres tornarem-se juízes de paz, deputadas, senadoras e exercer quaisquer funções públicas; o que era um absurdo aos olhos do parecerista. Para concluir, o autor argumentou que, nos países mais adiantados, as mulheres não tinham o direito de votar, por isso, as senhoras que solicitaram seu alistamento teriam que cumprir a lei. Para Josephina de Azevedo, os julgadores do caso estavam com a mente obscurecida pelos preconceitos arraigados na sociedade, e defendeu que a lei brasileira não negava o voto à mulher, que ambos os sexos eram iguais em valor moral e também deviam ser perante a lei.³⁰⁷

³⁰⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 07/12/1889. Seção *A Família*. p. 1.

³⁰⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/12/1889. Seção *A Família*. p. 1.

Ainda tratando da exclusão das senhoras de Barbacena do alistamento eleitoral, a redatora afirmou que o argumento utilizado pelos desembargadores era o mesmo utilizado em todas as ocasiões de restrição impostas ao seu sexo. Segundo Josephina, todos que eram contra a emancipação feminina afirmavam que a mulher não tinha capacidade política. E, naquele momento, incapacidade política ocorria geralmente nos seguintes casos: demência, menoridade, restrição por pena e inabilitações. Os legisladores incluíam, nesses itens, a diferença de sexo. Por isso, a jornalista questionava enfaticamente o posicionamento dos homens. Para ela, a mulher instruída era uma pessoa equilibrada e tinha total condição de exercer o direito de voto; assim, jamais poderia ser equiparada a dementes, menores e imbecis. Portanto, era absurda a incapacidade eletiva imposta às mulheres. Para Josephina, o voto era um exercício de escolha, então, todos os que tinham capacidade de escolha deviam ter o direito de votar. A redatora até aceitava que a mulher ainda não fosse elegível, mas era fundamental que ela tivesse o direito de eleger. A verdade era que, para nossa redatora, a mulher emancipada deveria exercer todos os direitos possíveis; nada devia ser proibido devido ao sexo do indivíduo. A atitude de discriminar sexualmente as pessoas era despótica, para ela. A redatora fechou seu artigo argumentando que mulher emancipada era mulher instruída, pois a instrução era a base para o exercício de todos os direitos.³⁰⁸

Em fevereiro de 1890, houve uma reforma eleitoral, como nos esclarece Virgílio Arraes:

[...] foi assinado o Decreto no 200-A, relativo à legislação eleitoral – por ser matéria afeta ao Ministério do Interior, sob titularidade de Aristides da Silveira Lobo, o documento seria conhecido como **Regulamento Lobo**.

Por meio dele, instituiu-se que os **cidadãos alfabetizados** com mais de, comprovadamente, 21 anos – excluídos quanto à idade os casados, oficiais militares, bacharéis, doutores e clérigos de ordens sacras – poderiam votar e ser votados.

Anteriormente, o Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, havia fixado que todos os cidadãos alfabetizados eram considerados eleitores, **com exceção das mulheres**. Extinguiu-se, ainda, o voto censitário, isto é, aquele condicionado à posse de renda líquida mínima anual.³⁰⁹

³⁰⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 21/12/1889. Seção A Família. p. 1.

³⁰⁹ BRASIL. Tribunal Superior eleitoral. *Títulos eleitorais: 1881-2008*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. p. 17.

Segundo José Murilo de Carvalho, apesar de todas as restrições ao voto que as leis determinavam, não houve no Brasil, até o ano de 1930, movimentos populares reivindicando esse direito. Exceção à regra foi o movimento pelo sufrágio feminino, que segundo ele, foi “valente, mas limitado”.³¹⁰ Era justamente com o intuito de expandir esse movimento, que nossa redatora do jornal *A Família* insistiu em sua propaganda.

Josephina de Azevedo publicou artigo criticando a reforma, já que a mesma continuou excluindo a mulher da vida eleitoral. Inclusive, ela transcreveu o seguinte trecho, que afirmava que o governo “*não considera nem oportuna, nem conveniente qualquer inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres sui juris ao alistamento e ao exercício da função eleitoral*”. A redatora questionou se, de fato, a mulher não tinha o direito de votar, pois a lei não esclarecia sua exclusão, já que todos os que soubessem ler e escrever poderiam exercer o direito de votar. Josephina não conseguia compreender como o regime republicano poderia tomar atitudes antidemocráticas; ela, que depositou grandes expectativas na república, ficara desiludida com o novo regime. Contudo, sua esperança sobreviveu; ela acreditava que a vitória do sexo feminino ressurgiria, em breve, com muito mais vigor.³¹¹

Algumas colaboradoras também tinham esperanças nas mudanças que o regime republicano poderia trazer em benefício das mulheres. Segundo Luiza Thienpont, no juramento feito pelo Governo Provisório, em 15 de novembro de 1889, foram aceitos os princípios da liberdade e da igualdade. Ela lembrou que, pouco tempo antes da Proclamação da República, a democracia soava como uma utopia, mas que o Brasil conseguiu conquistá-la, e o mesmo ocorreria em relação à emancipação feminina. Para Luiza, depois do fim da escravidão e da queda do regime monárquico, a emancipação seria mais um aperfeiçoamento social no Brasil. A emancipação seria o 15 de novembro do sexo feminino – tal como sonhava Francisca Diniz. Inspirada na Proclamação, a autora almejava que o processo de emancipação feminina também fosse pacífico. Da mesma forma que os brasileiros foram preparados para a abolição e para a república, seria preciso preparar as mulheres para sua emancipação. Ela esclareceu que os homens possuíam uma concepção equivocada desse processo; muitos pensavam que a emancipação da mulher significava a usurpação dos seus direitos. Para a autora, aqueles

³¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 42.

³¹¹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/04/1890. Seção A Família. p. 1.

homens estavam totalmente enganados, pois a mulher emancipada seria aquela que tivesse, na sociedade e na família, os mesmos direitos que os homens.³¹²

Tal como defendia Josephina de Azevedo, a colaboradora do jornal *A Família* também argumentava que a instrução sólida era fator elementar na emancipação feminina. Aos olhos de Thienpont, a mulher tinha que ser um sujeito de opinião, que tivesse capacidade de pensar, refletir e expor seus posicionamentos, e jamais tornar-se um ser subordinado às ideias dos outros. Num país que pregava a liberdade, a condição da mulher não podia ser outra. A autora preocupa-se, inclusive, com o julgamento que o futuro faria, caso elas não fossem ativas na sociedade:

Seria, creio, um crime sociológico pelo qual, mais tarde, os eruditos e os historiadores com razão pediriam restrictissimas contas, lavrando uma sentença contra nós, que nos dedicamos aos estudos e ao jornalismo, se acompanhássemos indiferentes este estado de cousas. Felizmente n'A *Família* somos 27³¹³ a protestar!³¹⁴

Em suma, Luiza Thienpont almejava que a mulher brasileira ocupasse um novo lugar naquele país republicano; lugar esse onde ela seria mais respeitada, valorizada e gozasse de amplos direitos.

Entretanto, a análise de José Murilo de Carvalho nos mostra que a transição da monarquia para a república não trouxe muitos avanços, em se tratando da questão da cidadania. Para ele, de 1822 a 1930, a única mudança importante nesse aspecto foi a abolição da escravatura, pois aos ex-escravos foram incorporados os direitos civis; ainda assim, de maneira mais formal.³¹⁵

Apesar disso, as mulheres tentaram se inserir na sociedade brasileira, enquanto cidadãs e, para isso, aproveitaram momentos relevantes para fazer suas reivindicações. Como bem escreveu Joan Scott:

Foi em momentos revolucionários ou de transformações constitucionais que a questão dos direitos políticos esteve mais aberta a discussões, e foi sob governos republicanos que a extensão e a universalidade do sufrágio puderam ser contestadas [...]³¹⁶

Josephina de Azevedo aproveitou o momento de transformações na sociedade, de mudança de governo e de reuniões na Constituinte, para intensificar sua propaganda

³¹² THIENPONT, Luiza. Instrução da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/04/1890. p. 1-3.

³¹³ Supomos que esse número 27 se refira às colaboradoras, que eram 19 naquele momento, mais Josephina e as pessoas que ajudavam na administração do jornal.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 2.

³¹⁵ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17.

³¹⁶ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 43.

em prol do voto feminino. Foi nesse mês que a redatora começou a anunciar sua peça *O Voto Feminino* – da qual trataremos no item sobre produção literária – e aumentou o número de artigos sobre o tema.

Segundo a redatora, alguns jornais do Rio de Janeiro estavam publicando artigos a respeito do voto feminino, já que aquela era uma discussão de interesse público. Para Josephina, a negação do direito de voto às mulheres “tem sido a maior extorsão de todos os tempos [...] que assignala o egoismo senil dos homens em todos os tempos”. Segundo ela, naquele momento em que se buscava constituir a nacionalidade brasileira, pautada nos princípios democráticos, estavam surgindo opiniões respeitáveis em prol do sufrágio feminino. Por isso, em alguns esboços da Constituição, o direito de voto feminino havia sido consagrado. Diante desse quadro favorável aos direitos femininos, a redatora defendia que os motivos das mulheres permanecerem distantes do exercício político eram: a relutância masculina e um erro de opinião. Afinal, para ela, nada provava que a mulher era incompatível com o ato de votar. A jornalista estava convencida de que, naquele momento de construção da nacionalidade, o princípio da elegibilidade feminina seria concretizado, ainda mais que a imprensa estava fazendo propaganda da causa. Assim, era importante que as brasileiras se interessassem por aquela vitória, a qual culminaria na elevação social da mulher.³¹⁷ Josephina clamava:

E' urgente que cada uma de nós se torne no lar uma propagandista acerrima, como em reunião e em sociedade se devem constituir aquellas que estejam melhor preparadas para o fazerem. E se assim procedermos, podemos contar com a victoria da nossa santa causa.³¹⁸

A redatora demonstrava ter muita força e esperança para continuar a lutar pelo sufrágio feminino. Ela insistia em defender que, como a mulher não era inferior ao homem em questões vinculadas à faculdade eleitoral, ele não poderia negar o direito de elegibilidade feminina. Dito isso, convidava suas patrícias a continuarem lutando pelo direito de votar. Josephina reconhecia que a elegibilidade da mulher não era uma lei histórica, já que todas as legislações colocavam a mulher sob a tutela do homem, e a educação dada às moças era sempre precária e incompatível com as atividades públicas. Entretanto, as experiências nos Estados Unidos mostravam que as mulheres eram vítimas, motivo pelo qual deviam questionar a tradição histórica e mostrar que a

³¹⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/04/1890. Seção A Família. p. 1.

³¹⁸ *Ibidem*, loc.cit.

legislação era insuficiente. Josephina sentia que aquele era o momento exato para as mulheres se empenharem em pedir o sufrágio, já que a Constituinte estava prestes a se reunir para firmar as leis brasileiras. Caso as mulheres não conquistassem esse direito naquele momento, a questão poderia ficar anos sem ser discutida pelas autoridades. Nas palavras da autora: “Assim, é urgente que a nossa propaganda se fortaleça cada vez mais, tendo em vista a proxima Constituinte, em que devemos contar defensores sinceros para que a nossa causa triunphe como o mais elevado direito social”.³¹⁹

No mês de julho de 1890, Josephina de Azevedo anunciou que estava publicando o texto da Constituinte. A única esperança que animava a mulher, naquele momento, era que se tratava de um projeto; por isso, ainda podia receber emendas e modificações. A redatora escreveu que, naquele projeto, nada foi favorável aos direitos da mulher e que seu sexo não foi beneficiado como devia no regime republicano.³²⁰ Nas palavras da jornalista:

A **liberdade individual** só é uma verdade, quando entre todas as pessoas os **direitos** sociaes são perfeitamente **iguales**. Ora essa igualdade não coexiste com a tutella permanente do homem sobre a mulher; perante as leis vigentes, de nada valem as aptidões e os talentos das mulheres, porque estas não podem concorrer com os homens em todos os ramos da actividade civica e social; portanto, nós não temos ainda, nem nos promete a lei projectada essa esperada **autonomia**, que era de prever em uma quadra de renascimento para um povo moderno.³²¹

Como podemos perceber pelo trecho transcrito, Josephina não estava satisfeita com o regime republicano e as condições da mulher na sociedade. Ela almejava liberdade, autonomia e direitos iguais entre os sexos. Por isso, ela insistia que a Constituinte devia conceder o direito de voto à mulher, pois as mulheres queriam a “partilha de bens sociaes” que o sexo masculino mantinha sob seu domínio. Ela afirmou que os membros da Constituinte não podiam “illudir mais a mais ardente das aspirações da mulher moderna”. Para a redatora, o sexo feminino devia esperar que na nova organização da nação, a mulher fosse considerada autônoma e portadora de direitos iguais aos dos homens.³²²

³¹⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Ainda o nosso direito. *A Família*, Rio de Janeiro, 26/04/1890. Seção A Família. p. 1.

³²⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Constituição e Constituinte. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/07/1890. Seção A Família. p. 1.

³²¹ *Ibidem*, loc.cit. [grifos nosso]

³²² *Ibidem*, loc. cit.

A propaganda de Josephina em prol do voto feminino certamente surtiu efeito. Algumas colaboradoras apoiaram sua causa e também quiseram se expressar sobre o assunto. Myrtis publicou um artigo, na primeira página do jornal *A Família*, criticando a posição que a mulher ocupava na sociedade e a condição em que ela nasceu predestinada: sempre ser submissa aos homens, seja ao pai, irmão ou marido.³²³ Para romper com essa tradição de inferioridade feminina, a autora fez um pedido às mulheres:

Protestemos por meio dos nossos escriptos contra a nossa humilhante posição actual. E nem é cedo para reagirmos contra esse crime secular [...].

Dirijamos petições ao corpo legislativo para que se nos outorgue o direito de voto, para que possamos **votar** e **ser votadas**.

Pudemos perceber que a colaboradora Myrtis tinha pressa em modificar a condição da mulher brasileira, naquele fim de século. Ela foi até mais ousada que a redatora Josephina de Azevedo que, a princípio, almejava conquistar apenas o direito de votar, para depois lutar pelo direito da mulher ser elegível. Myrtis convocava suas companheiras a lutarem também pelo direito de serem votadas.

A luta pelo sufrágio feminino ganhava forças nas páginas do jornal *A Família*. A colaboradora Izabel Dillon tomou uma atitude que, provavelmente, surpreendeu a muitos de seu tempo: ela publicou uma circular, candidatando-se à Constituinte, pelo Estado da Bahia – sua terra natal. Dillon afirmava que a legislação vigente não impedia a mulher de votar e ser votada, por isso, contava com o apoio de todos. Caso fosse correspondida em sua atitude, ela sustentaria os princípios democráticos, apoiaria o governo, pugnaria pela igualdade dos cidadãos de todas as religiões, pregaria a liberdade de pensamento, sustentaria o direito de votar e ser votado de todos que gozassem de direitos políticos. Izabel Dillon daria atenção especial à questão do trabalho nacional, focando seus esforços na melhoria do nível do proletariado brasileiro, concedendo-lhe mais independência e bem-estar. A candidata se preocupava com o futuro do Brasil, por isso, queria agir na economia, acabar com as desigualdades sociais e estabelecer leis de proteção à criança, à mulher e aos operários.³²⁴

³²³ MYRTIS. A emancipação da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 21/08/1890. Seção A Família. p. 1.[Grifos nossos]

³²⁴ DILLON, Izabel. Circular. *A Família*, Rio de Janeiro, 28/08/1890. p. 2.

Não podemos deixar de notar que as defesas de Izabel Dillon eram bem ousadas para sua época, pois, de fato, muitas de suas propostas eram necessárias, e o governo vigente não demonstrou esforços para acabar com as desigualdades sociais e proteger proletários, mulheres e crianças. Exemplo desse descaso do governo é mostrado por Carvalho, que afirma que apenas no Rio de Janeiro houve uma tentativa do governo de atuar na área trabalhista. Isso se deu em 1891, mas a lei não teve muito resultado. Apenas em 1927, o governo aprovou um Código dos Menores, que também não surtiu efeito. Fora esse código, nada foi feito em benefício dos trabalhadores, até 1930.³²⁵

No mês de dezembro, Josephina de Azevedo voltou a tratar da questão do voto feminino, no editorial de seu jornal. Segundo ela, dos 21 membros do Parlamento, apenas sete votaram a favor do sufrágio feminino. Diante desse quadro, a redatora perdeu as esperanças de os homens aprovarem o direito de voto às mulheres. Ela deixou clara sua revolta contra os homens: “seres perturbados sempre por todos os egoísmos que os torna inaptos para as grandes generosidades. Por si sós os homens nunca fariam grandes cousas”.³²⁶ Para a jornalista, a emancipação da mulher só se concretizaria no dia em que todas as senhoras repudiassem a condição como eram tratadas por seus opressores. Josephina estava agoniada com a falta de liberdade e independência de seu sexo. Ela dizia que a mulher, tal como o homem, tinha responsabilidades legais e morais. Assim, se os homens fizessem boa ou má política, a mulher seria afetada; por que, então, ela seria privada de interferir na política? A negação do voto feminino por 2/3 dos representantes levou Josephina a concluir que o Congresso teria desprezo por qualquer coisa que dissesse respeito aos direitos civis femininos. A redatora ficou em dúvida se os congressistas estavam acompanhando os avanços da emancipação feminina na Europa e Estados Unidos, mas ela tinha certeza de que os brasileiros estavam atrasados nessas questões e, por isso, seria difícil vencer seus preconceitos, que insistiam em considerar a mulher um ser inferior e incompatível com os direitos civis.³²⁷

Ainda mais chateada, escreveu Josephina em março de 1891, quando ela anunciou o encerramento dos trabalhos do Congresso Nacional. Como previsto, seu sexo não foi beneficiado com a nova Constituição Brasileira. Além disso, o deputado

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 62.

³²⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 11/12/1890. Seção A Família. p. 1.

³²⁷ *Ibidem*, *loc. cit.*

Cezar Zama³²⁸ apresentou um projeto sobre igualdade de direitos e o congresso respondeu com risadas. Esse fato injuriou tanto a redatora que ela escreveu o seguinte:

Com o encerramento dessa sessão perdemos as nossas esperanças [...] A republica tem hoje uma constituição; ao povo, afirma-se que foram concedidas todas as garantias e liberdades, que a democracia consagra em suas normas; nós, porém, não obtivemos a nossa emancipação; nada nos concederam [...] Que veio a republica de novo trazer a este paiz, em que a integridade moral do povo é um mytho e os direitos sagrados da mulher um motivo do riso insciente dos eleitos do Congresso?!³²⁹

Em contraste a esse artigo decepcionado com a república brasileira, logo em seguida, o jornal *A Família* publicou notícias sobre o avanço da emancipação feminina nos Estados Unidos. A notícia versava sobre um conselho municipal no Kansas, o qual era composto, exclusivamente, por mulheres. Além de tratar de uma nova lei aprovada em Nova York, que concedia direitos de propriedade à mulher e modificava a legislação criminal, tornando a mulher responsável por seus atos.³³⁰ Acreditamos que esse tipo de ordenamento dos artigos, por assuntos contrastantes, foi feita de forma premeditada. Certamente, o jornal *A Família* queria alertar suas leitoras sobre a condição precária das mulheres na sociedade brasileira e mostrar que a emancipação não era utopia, pois ela estava sendo concretizada em outros países.

A colaboradora Amélia Feijó publicou um artigo elevando a estima das leitoras. Ela tratou da recusa da emenda de Cesar Zama e dos risos que Costa Machado recebeu ao debater a questão. Amélia afirmava que esse fato não era motivo de desânimo; pelo contrário, era motivo de entusiasmo, pois esse fato só provava que a causa da mulher era grandiosa.³³¹

Josephina de Azevedo retomou a questão do voto durante toda a sua trajetória jornalística. Ela não desistiu de seu ideal, por isso, acompanhava as notícias vindas do exterior e chamava a atenção dos políticos para o fato. Em dezembro de 1890, ao falar sobre o avanço do sufrágio feminino em outros países, a redação do *A Família*,

³²⁸ Para uma biografia do deputado Aristides Cesar Spínola Zama, ver: http://www.geocities.ws/acadcaiteenseletras/index_historia_zama.html. Acessado em 30 de abril de 2013.

³²⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Pela politica. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. Seção A Família. p. 1-2.

³³⁰ SEM AUTOR. As mulheres na América do Norte. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. p. 2.

³³¹ FEIJÓ, Amélia. Emancipação da mulher III. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/07/1891. p. 2.

indignada, afirmou que só no Brasil essa questão não era refletida. Ela concluiu de maneira irônica: “Ah, aqui estuda-se Comte, faz-se leis pelas opiniões de Comte!!”³³²

Diferentemente de Francisca Diniz, Josephina de Azevedo e sua redação criticaram duramente os positivistas. E essa não foi a primeira vez que a redatora demonstrou sua indignação para com esse grupo.

Em um editorial de outubro de 1890, Josephina de Azevedo falou dos avanços que a mulher brasileira adquiriu no campo da educação. Ela ficou entusiasmada ao escrever que as mulheres podiam frequentar cursos superiores, tornarem-se professoras e fazerem clínica. Porém, com a ascensão da república, entrou no Brasil a “flagellada” filosofia positivista de Benjamin Constant. Para a redatora, essa corrente de pensamento era uma grande ameaça à causa feminina, pois ela fazia da mulher um ser “descerebrado, um pobre camello do deserto, destinado a servir o homem”.³³³ Josephina não poupou críticas a Benjamin Constant, e sua maior indignação era que, enquanto governo, ele não deveria espalhar filosofias imorais.³³⁴ Segundo a redatora, o ministro impediu o acesso das mulheres às Academias; isso significava condená-las à ignorância e a regredir no tempo histórico. Ela lembrou que foi a monarquia quem concedeu a inserção da mulher no ensino superior,³³⁵ “por uma velleidade, talvez, da monarchia aniquilada”, mas poucas mulheres iam ilustrar-se. Josephina tinha esperanças de que, com o tempo, o número de mulheres nas Academias se multiplicasse; entretanto, Benjamin Constant modificou essa trajetória: “em nome da moral positiva, da philosophia de Comte, o homem que não soube nem sequer constituir seu lar”. A redatora não se mostrou totalmente avessa à doutrina positivista; para ela, o ministério brasileiro estava sob “falsa orientação dos principios rasoaveis de uma doutrina”. Para ela, os positivistas brasileiros que subiram ao poder estavam desdobrando o positivismo em “dogmas insuportáveis”, como o decreto que baniu as mulheres do ensino superior. Diante do fato, a redatora questionou por qual motivo, num regime republicano, a mulher não podia ter ascensão na vida pública, e findou seu artigo, da seguinte forma:

³³² SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 11/12/1890. Seção Novidades. p. 2.

³³³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Decreto inique e absurdo. *A Família*, Rio de Janeiro, 16/10/1890. Seção A Família. p. 1.

³³⁴ *Ibidem*, loc. cit.

³³⁵ Vale lembrar que foi D. Pedro II quem concedeu o acesso das mulheres ao Ensino Superior, no dia 19 de abril de 1879. Segundo Eva Blay e Rosana Conceição, o Imperador assinou a lei depois que Maria Augusta Generosa Estrela formou-se em medicina nos Estados Unidos, com bolsa paga pelo governo, e ao retornar ao Brasil, não pôde exercer sua profissão. Ver: BLAY, Eva Alterman e CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (76), p. 51, fev/1991.

“Triste contingencia a da mulher neste paiz a permanecer de pé e intacta a legislação reformada pelo trêdo positivismo do governo!...”³³⁶

E por falar em ascensão na vida pública, Josephina de Azevedo dedicou inúmeros escritos em prol da inserção da mulher nas mais variadas profissões, na direção do País, nas Academias; ou seja, na esfera pública. Era justamente a noção de esfera separada, que a jornalista oitocentista Josephina almejava romper e, para isso, contou com o apoio da maioria de suas colaboradoras. Emiliana Moraes, por exemplo, criticava o fato de a mulher ter sido afastada dos negócios públicos, “obrigando a mulher a atrophiar seus nobres instinctos e quantas vezes tambem a capacidade e aptidão que possa desenvolver no desempenho de altos deveres sociaes”.³³⁷ Para Emiliana, a mulher não fora feita com inteligência igual à do homem, para ficar limitada às atividades domésticas. Ela acreditava que a mulher tinha grande carinho pela família, mas questionou se suas aspirações deviam se limitar àquele ambiente. Para ela, a mulher tinha plena capacidade de ocupar os cargos que o homem ocupava, como a direção dos Estados. Ela sustentou seu argumento se remetendo a países que eram governados por rainhas e eram bem administrados. Portanto, a colaboradora defendia que não era utopia a intervenção da mulher nos negócios públicos e tinha esperança que o futuro garantisse, ao seu sexo, esse direito.³³⁸

Maria Clara Vilhena da Cunha também defendeu a ampliação da esfera de intervenção das mulheres. Ela criticou aqueles que argumentavam que a mulher não devia se envolver com política e com os negócios públicos, pois ela era a rainha do lar. Segundo Maria Clara, nem no lar a mulher reinava, pois ela tinha sempre que ceder às vontades do marido, seja na escolha da profissão do filho ou na escolha do noivo da filha. Além disso, a esfera doméstica era muito limitada para a mulher, que devia expandir sua área de influência, e era preciso estabelecer direitos iguais entre os sexos.³³⁹

Apesar das duas colaboradoras mencionadas acima corroborarem as defesas de Josephina de Azevedo, tais concepções não eram unânimes nas publicações veiculadas pelo jornal *A Família*. É contraditório pensar que um jornal que lutava pela

³³⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Decreto inique e absurdo (Continuação). *A Família*, Rio de Janeiro, 30/10/1890. Seção A Família. p. 1.

³³⁷ MORAES, Emiliana. A emancipação da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/03/1889. p. 7.

³³⁸ *Ibidem*, loc. cit.

³³⁹ CUNHA, Maria Clara Vilhena da. A mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/10/1889. p. 2.

emancipação da mulher publicasse, em seus números, artigos que davam conselhos às noivas; conselhos esses que eram totalmente contrários aos escritos da redatora-chefe do jornal. Maria Amália Vaz de Carvalho era a autora dos artigos publicados com o título de “Cartas a uma noiva”. Num desses artigos que, ironicamente, foi publicado logo em seguida aos escritos de Maria Clara Vilhena da Cunha, tratados acima, a autora falava do quanto o homem se desgastava no espaço público. Para Maria Amália, depois de tanta fadiga, a mulher devia cuidar do seu marido. Segue o conselho: “Dá-lhe a melhor das poltronas, o mais confortável dos gabinetes, o mais suave e caricioso dos sorrisos, e principalmente, dá-lhe *um bom jantar!*”³⁴⁰

Outras colaboradoras pareciam que ainda estavam se acostumando com a ideia de se instruir. Encontramos um artigo, sem autoria, que defendia as virtudes e a capacidade das mulheres, e incentivava o sexo feminino a se instruir. Entretanto, os conhecimentos adquiridos não deveriam ser utilizados para o exercício de cargos fora do lar doméstico. A preocupação da autora era a seguinte:

[...] o que seria dos filhos ainda na aurora da vida, privados dias inteiros dos cuidados maternas? O que seria da ordem e economia dos lares se a mulher fosse discutir nas assembléas e nos tribunaes? [...] A instrucção da mulher é necessária, para se ella própria a preceptora de seus filhos [...]³⁴¹

O leitor pode estar se perguntando o porquê de Josephina de Azevedo autorizar a publicação de artigos que destoavam de suas concepções. A nossa hipótese é de que, para ela, era mais importante que a mulher praticasse a escrita e expressasse seus pensamentos ao público, do que concordar com todas as suas convicções. Afinal, a redatora foi enfática nessa ideia ao longo de seus escritos. Em vários momentos, ela incentivou a produção feminina e esclareceu que seu jornal estava aberto para a publicação das senhoras e afirmava pregar a liberdade de pensamento.

Outra bandeira levantada por Josephina Alvares de Azevedo e algumas de suas colaboradoras foi a da abolição da escravatura. A redatora não dedicou muitas páginas à questão, mas deixou claro seu posicionamento sobre o fato. Além disso, fez questão de anunciar eventos em comemoração ao 13 de maio e de prestar homenagens aos seus defensores.

³⁴⁰ CARVALHO, Maria Amália Vaz de. Cartas a uma noiva (continuação). *A Família*, Rio de Janeiro, 19/10/1889. p. 3.

³⁴¹ SEM AUTOR. A mulher e a sua instrucção. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/07/1889. p. 2-3.

Josephina não poupou elogios ao grande nome do abolicionismo no Brasil: José do Patrocínio. A redatora prestou-lhe homenagem na seção “Galleria Especial”. Ela elogiou seu vigor na luta pela abolição e sua habilidade como jornalista.³⁴² Ainda mais elogiada pela defesa da abolição, foi a colaboradora pernambucana, Maria Amélia Queiroz. A redatora prestou inúmeros elogios a essa mulher, que enfrentou todo o tipo de obstáculos para lutar pela libertação dos escravos, como a perda de amizades íntimas, problemas de saúde; foi mal interpretada por muitos, foi alvo de ódio, inveja e preconceito. Seu empenho na causa era tanto que, Maria Amélia, além de fazer discursos em eventos abolicionistas, publicou as polcas “Ave Libertas” e o “Judeu Errante” (poema de Gustavo Adolpho), e usou todo o lucro em benefício da abolição; também tirou dinheiro do próprio bolso para doar aos escravos. Ao escrever sobre essa pernambucana, Josephina de Azevedo se mostrava orgulhosa por tê-la tido como colaboradora de seu jornal.³⁴³

No dia 13 de maio de 1890, desde a manhã, o povo festejou a data cívica. Segundo o jornal *A Família*, houve festejos nas ruas e no teatro S. Pedro, além de discursos de José do Patrocínio e Deodoro da Fonseca.³⁴⁴ Izabel Dillon também escreveu a respeito da festa cívica. A colaboradora ficou satisfeita com a comemoração daquela data tão significativa para o País. Para ela, a abolição da escravatura representava progresso em prol da humanidade. Dillon elogiou, intensamente, o orador daquele evento: José do Patrocínio.³⁴⁵ Próxima a essa data, na capital, teve início uma campanha humanitária a favor dos filhos das ex-escravas. Segundo Josephina de Azevedo, a iniciativa foi do Dr. Alberto Brandão e teve a ajuda de José do Patrocínio. A ideia logo se espalhou pela cidade e “a alma nacional sentiu-se dominada pela mais compassiva das virtudes – a caridade”. De acordo com a autora, toda a imprensa apoiou a campanha. A redatora argumentou em prol daquele projeto, que visava criar creches para amparar as crianças. Ela defendia que era preciso tirá-las da miséria e prepará-las para a vida, com o objetivo de gerar homens fortes e mães fecundas para o País. Era preciso alimentar e educar aquelas crianças, para que elas tivessem grandes ambições e ótimos corações. Josephina findou seu artigo chamando todos a ajudarem e criticando a

³⁴² ZEFA. José do Patrocínio. *A Família*, Rio de Janeiro, 13/02/1890. Seção Galleria Especial. p. 2.

³⁴³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Maria Amélia Queiroz. *A Família*, Pernambuco, Nº Especial, 1890. p. 3.

³⁴⁴ SEM AUTOR. 13 de maio. *A Família*, Rio de Janeiro, 17/05/1890. p. 3.

³⁴⁵ DILLON, Izabel. Apotheose do 13 de Maio de 1890. *A Família*, Rio de Janeiro, 24/05/1890. p. 2-3.

sociedade pelo que fizeram com os negros: “Agora que se trata de instituir as crèches para tal fim, façamos todas por aquelles que soffrem, o que não soubemos fazer por aquelles que deviam amparal-os e não pódem!”³⁴⁶

Mais uma vez, Josephina de Azevedo mostrou ser uma exceção entre as pessoas de sua época, ao perceber a importância de integrar os ex-escravos à sociedade. Segundo José Murilo de Carvalho, “foram pouquíssimas as vozes que insistiram na necessidade de assistir aos libertos, dando-lhes educação e emprego, como foi feito nos Estados Unidos.”³⁴⁷ A própria Josephina comentou sobre esse movimento nos Estados Unidos e ressaltou que eram as senhoras que abriram escolas para ilustrar os ex-escravos.³⁴⁸ Nesse mesmo artigo, Josephina tratou de um assunto importante e pouco falado na imprensa: criticou a legislação penal do Brasil, que não dava a mínima atenção para a condição das mulheres nas penitenciárias. Ela afirmou que muitas viviam em promiscuidade com os outros carcerários ou mantinham “condemnavel contacto” com os guardas. A redatora defendia que as detentas deviam ser vigiadas por senhoras e deviam receber instrução e princípios morais. Para a redatora, as detentas deviam trabalhar enquanto estavam privadas da liberdade, para que retornassem sãs e moralizadas para a sociedade. Por isso, pediu a ajuda de suas conterrâneas e utilizou o movimento das norte-americanas como exemplo a ser seguido.³⁴⁹

A colaboradora Maria Jorandes narrou, emocionada, a história de uma amiga fazendeira que, após a morte do marido, libertou todos os escravos – eram mais de cem – na quinta-feira da semana santa, no ano de 1887. Jorandes ressaltou a benevolência da fazendeira ao libertar os negros, antes do 13 de maio de 1888 e também a triste condição que era o cativeiro. Ela tentou mostrar o bem que a liberdade fizera aos ex-escravos.³⁵⁰ Apesar de não se tratar de um artigo enfático na defesa da abolição, a autora se mostrou comovida com a condição dos negros e apoiou a atitude da amiga.

Muitas colaboradoras não dedicaram artigos específicos para defender a abolição, entretanto, mencionaram-na como símbolo de progresso social e utilizaram-na

³⁴⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Emancipação da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/07/1891. Seção A Família, p. 1-2.

³⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 51-52.

³⁴⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 20/01/1893. Seção A Família, p. 2.

³⁴⁹ *Ibidem*, loc. cit.

³⁵⁰ JORANDES, Maria. Quinta-feira de endoenças. *A Família*, Pernambuco, Nº Especial, 1890. p. 4-5.

para argumentar que tal como os escravos, as mulheres também tinham que ser libertas.³⁵¹

Diferentemente de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, a redatora do jornal *A Família* defendeu o divórcio. Para Josephina Alvares de Azevedo, a lei sobre o casamento civil, publicada em 1890, continha o erro de não permitir o divórcio.³⁵² Ela defendeu que o divórcio era uma “necessidade logica” e era absurdo o governo brasileiro não compreender tal fato. A lei não podia exercer mais qualquer tipo de tirania sobre a liberdade do casal. Para ela, caso o divórcio fosse permitido, muitas situações seriam evitadas, como: a mulher não se sujeitaria à condição de abandono e escravidão dentro do casamento, o homem não seria mais responsável pela desonra da mulher, a mulher não precisaria ser eterna companheira de um homem que a família escolheu; em suma, a mulher seria mais “senhora do seu destino”.³⁵³

Quase quatro anos depois da publicação do artigo tratado acima, Josephina continuou cobrando do governo medidas a respeito do divórcio. Segundo ela, o representante Erico Coelho era a favor do divórcio, mas ficou à espera de momentos mais favoráveis para a aprovação da lei. Para a jornalista, a relevante questão do divórcio estava sendo negligenciada.³⁵⁴ No mês seguinte, a redação criticou um panfleto de Teixeira Mendes, que afirmava ser o divórcio incompatível com a organização social. A redação tinha esperanças de que a lei do divórcio seria aprovada e que a mulher nunca seria reduzida ao que o positivismo desejava: “uma subordinada eterna ao egoísmo do homem”.³⁵⁵

Para encerrar esse subtópico, falaremos de um conceito que era fundamental para todos aqueles que reivindicavam seus direitos: a justiça. Foi justamente essa ideia que Josephina veiculou em seu periódico. A redatora compreendia justiça como algo simples: igualdade de direito entre os sexos. Por isso, ela foi enfática ao criticar o egoísmo dos homens, pois eram eles que formavam o governo e não faziam concessões

³⁵¹ Ver, a título de exemplo: THIENPONT, Luiza. Instrução da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/04/1890. p. 1-3; FRANCO, Analia. Notas sobre a educação feminina. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/04/1890. p. 2-3.

³⁵² A França foi inspiradora para Josephina defender o divórcio. Naquele país, o divórcio foi legal entre 1791 e 1816 e depois retornou à legalidade a partir de 1884. Ver: PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 276. (a)

³⁵³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O divórcio. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/10/1890. Seção A Família. p. 2.

³⁵⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O futuro congresso. *A Família*, Rio de Janeiro, 04/03/1894. Seção A Família. p. 1.

³⁵⁵ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 15/04/1894. Seção Novidades. p. 5-6.

de direitos ao sexo feminino. Mas, para a efetivação da justiça, era fundamental o apoio e a pressão exercida pelas próprias mulheres. Josephina não compreendia como tantas mulheres consentiam com a condição que lhes era imposta. Para ela, era inaceitável a mulher jurar obediência ao homem no altar e aceitar a falta de autoridade feminina para resolver qualquer questão perante o judiciário. Por isso, Josephina convocou as mulheres a exercerem sua cidadania, através da conquista da justiça social: “Isoladas nada poderemos, unidas poderemos tudo. A ocasião é oportuna, as mulheres não devem deixar de aproveitar-se deste momento de ideias de justiça e de progresso social. Mulheres brasileiras, mãos a obra!”³⁵⁶

O conceito de “cidadãos em negativo”, cunhado por José Murilo de Carvalho, é interessante para pensarmos a ação dessas mulheres oitocentistas. Para o autor, entre 1881 e 1925, não existia no Brasil “povo politicamente organizado, opinião pública ativa, eleitorado amplo e esclarecido”, com algumas ponderações. O autor afirma que alguns movimentos políticos mostraram um despertar de cidadania ativa, como os casos do movimento abolicionista e do tenentismo. Outra ponderação se refere ao fato de que, no Brasil, é preciso compreender a existência de uma cidadania menos formalizada, ou seja, exercida nas fímbrias dos mecanismos legais. Assim,

mesmo na ausência de um povo político organizado, existiria um sentimento, ainda que difuso, de identidade nacional [...] Ele é uma espécie de complemento, às vezes mesmo uma compensação, da cidadania vista como exercício de direitos. [...]

Além disso, se o povo não era um eleitor ideal e nem sempre teve papel central nos grandes acontecimentos, como a proclamação da república, ele achava com frequência outras maneiras de se manifestar.³⁵⁷

Essa análise condiz com as duas redatoras analisadas nessa dissertação, já que ambas, enquanto mulheres e povo brasileiro, não participaram dos marcos políticos da nação, mas não deixaram, à sua maneira, de participar de tais momentos. Se a presença física de Josephina e Francisca não estava nos locais dos acontecimentos, suas palavras e pensamentos circularam pelo País, expressando suas opiniões sobre cada evento.

Apesar do autor não trabalhar especificamente a questão da cidadania feminina, em alguns momentos, ele se refere à mesma. Ele não comentou sobre as jornalistas, mas escreveu a respeito de Jovita Feitosa, brasileira que usou vestes masculinas para lutar na

³⁵⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. A's mulheres. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/01/1892. p. 1-2.

³⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 65-67.

Guerra do Paraguai para “vingar as mulheres brasileiras injuriadas pelos paraguaios”.³⁵⁸ Ela foi vista como a Joana D’Arc brasileira. Além de Jovita, o autor comentou sobre a participação de mulheres nas manifestações populares do Segundo Reinado, principalmente na contestação contra a lei de recrutamento militar de 1874. O autor sugere que “talvez tenha sido esta a primeira manifestação política coletiva das mulheres no Brasil”.³⁵⁹ Se considerarmos a produção intelectual uma forma de manifestação política – o que defendemos neste trabalho – as mulheres começaram a se manifestar bem antes, basta lembrar de Nísia Floresta, que a partir de 1831 escreveu sobre a condição feminina em 30 números do jornal *Espelho das Brasileiras*, e no ano seguinte publicou seu primeiro livro.³⁶⁰

José Murilo de Carvalho argumenta que, apesar do povo não ter participado da política oficial, ele tinha noções sobre direitos e deveres. Por isso, as pessoas daquela época não podiam ser consideradas “politicamente apáticas”. Segundo o autor, “eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos [...] Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadão, mesmo que em negativo.”³⁶¹

A nosso ver, a análise do autor pode ser apropriada para nossas jornalistas e colaboradoras, já que as mesmas buscaram exercer sua cidadania nas fímbrias dos mecanismos legais. Entretanto, cabe uma ponderação no sentido de que o movimento dessas feministas não era apenas reativo. Ele era também propositivo, já que discutimos ao longo deste trabalho que as mulheres não apenas contestavam o governo e as demais autoridades; elas também colocavam propostas e ofereciam soluções. Essas foram as mulheres de imprensa oitocentistas: cidadãs em negativo, mas repletas de ideias para aprimorar a condição da mulher e do Brasil.

Por falar em Brasil, convidamos o leitor para uma viagem pelo País, entre os anos de 1889 e 1894, através dos relatos de Josephina Alvares de Azevedo.

2.2 Viagens de divulgação

Nossa incansável jornalista não parou de utilizar a criatividade e o esforço para divulgar seu periódico e suas ideias. Naquele fim de século, a professora navegou pela

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 38.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 71.

³⁶⁰ SEM AUTOR. Nísia Floresta: dados biográficos. Disponível em: <http://www.editoramulheres.com.br/cartasnisia.htm>. Acessado em 15 de maio de 2013.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 75.

costa brasileira para espalhar a emancipação da mulher pelo País. Veja o mapa abaixo, que representa os trajetos do que Josephina nomeou excursão de divulgação:

Imagem 5: Excursão de divulgação do jornal *A Família*³⁶²

Legenda do mapa:

- Primeira viagem de Josephina Azevedo. Origem: Rio de Janeiro/ Destino: Bahia
- Segunda viagem de Josephina. Origem: Bahia/ Destino: Recife (PE)
- Terceira viagem. Origem: Recife (PE)/ Destino: Ceará
- Quarta viagem. Origem: Ceará/ Destino: Pará
- Retorno de Josephina Azevedo ao Rio de Janeiro

As primeiras informações sobre as viagens de Josephina Alvares de Azevedo foram encontradas na publicação do jornal *A Família* de 19 de janeiro de 1889. Logo na primeira página, a redação informou que enquanto Josephina estivesse no Norte, a

³⁶² Montagem feita com base na leitura do jornal *A Família*. Usamos recorte do mapa do Brasil produzido por Debret e publicado em 1834. O mapa original está disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/624510002>. Acessado em 10 de abril de 2013.

gerência do periódico ficaria sob a responsabilidade do Dr. Francisco Dias de Barros.³⁶³ Ao fim desse número, o jornal informou que, em breve, a redatora partiria em excursão para conhecer o sistema educacional aplicado às meninas. Além disso, a redatora almejava viajar, com a mesma finalidade, para as repúblicas do Prata, Lisboa, Paris, Espanha e Estados Unidos.³⁶⁴

Apesar de Josephina Alvares de Azevedo ter considerado que sua excursão de divulgação se limitou aos locais que traçamos no mapa acima, com a leitura atenta das fontes, percebemos que ela fez outras excursões mais curtas de divulgação do seu periódico. Tudo isso teve início em princípios de 1889. Ela começou sua trajetória pelas Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde só sabemos que ela visitou algumas redações.³⁶⁵ Logo depois, ela fez uma rápida viagem a Santos, cidade que lhe deixou boas impressões. Em Santos, Josephina hospedou-se no Grande Hotel de França, local cuja cozinha lhe agradou, mas a bandeira francesa hasteada no centro do estabelecimento lhe pareceu falta de respeito ao Brasil. Aproveitou a viagem para visitar o correio, o qual lhe pareceu uma casa acanhada para a cidade. Visitou a alfândega, escolas, comércio, jardins e o teatro, que lhe pareceu esplêndido, ao menos do exterior, que foi de onde ela o observou. Passeou na Barra e adorou o lugar! Ela não deixaria de visitar os três órgãos da imprensa do local, os quais mereceram elogios da redatora do jornal *A Família* e também sua gratidão: “A maneira honrosa e brilhante por que fui recebida pelos collegas de imprensa, é um estímulo que mais me obriga a prosseguir na santa causa da educação da mulher”.³⁶⁶

Ao sair de Santos, Josephina seguiu em direção ao Rio de Janeiro, passando pela região Norte da Província de São Paulo e aproveitou para visitar a redação do jornal *Norte de São Paulo*.³⁶⁷ Assim que chegou ao seu destino, hospedou-se na casa de pensão dos Srs. Teixeira de Macedo & Comp., estabelecidos na Rua do Areal, nº 8. Segundo Josephina, era uma bela casa, com acomodações excelentes. Assistiu representação de várias revistas e uma excelente comédia intitulada “Minha mulher não tem chic”. Depois de três dias na Corte, partiu para Petrópolis.³⁶⁸

³⁶³ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, São Paulo, 19/01/1889. Seção Expediente. p. 1.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 8.

³⁶⁵ SECULO et al. Vizita. *A Família*, São Paulo, 04/05/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁶⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. De S. Paulo a Santos. *A Família*, São Paulo, 23/02/1889. p. 2

³⁶⁷ NORTE DE SÃO PAULO. *A Família*. *A Família*, São Paulo, 02/03/89. Seção Como nos tratam. p. 8

³⁶⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. De S. Paulo a Petrópolis. *A Família*, São Paulo, 23/02/1889. p. 2.

Já no dia de sua chegada, foi recebida pelo Imperador que, depois de conversar sobre o falecimento do seu primo, o poeta Alvares de Azevedo, declarou-se protetor da sua revista e louvou-a pela missão a que se propôs. Josephina dirigiu-se ao palácio da Princesa Imperial, que lhe afirmou que protegeria *A Família* com determinado número de assinaturas. Sua passagem por Petrópolis foi rápida, devido à falta de acomodações – os hotéis estavam cheios. Mesmo assim, listou o nome das pessoas que pôde ver: Viscondessa do Cruzeiro, Maria Viard, Carolina Land, Augusta das Chagas Justiniana, Baronesa de Muritiba, Maria Duque Estrada, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro do Chile, Conselheiro Nogueira Soares, Padre José Benedicto Moreira, A. Azara de Oliveira, Comendador Carlos de Aguiar, Urbano de Faria, Tabelião Moret, Professor José Lopes de Castro, M. M. de Araujo Castro, Manoel Gomes Coelho e João Guilherme Pinto de Souza. A redatora partiu de Petrópolis muito satisfeita e agradecida pela cordialidade de todos, principalmente do Imperador.³⁶⁹

Cerca de seis meses depois dessas pequenas viagens, Josephina iniciou suas excursões mais longas para divulgar seus projetos de emancipação da mulher, conforme mapa anteriormente apresentado.³⁷⁰ Assim que a redatora regressou ao Rio de Janeiro, criou a seção “Carnet de voyage”, para compartilhar com suas leitoras e leitores suas experiências pelo Brasil afora e apresentar suas impressões de cada lugar que passou. Josephina considerou a Bahia o primeiro ponto de sua excursão de divulgação. Seu relato exaltou a beleza natural das terras baianas. Ela ficou encantada com a vista do terraço do Passeio Público, que ficava ao lado do Forte de S. Pedro. Fez questão de explicar detalhadamente para seus leitores, a divisão de Salvador em Cidade Alta e Cidade Baixa. Na Cidade Alta, ela observou os belos monumentos históricos, edifícios públicos e particulares, os importantes hotéis, casas nobres, igrejas e praças; já na Cidade Baixa, viu o mar, o comércio, o correio e parte da imprensa. Esclareceu que o acesso entre as “Cidades” era feito por um elevador hidráulico, que tinha 100 metros de altura e era cavado em uma rocha enorme. A visitante hospedou-se na Cidade Alta, mais precisamente, no Hotel Pariz, um dos melhores onde tinha se hospedado. Ressaltou que

³⁶⁹ *Ibidem, loc. cit.*

³⁷⁰ Representamos as trajetórias das viagens de Josephina Alvares de Azevedo por via marítima. Entretanto, devemos alertar ao leitor que a representação da partida da redatora até sua chegada à Bahia foi traçada por dedução, já que a fonte não nos revelou se Josephina fez sua viagem por terra ou por mar. Já os outros traçados, apesar de não serem fiéis em se tratando de escalas geográficas, simbolizam sua rota tal como a fonte nos revelou; ou seja, todas as outras foram por via marítima.

aquela terra, em valor histórico, deveria ser “a cidade mais rica em documentos monumentaes de sua passada grandeza e do valor dos seus denodados povoadores”.³⁷¹

Ainda em relação à Bahia, Josephina relatou que seu povo era muito afável e possuía instrução adiantada. Lembrou que aquela era a terra de grandes estadistas, como Zacarias, Cotegipe, Ruy Barboza e Saraiva. Ressaltou a existência da Academia de Medicina e do Lyceu de Artes e Officios. Josephina visitou o Collegio Nossa Senhora da Glória, dirigido por D. Maria Augusta de Azambuja, e o Collegio União, dirigido por D. Vitalina Alvares dos Santos. Nas palavras da redatora: “São dous dos melhores estabelecimentos de educação que conheço, guiado pelos melhores methods de instrucção e servidos por professoras intelligentissimas”. Josephina também teve o privilégio de conhecer a Biblioteca Pública, que lhe pareceu muito organizada, e como não podia deixar de ser, visitou órgãos como *Gazeta da Bahia*, *Jornal de Notícias*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*³⁷² e *Jornal do Commercio*.³⁷³ Josephina partiu da Bahia levando consigo ótimas impressões, tanto que afirmou que em breve retornaria àquele lugar.³⁷⁴

Da Bahia, Josephina seguiu para o Recife, no paquete inglês Tamar.³⁷⁵ Logo na abertura da seção “Carnet de Voyage”, a redatora nos revelou sua naturalidade: “Continuando minha excursão para o norte, coube-me a ventura de tocar em minha terra natal: Pernambuco!”.³⁷⁶ Josephina transmitiu muito carinho ao escrever sobre sua terra, lembrou-se de sua meninice e ficou sem palavras para mostrar sua alegria:

Para mim não é só Pernambuco a Veneza do Norte, é também o berço encantado em que embalaram-me os sonhos irisados da meninice [...] Oh! Minha terra adorada! [...] Apertava-se-me o seio de saudade; a alma doudejava de alegria, d’essa agri-doce ventura, que se não sente muito tempo, que se não descreve nunca, por que essa inexplicável sensação que se

³⁷¹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Bahia. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/11/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 2

³⁷² Os nomes de alguns órgãos da imprensa que Josephina visitou, conseguimos na seção “Como nos tratam”, na qual o jornal *A Família* transcrevia os elogios recebidos dos colegas de imprensa. Assim, encontramos declarações de agradecimentos pelas visitas. Ver: DIARIO DA BAHIA et al. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/11/1889. Seção Como nos tratam. p. 8; GAZETA DA BAHIA et al. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/11/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁷³ JORNAL DO COMMERCIO. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/12/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁷⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Bahia. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/11/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 2.

³⁷⁵ DIARIO DE NOTICIAS. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/11/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁷⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Pernambuco. *A Família*, Rio de Janeiro, 07/12/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 1-2.

experimenta, após longa ausência, ao voltar á terra natal, não se descreve, não se compreende, não se define, porque não está ao alcance da linguagem humana, exprimir aquillo que tem a sua causa secreta nos mysterios impenetraveis da natureza, e que resume n'esse poema de praser, de tristeza, de ventura e de saudade, synthetizado n'esta expressão tão vaga – o sentimento!³⁷⁷

Como o paquete que Josephina viajou não chegava até a terra, foi preciso usar um bote para que ela collocasse os pés em sua terra natal. Parece que a aventura valeu a pena, pois lemos muitos elogios ao Recife; por seus monumentos, prédios, ruas, praças e jardins, ou pelos notáveis prédios da Assembléia Provincial e da Estação de Ferro de Caruaru. A redatora relatou que foi muito bem recebida e pôde visitar muitos lugares, como a Assembléia Provincial, o Arsenal da Marinha, o Quartel do 14º Batalhão de Infantaria, o Esquadrão de Cavalaria, o Corpo de Bombeiros, o Quartel General, o Palácio da Presidência, o Consulado Português, a Alfândega e a Estrada de Ferro. Ela ficou muito satisfeita por ganhar de presente um retrato seu. Foi nesse agradável lugar que a redatora publicou um número especial do periódico *A Família*, cujas ilustrações foram feitas por Libanio do Amaral. Josephina ficou vinte dias em terras pernambucas e achou pouco.³⁷⁸

Encontramos na seção “Como nos tratam”, em alguns números do *A Família*, a informação de que Josephina visitou as redações do *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *Gazeta da Tarde*, *Provincia*, *Norte* e *Diário de Noticias*. Ao menos em algumas dessas visitas, ela estava acompanhada de Maria Amélia Queiroz e mais dois homens. Além de conhecer os colegas de imprensa, Josephina deixou nas redações uma coletânea com 25 números de seu periódico.³⁷⁹ O jornal *Diario de Pernambuco* informou que Josephina ficou doze anos longe de sua terra natal.³⁸⁰ Encontramos escritos dizendo que ela se hospedou na casa de Maria Amélia Queiroz, colaboradora do jornal, e também no Hotel D. Antônio.³⁸¹ Josephina de Azevedo ficou muito grata pelo

³⁷⁷ *Ibidem*, loc.cit.

³⁷⁸ *Ibidem*, loc. cit.

³⁷⁹ NORTE et al. Josephina de Azevedo. *A Família*, Pernambuco, Nº especial. Seção Como nos tratam. p. 6-7.

³⁸⁰ DIARIO DE PERNAMBUCO. Josephina de Azevedo. *A Família*, Pernambuco, Nº especial. Seção Como nos tratam. p. 7.

³⁸¹ JORNAL DO RECIFE et al. Josephina de Azevedo. *A Família*, Pernambuco, Nº especial. Seção Como nos tratam. p. 6-7.

acolhimento de seus conterrâneos. Para continuar sua divulgação, seguiu no vapor Pernambuco com destino ao Ceará.³⁸²

Imagem 6: Capa no Número Especial do jornal *A Família*, publicado em Pernambuco.

No dia 14 de dezembro de 1889, Josephina publicou no “Carnet de Voyage” suas impressões sobre o Ceará. Ela fez uma descrição poética do lugar, relatando as belezas naturais e a generosidade e simplicidade daquele povo. A redatora sentiu muito prazer ao visitar a terra cearense; ela ficou encantada com quão bonita era a cidade. Destacou a modernidade dos edifícios e criticou a estrutura da alfândega, que não condizia com o porte da cidade. Josephina conheceu o Passeio Público, o edifício da Estrada de Ferro de Baturité, a Escola Superior de Estudos Militares e a Assembléia

³⁸² AZEVEDO, Josephina Alvares de. Pernambuco. *A Família*, Rio de Janeiro, 07/12/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 2.

Provincial. A redatora elogiou a escola que, segundo ela, era “estabelecimento de instrução digno de todos os encomios”. Ela ficou honrada com a recepção que teve na Assembléia, acompanhada do colega de imprensa João Lopes. Não sabemos ao certo quantos dias a redatora permaneceu no Ceará, mas ela afirmou que ficou pouco tempo por lá; mesmo assim, foi tempo suficiente para perceber a garra daquele povo que lutava contra a seca e que, apesar das dificuldades, não deixava de ser generoso com os visitantes.³⁸³ Através da seção “Como nos tratam”, descobrimos que Josephina visitou as seguintes redações no Ceará: *Fortaleza*, *D. Pedro II*, *Gazeta da Tarde*³⁸⁴ e *Libertador*.³⁸⁵

Josephina chegou à Belém (PA), no início do mês de julho de 1889,³⁸⁶ a bordo do Alagoas.³⁸⁷ Esse foi o último ponto de sua excursão ao Norte do País, com o intuito de divulgar seu jornal. As primeiras impressões relatadas por Josephina foram: a beleza do encontro do rio Amazonas com o mar, a riqueza natural daquelas terras e a prosperidade econômica advinda do comércio. A redatora afirmou que, em geral, o povo paraense era hospitaleiro e que, por lá, a imprensa era desenvolvida. Entretanto, ela não podia deixar de lembrar que o Sr. Paulino de Brito – jornalista que criticou duramente as propostas do *A Família* – era de lá, mas isso não impediu que Josephina tivesse uma boa imagem da imprensa e do povo paraense, pois, segundo ela, as ideias de Brito foram contestadas na própria província e essa oposição deu mais relevo à propaganda de seu periódico. Apesar da curta estadia na região, Josephina visitou alguns estabelecimentos de educação, sendo que um dos que mais lhe chamou a atenção foi o Collegio Americano.³⁸⁸ Nessa Província, visitou as redações do jornal *Commercio do Pará*, *Gram-Pará*, *Diario de Notícias*, *Diario de Belém*³⁸⁹, *Provincia do Pará*³⁹⁰ e

³⁸³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Ceará. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/12/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 2.

³⁸⁴ FORTALEZA. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/12/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁸⁵ LIBERTADOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/10/1889. Seção Como nos tratam. p. 4.

³⁸⁶ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/07/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁸⁷ COMMERCIO DO PARÁ. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/10/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

³⁸⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Pará. *A Família*, Rio de Janeiro, 21/12/1889. Seção Carnet de Voyage. p. 6.

³⁸⁹ DIARIO DE BELÉM. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/10/1889. Seção Como nos tratam. p. 4.

³⁹⁰ PROVINCIA DO PARÁ. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/11/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

Tribuna do Povo.³⁹¹ Josephina retornou ao Rio de Janeiro, no vapor nacional Pernambuco.³⁹²

No dia 03/10/1889, Josephina de Azevedo já havia retornado à Corte e reassumido os trabalhos na redação do jornal *A Família*.³⁹³ Apesar da seção “Carnet de Voyage” ter findado com o relato de sua última parada nas terras do Norte – Pará –, a redatora não parou de fazer viagens com o intuito de conhecer o sistema educacional brasileiro de perto e continuar divulgando seu trabalho.

Josephina relatou que fez uma curta excursão pelo Estado de São Paulo e teve o prazer de visitar o colégio dirigido por D. Carolina Florense, em Jundiaí. Ela afirmou que o governo não era tão atencioso em relação às escolas, por isso, não era fácil encontrar bons estabelecimentos de ensino, seja público ou particular. Entretanto, o colégio visitado mereceu todos os elogios da redatora. Para Josephina, o estabelecimento de Jundiaí era “sem dúvida uma formosa exceção do que geralmente se vê. D. Carolina é uma senhora de espirito forte, soberanamente preparado, e uma educadora, que honra às mais distictas que possuímos.”³⁹⁴

Nessa viagem, Josephina de Azevedo se hospedou no Grande Hotel Paulista, no qual foi muito bem recebida e, por isso, mereceu seus sinceros elogios.³⁹⁵ Ela também visitou o Gymnasio Infantil, fundado em Jundiaí por Faria Tavares. Depois de conhecer o estabelecimento, Josephina registrou suas impressões:

Na rapida visita que fiz ao estabelecimento, fiquei completamente maravilhada. As condições hygienicas do edificio, o local em que se acha collocado, a boa ordem administrativa, são excellentes; o methodo de ensino, a distribuição das materias, a boa escolha do pessoal docente, tudo inspira a mais profunda segurança de melhor exito para a educação dos matriculandos.³⁹⁶

Essa viagem por São Paulo inspirou a redatora a publicar, no editorial do dia 16 de março, um artigo criticando as “formalidades banaes” adotadas pelo governo paulista no exercício dos professores. Segundo Josephina de Azevedo, os professores fazem

³⁹¹ TRIBUNA DO POVO. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 16/03/1890. Seção Como nos tratam. p. 7.

³⁹² *Ibidem*, loc. cit.

³⁹³ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/10/1889. Seção Expediente. p. 1

³⁹⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. D. Carolina Florence. *A Família*, Rio de Janeiro, 13/02/1890. Seção Novidades. p. 7.

³⁹⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Grande Hotel Paulista. *A Família*, Rio de Janeiro, 13/02/1890. Seção Novidades. p. 7.

³⁹⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Gymnasio Infantil. *A Família*, Rio de Janeiro, 20/02/1890. Seção Novidades. p. 6-7.

provas para serem admitidos; mesmo assim, o governo oferece privilégios àqueles formados nas Escolas Normais. A redatora critica esse processo desigual, que paga mais e oferece melhores condições de trabalho aos professores que vieram de determinados estabelecimentos. Nas palavras de Josephina: “o que requer principalmente no magisterio é habilitação, indole e moralidade; e a preferencia neste caso deve provir dessas qualidades e nunca da escola ou do instituto de que o professorado provenha”.³⁹⁷ Josephina esteve com várias professoras de São Paulo e todas fizeram as mesmas queixas ao formalismo. A redatora ficou espantada com o fato de um Estado tão desenvolvido como São Paulo agir daquela forma para com o professorado.³⁹⁸ Ainda nessa viagem a São Paulo, Josephina visitou as redações dos jornais *Diário de Campinas*,³⁹⁹ *Diário da Manhã* (Santos)⁴⁰⁰ e *Correio Amparense*.⁴⁰¹

Mais de um ano depois da última viagem de divulgação, Josephina de Azevedo, acompanhada de José de Araujo Couto – diretor gerente do jornal *A Família* –, seguiram com destino a São Paulo e Minas Gerais, para intensificar a propaganda do periódico.⁴⁰² Aos 03 de fevereiro de 1892, Josephina anunciou seu regresso da viagem e agradeceu àqueles que a acolheram em seus lares e, de forma geral, aos Estados de Minas Gerais e São Paulo pela receptividade.⁴⁰³

Por fim, Josephina de Azevedo fez a sua última viagem de divulgação do jornal *A Família* que tivemos notícia. Dessa vez, ela percorreu o Oeste mineiro e ficou maravilhada com o acolhimento daquele povo.⁴⁰⁴

Até onde sabemos, a redatora não conseguiu fazer todas as excursões que almejava, mesmo assim, sua experiência dentro do Brasil foi de grande valia. Com todas essas viagens e relatos, pudemos perceber o quão empenhada Josephina Alvares de Azevedo era com a causa que defendia. A redatora não poupou forças e recursos para fazer seu jornal circular entre os anos de 1888 e 1894, com êxito. Basta ler algumas das

³⁹⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Professorado publico. *A Família*, Rio de Janeiro, 16/03/1890. Seção A Família. p. 1.

³⁹⁸ *Ibidem*, loc. cit.

³⁹⁹ DIARIO DE CAMPINAS. Josephina Alvares de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/01/1890. Seção Como nos tratam. p. 7.

⁴⁰⁰ DIARIO DA MANHÃ. D. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/01/1890. Seção Como nos tratam. p. 8.

⁴⁰¹ CORREIO AMPARENSE. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 27/02/1890. Seção Como nos tratam, p. 8.

⁴⁰² SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 16/11/1891. Seção Expediente. p. 2.

⁴⁰³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. De regresso. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/02/1892. Seção A Família. p. 1.

⁴⁰⁴ SEM AUTOR. Josephina de Azevedo. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/01/1894. Seção Novidades. p. 6.

seções “Como nos tratam” para observarmos o carinho e o reconhecimento que a imprensa tinha para com Josephina e suas colaboradoras. Portanto, foi nosso objetivo, ao dedicar esse espaço às excursões feitas pela redatora, justamente valorizar seu empreendimento e conhecer um pouco mais da visão daquela feminista pernambucana.

2.3 O jornal

O jornal *A Família* nos transmitiu uma riqueza de informação incrível. A proprietária era uma mulher atenta aos acontecimentos no Brasil e no mundo, além de muito dedicada à leitura, o que propiciou a criação de um jornal com uma bagagem de conhecimento invejável. Além disso, ela se preocupou em dar satisfação aos seus leitores sobre fatos cotidianos que, de alguma forma, interferiam na produção do jornal. Por isso, além dos ousados pensamentos de Josephina e suas colaboradoras, tivemos acesso a detalhes como: problemas na tipografia, como a quebra de maquinário e doença dos funcionários; recuperação de saúde da redatora e de outros membros da redação; alagamento da casa de Josephina; morte do padrinho da redatora, dentre outros. Neste trabalho, não nos detemos a tais detalhes, mas eles tornaram a leitura da fonte ainda mais agradável, pois esses aspectos da vida cotidiana fizeram aquelas pessoas ainda mais humanas aos nossos olhos.

O jornal de Josephina Alvares de Azevedo começou a circular em São Paulo, no mês de novembro de 1888, e conseguimos acompanhá-lo até outubro de 1894, com poucas interrupções.⁴⁰⁵ Segundo alguns trabalhos, o jornal *A Família* foi publicado até o ano de 1897,⁴⁰⁶ mas, infelizmente, não encontramos esses números para leitura.

O periódico começou com oito páginas e três colunas, e se intitulava “Jornal litterario dedicado á educação da mãe de família”. A partir do número 31 do jornal, a redatora suprimiu o subtítulo do periódico. Logo abaixo do subtítulo, havia o nome da proprietária e sua profissão: professora. Inicialmente, as publicações saíam aos sábados, mas, a partir de 31 de julho de 1890, ela passou a ser impressa e publicada às quintas-feiras.⁴⁰⁷ Apesar do cabeçalho veicular o termo jornal, seu formato era bem distinto dos jornais veiculados no período, como já tratamos neste trabalho. Inicialmente, a redatora

⁴⁰⁵ O exemplar das fontes que usamos na pesquisa foi adquirido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o qual consta no Catálogo Periódicos Raros.

⁴⁰⁶ Ver: DUARTE, Constância Lima. Josefina Alvares de Azevedo: uma escritora militante. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (org.). *Op. cit.*, p. 340; SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. Josephina Alvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Op. cit.*, p. 484. (a)

⁴⁰⁷ SEM AUTOR. *A Família*. *A Família*, Rio de Janeiro, 31/07/1890. p. 3.

utilizava também a palavra revista para se referir ao *A Família*. Veja o primeiro parágrafo publicado no número-programa: “E’ dever de todo o jornal que aparece dizer o que vem fazer, o título porém desta minha revista d’isto me poderia dispensar [...]”.⁴⁰⁸ Entretanto, ela defendeu que sua publicação era um jornal, ao responder ao questionamento de um colega do *Jahuense*, que questionou o uso do termo jornal por Josephina, pelo fato do *A Família* ser publicado apenas uma vez por semana. Para a redatora, o colega era quem não conhecia a genealogia do termo jornal, que se aplicava perfeitamente ao seu periódico.⁴⁰⁹ Portanto, para a redatora, tanto o termo jornal quanto o vocábulo revista poderiam ser aplicados à sua publicação.

Mas, com o passar do tempo, a redatora passou a diferenciar o formato de revista do de jornal. Em maio de 1890, ela anunciou que, devido ao desenvolvimento de sua folha, ela passaria seu formato de revista para jornal e sua publicação dar-se-ia duas vezes por semana.⁴¹⁰ Entretanto, nove meses depois, o periódico *A Família* voltou a ser publicado em formato de revista. A redatora esclareceu:

E’ que a pratica veio trazer-nos a convicção de que é esse o formato mais conveniente a um[sic] publicação deste gênero.
Muitas pessoas ha que colleccionam esta folha, e para estas a revista é sem duvida muito mais commoda; tanto assim que reiteradas tem sido as solicitações para a mudança feita.⁴¹¹

Interessante notar o hábito das pessoas daquela época de colecionar os números dos periódicos. Esse fato também foi mencionado nas publicações de Francisca Diniz.⁴¹² Hoje, essa informação pode soar estranha, pois as notícias veiculadas nos jornais atuais são, geralmente, voláteis, ou seja, mudam a cada dia; são informações que se alteram rapidamente. Em contrapartida, os jornais de Josephina e Francisca, apesar de trazerem algumas notícias “frescas”, tinham foco em artigos mais reflexivos. Se observarmos principalmente os editoriais, quase todos eram escritos com o intuito de apresentar uma opinião, reflexões sobre alguma ideia ou acontecimento, cujo objetivo

⁴⁰⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. S. Paulo, 18 de Novembro de 1888. *A Família*, São Paulo, Número-programa. Seção A Família. p. 1.

⁴⁰⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Duas respostas. *A Família*, São Paulo, 15/12/1888. Seção Mirante. p. 5.

⁴¹⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Novo formato. *A Família*, São Paulo, 24/05/1890. Seção Expediente. p. 5.

⁴¹¹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Sem título. *A Família*, São Paulo, 26/02/1891. Seção Expediente. p. 6.

⁴¹² SEM AUTOR. A todos nossos assignantes. *O Sexo Feminino*, Campanha, 15/11/1873. Seção Noticiário, p. 4.

era integrar o leitor naquela causa específica, ou seja, eram publicações de convencimento e que mereciam ser arquivadas.

Enquanto Francisca Diniz publicava em seus cabeçalhos frases de Aimé Martin, Josephina de Azevedo optou por outro francês, Victor Hugo. A frase era a seguinte: “Veneremos a mulher! Santifiquemol-a e glorifiquemol-a!”. Ela foi estampada na capa do jornal em quase todos os números. Afinal, ela condizia com o propósito do periódico. No impresso de propriedade de Josephina de Azevedo, era comum a inserção de pensamentos sobre a mulher e a emancipação feminina, em vários locais da publicação; eles podiam aparecer entre os artigos, entre as seções ou até no fim da página. Muitas vezes, tais pensamentos dialogavam com os textos que os circundavam.

A *Familia* era um periódico de leitura agradável, pois, além dos artigos de opinião veiculados, a redatora preocupou-se em publicar também literatura, poesia, notícias recentes, receitas domésticas, piadas, alguns anúncios e imagens. Nesta dissertação, não focamos nossa análise nas poesias, contos e romances publicados, pois foram nos artigos de opinião e nas seções “Novidades” e “Theatros” que encontramos os projetos de emancipação feminina. Entretanto, é de nosso interesse, numa outra ocasião, debruçarmo-nos sobre a faceta literária daquelas mulheres, que também podem nos revelar aspectos importantes sobre as mesmas e sobre a sociedade da época.

Diferentemente dos jornais de Francisca Diniz, que veicularam apenas duas imagens durante todo o seu período de vigência, o periódico de propriedade de Josephina de Azevedo veiculou muitas imagens; nada menos que cinquenta e três imagens (ver anexo), que estavam distribuídas em quarenta e três números, sendo que o máximo que cada número publicava eram duas imagens. Por isso, não podemos deixar de pensar em como se deu a utilização das mesmas pelo periódico, refletindo sobre as seguintes questões: as imagens dialogavam com os textos? Elas estavam diretamente relacionadas aos projetos de emancipação? Qual o objetivo de usar imagens: facilitar a leitura ou atrair o público leitor? Além disso, almejamos analisar as imagens que representavam os homens e as que representavam as mulheres, buscando confrontá-las e decifrar os significados veiculados.

Para o levantamento dos dados, foi preciso realizar um trabalho quantitativo. Primeiramente, lemos os números que veicularam as imagens como um todo; depois, retornamos copiando as imagens e colhendo alguns elementos importantes para a

discussão.⁴¹³ Segundo Ivan Gaskel, o historiador ainda tem dificuldades em trabalhar com fontes visuais, devido à familiaridade que tem com documentos textuais – ponto de vista que Ulpiano Menezes também defende.⁴¹⁴ Assim, alguns historiadores

são mal equipados para lidar com material visual, muitos utilizando as imagens apenas de maneira ilustrativa, sob aspectos que podem parecer ingênuos, corriqueiros ou ignorantes a pessoas profissionalmente ligadas à problemática visual.⁴¹⁵

Entretanto, o autor ressalta que também existem aqueles que têm trazido valiosas contribuições para se pensar o material visual.⁴¹⁶ Para Gaskell, a maior contribuição do historiador, nessa área de estudo, dá-se na “discussão de sua produção e de seu consumo como atividades sociais, econômicas e políticas”.⁴¹⁷ O autor conclui o texto argumentando que nenhuma área do conhecimento tem o monopólio sobre “a interpretação do material visual”, portanto, os historiadores têm muito a aprender e a contribuir para o aprimoramento das análises.⁴¹⁸

Ao pensar o retrato enquanto material de análise, Vânia Carneiro de Carvalho e Solange Ferraz de Lima apontam que, atualmente, os historiadores da arte têm se preocupado em refletir sobre a circulação dos mesmos. Além disso, indicam que o retrato se popularizou em meados do século XIX, com a *carte de visite*. Mas foram com os jornais e revistas que a noção de *ler* a fotografia ganhou força. Assim, passou-se a perceber “La existencia de un discurso em vez de una representación de lo real”.⁴¹⁹

Pensando em tais proposições, almejamos analisar nossos materiais visuais, com o intuito de contribuir de alguma forma para a reflexão sobre imprensa, imagens e gênero.

⁴¹³ Vale dizer que o trabalho de Ana Maria Mauad foi inspirador, ao pensar esta forma de trabalhar com as fontes. Além do trabalho de Vânia Carvalho e Solange de Lima, que analisaram uma coleção com cerca de 12.000 retratos fotográficos. Ver: MAUAD, Ana Maria. Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, *Estudios Interdisciplinarios sobre America Latina - EIAL* -, ISRAEL, v. 10, n. 2, p. 63-89, 1999; CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Individuo, gênero y ornamento em lós retratos fotográficos, 1870-1920.

⁴¹⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma História Visual. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005. p. 4.

⁴¹⁵ GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992. p. 237.

⁴¹⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 268-269.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 270.

⁴¹⁹ CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Op. cit.*, p. 272.

De acordo com Ségolène Le Men, imprimir, na mesma página, o texto e a imagem exigia uma tecnologia mais avançada. Segundo o autor, essa prática iniciou-se na França e os jornais femininos foram um dos primeiros a aderirem à novidade.⁴²⁰ Entretanto, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade nos mostra que, apesar das invenções, a fotografia demorou a integrar o mundo das imagens impressas. Além disso, a falta de mão de obra qualificada no Brasil retardou a inserção da imagem e do texto na mesma página do jornal.⁴²¹

Partimos para a análise dos textos e imagens. Segundo Sophie Van der Linden, além de determinarmos o tipo de relação existente entre texto e imagem, ou seja, de que forma interagem, é preciso “distinguir as relações entre texto e imagem, e as funções que cada um deles pode cumprir em face do outro”.⁴²² A autora afirma que há uma noção de prioridade para um ou outro suporte. Pode-se perceber qual detém a primazia, observando qual dos dois foi inserido para ser lido primeiro. Dessa forma, a autora utiliza os termos “instância prioritária” e “instância secundária”.⁴²³

Inspirada nos conceitos de Sophie Linden, observamos que, em grande parte dos conjuntos de textos e imagens presentes no periódico *A Família*, a “instância prioritária” pertencia à imagem, pois ela era colocada na capa do periódico, no centro da página e, muitas vezes, ocupava mais de 50% da mesma. Assim, esperava-se que o leitor focasse o olhar na imagem, para depois ler o artigo que a envolvia. Observe o exemplo:

⁴²⁰ LE MEN, Ségolène. Le XIX siècle de l'image. In: LE MEN, Ségolène. *L'Art De La Caricature*. France: Presses Universitaires de Paris 10, 2011. p. 165-166.

⁴²¹ ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impresso. In: CARDOSO, Rafael. *O design brasileiro antes do design*. Rio de Janeiro: Cosacnaify, 2005. p. 61-64.

⁴²² LINDEN, Sophie Van der. *Para ler o livro ilustrado*. Editora Casac Naify, 2006. p. 122.

⁴²³ *Ibidem*, loc. cit

A FAMÍLIA

DIRECTORA E REDACTORA — JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO

ANNO III

Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1891

NUM. 96

JOANNA D'ARC

Podemos hoje dar como um verdadeiro brinde ás leitoras d'*A Família*, a gravura de Joanna d'Arc, a extraordinária rapariga, que no momento mais critico para os francezes surgiu em meio dos exercitos para salvar o seu povo de uma derrota certa e fatal.

Ao fazel-o, apraz-nos traduzir o admiravel artigo que a seu respeito inseriu na importante revista *Le droit des femmes*, a illustre escriptora Jeanne Mercœur, que transfunde n'elle a serie de profundas considerações occurrentes a uma visita feita ao Pantheon.

Eil-o:

JOANNA D'ARC NO PANTHEON

—Pápá, quem é esta mulher? perguntou curiosa-mente uma criança ao parar detronte da estatua de Joanna d'Arc.

—Um dos nossos grandes homens!

Com effeito, é uma das grandes figuras da humanidade!

Que importa o sexo ao heroismo? Que importa saber se a dedicação faz bater o coração em um peito masculino ou em um peito feminino?! Joanna d'Arc, sensibilizada em todas as suas fibras pela desolação da patria, enamorada pela imaginação do rei que queria adorar ao pé de si, sonha com um salvador para a França em perigo.

A sua alma extasiada, as vozes que ouve ou julga ouvir, vem determinar, que se esqueça de si para fazer-se corajosa e resoluta.

Ella exita; sente-se tão fraca!

será no porvir: quasi que um contrasenso, mas que sobre a França de então e nos tempos guerreiros e barbaros que passaram, se ergueu como uma redemptora, firmada com o seu martyrio, a esta mulher nós devemos um lugar no Templo da Memoria.

O Pantheon se levanta para as existencias preciosas sacrificadas no interesses de todos, sobre os grandes corações sacrificados no serviço da civilização, sobre as cinzas veneradas d'aquelles que foram os convictos de uma grande causa, por ella derrotados até o pelourinho do martyrio sangrento.

Sob esse titulo, Joanna d'Arc tem o seu lugar assignalado, em que, um dos primeiros, o seu nome deve ser inscripto!

O Pantheon a reclama!

«A patria franceza é filha das lagrimas e do sangue de uma mulher», disse Michelet.

E' mais do que isso: é a luz d'uma civilização que a sua voz inspirada surgiu das trevas!

E' em nome dos direitos do ser humano que, em sua logica sã e implacavel, Joanna discute firmemente com doçura, passo a passo, com os juizes.

O seu processo é a luta da sua justa revolta contra a pretensa sabedoria das classes dirigentes.

Heretica e feliz! porque se

Imagem 7: A Família, Rio de Janeiro, 26/02/1891

Além disso, observa-se certa uniformidade no que se refere ao uso das imagens.

Identificamos a função completiva, definida por Sophie Linder:

Quando a segunda expressão intervém sobre a prioritária, pode nos dar ensejo ao entendimento de um sentido global. Uma completa a outra, fornece informações que lhe faltam, preenche suas lacunas ou 'brancos', constituindo um aporte indispensável para a compreensão do conjunto [...] A imagem por sua vez, pode explicar algo subentendido no texto.⁴²⁴

É importante explicar que grande parte das imagens veiculadas nos jornais foi impressa na primeira página e tratava-se de imagens de pessoas sozinhas. O texto que circundava a imagem fazia uma breve biografia e homenagem ao indivíduo

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 124.

representado. Apenas o número 155 não apresentava, na capa, a imagem de uma pessoa e, sim, um farol em ruínas, sobre o qual o periódico não forneceu informações ao leitor; não havia textos que tratavam do mesmo e não havia sequer a autoria do artista e do gravador da imagem. Além de imagens de pessoas, encontramos paisagens e construções, as quais, com raras exceções, foram inseridas na página cinco do impresso. Apenas na imagem intitulada “O túmulo de uma criança na Serra de Theresopolis”⁴²⁵ encontrava-se uma narração que correspondia à mesma. Nas demais imagens, que somam quinze, existiam apenas uma pequena nota explicativa do que se tratava e, eventualmente, o nome do gravador, ou não aparecia nenhuma referência. Diante disso, podemos concluir que as imagens de pessoas eram a prioridade do jornal, já que havia um tratamento mais cuidadoso com as mesmas.

Diferentemente do que imaginávamos ao iniciar a análise das imagens, grande parte delas não estava diretamente ligada aos projetos de emancipação que a autora construiu e defendeu em seu periódico. Apenas as imagens de mulheres estavam de alguma forma ligada à questão feminina, seja pela produção literária, pela criação de jornal, pelas ideias avançadas ou pelas ações humanitárias. É importante ressaltar que a maioria das imagens de capa representava homens, e os textos a respeito dessas figuras masculinas não estabeleciam relação com a defesa dos direitos femininos; tratavam-se apenas de pessoas que a redação admirava por serem importantes para a sociedade, como: comendadores, professores, condes, políticos, cientistas e artistas.

Ao refletir sobre imagens, emancipação, homens e mulheres, alguns dados quantitativos e outros veiculados nas imagens se mostraram relevantes nas análises. Primeiramente, apresentamos um gráfico geral das imagens pesquisadas:

⁴²⁵ Ver n.100 do jornal *A Família*.

Observe que, mesmo em se tratando de um jornal feminino, que defendia a igualdade de direitos entre os sexos, a regra foi confirmada: as imagens masculinas e em lugar de destaque eram predominantes, correspondendo a 45% do total de imagens veiculadas no periódico. Outro indício interessante é que o busto era o formato majoritário dos homens, enquanto que, para a representação da mulher, o busto e a imagem de extensão maior do corpo eram mais equilibrados.

A partir das análises das imagens masculinas e femininas, construímos uma tabela elencando os principais aspectos observados (ver apêndice). A partir desse quadro, pudemos observar questões interessantes no que se refere às representações masculinas e femininas. O mais intrigante é que o periódico veiculou apenas uma foto masculina que não estava em formato de busto, possivelmente, pela tradição das fotografias masculinas serem produzidas naquele formato. Além disso, alguns elementos como as roupas sociais, a barba, os óculos e a seriedade do semblante ajudaram a transmitir a ideia de homens honrados e intelectuais. Em contrapartida, as imagens femininas não eram tão padronizadas; ora apareciam em bustos sérios; ora, em imagens com rosto caridoso; ora enfatizavam as marcas de expressão e, ora, os traços delicados que ressaltavam a feminilidade.

Esse fato remete à questão tratada por Carvalho e Lima, quando mostram que houve um declínio da representação do corpo inteiro e uma ascensão do busto; assim, “el busto y no el cuerpo entero era la forma de representación por excelência del

hombre burgués”.⁴²⁶ Dessa forma, as autoras enfatizam que havia consideráveis distinções entre as representações masculinas e femininas.

Josephina de Azevedo teria inserido mais gravuras masculinas de propósito? O objetivo era conquistar mais leitores do sexo masculino? Ela apenas selecionou pessoas que realmente mereciam suas homenagens e, coincidentemente, a maioria era homem? O problema teria sido falta de acesso a outras fotografias? Ou seria um recado para as mulheres, mostrando que ainda os homens eram as “figuras” predominantes naquela sociedade e que aquela situação precisava mudar? Não temos uma resposta para esses questionamentos, por isso, deixamos as reflexões.

Aspecto visual interessante nas fontes são as vinhetas, para as quais passamos a atentar após a leitura do texto de María Esther Pérez Salas. Segundo a autora, as vinhetas têm sido ignoradas por completo, sendo consideradas apenas como elementos decorativos.⁴²⁷ Salas trabalha com revistas circuladas no México e, de acordo com suas pesquisas, a maioria das vinhetas que lá chegavam vinham do exterior. Nas revistas analisadas pela autora, as vinhetas reforçavam o caráter instrutivo do periódico, enfatizando o papel da mulher enquanto transmissora do conhecimento.⁴²⁸

Imagem 8: Exemplos de vinhetas, encontradas no jornal *A Familia*

⁴²⁶ CARVALHO; LIMA. *Op. cit.*, p. 276.

⁴²⁷ SALAS, María Esther Pérez. Educación e imágenes en las revistas literarias editadas por Cumplido. In: Aguayo, Fernando y Roca, Lourdes (coordinadores). *Imágenes e investigación social. México*, instituto Mora, 2005. p. 31.

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 42.

As primeiras vinhetas que encontramos no jornal *A Família*, em formato de mulher, bichos e figuras mais elaboradas, foram publicadas em 26 de fevereiro de 1891; anteriormente, havia apenas riscos e asteriscos. Em geral, as vinhetas não tinham relação direta com o tema tratado nos textos. Às vezes, representavam simples associações, como colocar um rosto de mulher próximo a um artigo que discutia a questão feminina (observe, na imagem acima, o exemplo de uma mulher deitada, acima do artigo sobre mulheres turcas). Entretanto, a maioria das vinhetas era de pássaros, macacos, esquilos, folhas e estrelas. Acreditamos que as vinhetas não eram inseridas aleatoriamente; havia um cuidado de colocar as imagens femininas próximas dos artigos correspondentes, mas as demais ilustrações serviam apenas como atrativo e para organização do conteúdo impresso.

A nosso ver, as discussões sobre o aspecto imagético apresentadas foram enriquecedoras para a construção de um novo olhar sobre as fontes de pesquisa. Apesar de termos encontrado algumas respostas neste subcapítulo, considero mais proveitosas as questões que ficaram. Concluimos, assim, que a veiculação das imagens pelo jornal *A Família* só foi possível após a criação da Companhia Imprensa Familiar,⁴²⁹ já que foi encontrado apenas um número com imagens, com data anterior à criação da Companhia. O mais interessante é que percebemos que o uso das imagens tinha como meta principal gerar entretenimento, sanar a curiosidade,⁴³⁰ atrair mais leitores e deixar a leitura mais “útil e agradável”.⁴³¹ A nosso ver, essa ideia é coerente, já que as imagens, na maioria das vezes, não veicularam aspectos diretamente relacionados com as principais bandeiras defendidas pelo periódico. Thierry Gervais fortalece essa conclusão, ao mostrar a atração que a imagem possui, argumentando que a escolha das imagens a serem veiculadas nos periódicos era feita justamente de acordo com seu poder de sedução.⁴³²

Outra questão interessante que a leitura das fontes nos revelou foi o diálogo que Josephina mantinha com os outros órgãos da imprensa. Na seção “Como nos tratam”, a

⁴²⁹ No número 100 de seu jornal, Josephina Azevedo anunciou a criação da Companhia Imprensa Familiar, cujo empreendimento funcionava a partir da associação de pessoas com o objetivo de veicular seu periódico e criar oficinas. Além disso, eram oferecidas oficinas para as mulheres aprenderem a arte da tipografia e da gravação de imagens. Essa empresa funcionou a partir de 02 de abril de 1891 e findou entre fevereiro e julho de 1892.

⁴³⁰ SEM AUTOR. Lazareto da Ilha Grande. *A Família*, Rio de Janeiro, 26/02/1891. Seção Expediente. p. 6.

⁴³¹ SEM AUTOR. A Igreja do Carmo. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. p. 4.

⁴³² GERVAIS, Thierry. D’Après photographie. *Études Photographiques*, n.13, juillet, 2003, p. 8-9.

redação transcrevia o que a imprensa escrevia sobre o *A Família*. Pelos comentários, pudemos perceber que a redatora conquistou a simpatia de redações de todo o País, trocando permutas e recebendo elogios pelo conteúdo, pela competência, pelas colaboradoras, e até mesmo pela qualidade da impressão e do papel do jornal. Veja um elogio escrito pelo *Correio Bragantino*:

Temos recebido regularmente esta importante revista, nitidamente imprensa[sic] e brilhantemente redigida pela Exma. Sra. D. Josephina de Azevedo.

Esta revista que conta com diversas collaboradoras todas ellas já conhecidas nas lides da imprensa, pelos seus robustos talentos é digna do apoio de todos os chefes de família, pois a sua leitura além de ser agradável, é instructiva.

A' sociedade bragantina recommendamos esta excelente publicação e a Exma. Sra. D. Josephina de Azevedo, agradecendo a remessa da "Família" damos-lhe os nossos parabéns pela maneira digna com que tem sabido manter esta revista, que tão bons serviços vem prestar a nossa sociedade.⁴³³

É fato que o empreendimento de Josephina recebeu muito apoio, mas isso não significa que ela não tenha enfrentado dificuldades e debatido com alguns indivíduos. Com menos incidência que Francisca Diniz, Josephina escreveu artigos mostrando as dificuldades de se manter um periódico, pois a questão não era apenas financeira; sua principal revolta era a falta de reconhecimento das próprias mulheres, que não assinavam sua folha ou sequer tinham interesse em conhecê-la.⁴³⁴ Havia também o debate devido a diferentes formas de pensamento. A nosso ver, as discussões que mais se destacaram foram com um jornalista paraense e com um teatrólogo.

Ao receber as críticas do jornalista Paulino Brito, a redatora preferiu se calar, mas logo percebeu que o melhor era esclarecer os questionamentos colocados, por isso, dedicou quatro artigos à questão. Na primeira carta recebida pela redatora, Paulino Brito teria dito que publicar literatura na capital era um desprestígio, mas Josephina argumentou pelo viés contrário, afirmando que aquele local era privilegiado por ser um grande centro da civilização latina.⁴³⁵ O jornalista ainda diria que havia um prazer que ele nunca tinha experimentado, que era debater com uma mulher. A redatora resolveu lhe dar o prazer do debate que, segundo ela, era uma das maiores delícias do mundo.

⁴³³ CORREIO BRAGANTINO. *A Família*. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/05/1889. Seção Como nos tratam. p. 8.

⁴³⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Côrte, 18 de Maio de 1889. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/05/1889. Seção *A Família*. p.1-2.

⁴³⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Paulino de Brito II. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/11/1889. p. 2-3.

Segundo Josephina, nas cartas de Paulino havia muitas “quixotadas” e devaneios, que indicavam mais agressão do que polêmica. Num trecho que a redatora transcreveu de uma das cartas do jornalista paraense, ele afirmava que Josephina não explicou bem ou ele não compreendeu seus princípios sobre a educação, a família e a mulher. Para Josephina, foi ele quem não compreendera suas ideias: “em geral, os homens são n’este assumpto d’uma incompreensibilidade pasmosa”. A redatora aproveitou o assunto para criticar um pouco mais o despotismo masculino e responder a outro questionamento de Brito, que ironizou a escravidão vivida pela mulher. A redatora enfatizou que lutava contra a servidão da mulher no lar e pelo direito de exercer suas funções nesse local e no espaço público.⁴³⁶ Para finalizar sua resposta, Josephina de Azevedo repetiu que sua meta para a mulher era a expansão de sua esfera de ação e a conquista do respeito na sociedade. Segundo ela, se o jornalista não percebeu isso, com a leitura de qualquer número do *A Família*, foi por má vontade ou falta de atenção. E que, apesar de tudo, a emancipação da mulher estava se fortalecendo e logo chegaria ao Brasil.⁴³⁷

Finda a discussão com o paraense, partimos para o outro debate. Josephina de Azevedo deixou claro seu interesse pelo teatro desde os primeiros números de seu jornal, quando começou a divulgar a estreia de peças e a fazer comentários a respeito das mesmas. Em maio de 1889, a redatora criou uma seção específica para tratar do tema, cujo nome era “Theatros”. A redatora acompanhava de perto as encenações. Foi numa dessas ocasiões que Josephina assistiu “A doutora”, comédia de autoria de Silva Nunes. Ela sentiu necessidade de fazer algumas críticas. Primeiramente, porque a peça lhe pareceu imperfeita enquanto trabalho artístico e, em segundo lugar, porque era “monstruosa como discussão d’uma these”.⁴³⁸

Na opinião de Josephina de Azevedo, o teatrólogo tratou das aspirações sociais da mulher e de sua concorrência com o homem, de forma desastrosa. Silva Nunes destruiu as virtudes das mulheres instruídas. A redatora entendeu a peça como uma ofensa “a uma das partes da humanidade”.⁴³⁹ Para Josephina, o teatrólogo foi cruelmente indelicado para com seu sexo, ao concluir que a medicina era incompatível com a honra das mulheres e ao mostrar que instrução e virtude eram princípios que se

⁴³⁶ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Paulino de Brito III. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/11/1889. p. 4.

⁴³⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Paulino Brito IV. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/11/1889. p. 1.

⁴³⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. A doutora. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/11/1889. Seção Theatros. p. 1.

⁴³⁹ *Ibidem*, loc. cit.

repeliam numa moça. A redatora achou a conclusão de Silva Nunes ofensiva para as médicas. Ela defendeu que a medicina não era incompatível com a honra feminina e que virtude e instrução podiam conviver juntas numa mulher. Indignada, a redatora escreveu: “Póde ser que o author tenha tido em vista somente fazer comedia para a gente rir; mas o que é certo é que toda a gente seria ha de lastimar aquillo que vimos na scena do S. Pedro e que constitue o peor attestado da capacidade do comediographo.”⁴⁴⁰

Com a crítica lançada por Josephina, Silva Nunes compareceu à redação do jornal e deixou uma carta para Josephina, com o intuito de se defender das acusações. O autor afirmou que analisou as cenas da peça e não encontrou uma passagem sequer que afetasse as virtudes das mulheres instruídas. Ele ressaltou que a protagonista, a doutora, era uma mulher honesta. Silva Nunes se defendeu dizendo que não teve a pretensão de ter passado a ideia de que a medicina era incompatível com o sexo feminino. Segundo o teatrólogo, a tese defendida pela peça era a de que “uma moça não se deve formar porque a própria posição de médica poderá collocar-a por vezes em situações improprias para uma mulher honesta”.⁴⁴¹ Para ele, essa defesa era bem diferente de dizer que a virtude era incompatível com a instrução, e a medicina também incompatível com a honra feminina. Por fim, Silva Nunes argumentou que sua meta não era apenas causar risos; ele também queria mostrar que a profissão de médica pode levar a mulher a enfrentar situações difíceis e constrangedoras. Ele convidou Josephina a assistir novamente a peça e afirmou que tinha grande respeito pelo sexo feminino e por Josephina de Azevedo.⁴⁴²

Depois da carta deixada por Silva Nunes, a redatora publicou sua resposta. Ela afirmou que não quis falar mal da obra; apenas quis expressar sua opinião a respeito do que viu. Ela aceitou o convite de assistir novamente à representação de “A doutora” e tinha convicção que não mudaria seu juízo a respeito da peça. Para ela, na própria carta de Silva Nunes, ele confirmou algumas de suas defesas absurdas. Ela findou sua resposta da seguinte maneira: “Não ha duvida, que a comedia é absurda, até nos

⁴⁴⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. A doutora. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/11/1889. Seção Theatros. p. 4.

⁴⁴¹ NUNES, L. T. da Silva. Minha senhora. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/11/1889. Seção Theatros. p. 2-3.

⁴⁴² *Ibidem*, loc.cit.

menores detalhes. Mas como o autor me julgou injusta, esperarei o ensejo combinado de voltar ao assumpto.”⁴⁴³

Com esse debate, percebemos que a opinião de Josephina era importante para algumas pessoas naquela sociedade, o que demonstra reconhecimento e respeito pelo seu trabalho. A carta de Silva Nunes teve tom suave e estava repleta de palavras de apreço. Em compensação, Josephina se mostrou mais firme em seu posicionamento e sem arrependimentos pela crítica que fez. Essa situação e outras parecidas que encontramos no jornal nos revelou uma mulher segura, com concepções formadas e ativa no espaço público. Infelizmente, não encontramos mais comentários da redatora a respeito da peça *A doutora*.

Ao analisar o jornal de propriedade de Josephina de Azevedo, não podemos ignorar a relevância de suas colaboradoras, para a qualidade e manutenção do mesmo. Vale dizer que, ao tratar do jornal de Francisca Diniz, não conseguimos diferenciar as mulheres que eram de fato colaboradoras, ou seja, aquelas que participavam da elaboração do jornal, frequentavam a redação, davam opinião e também publicavam artigos, daquelas que apenas enviavam suas produções para serem publicadas, sem maior participação na construção do periódico. Devido a essa indefinição, acabamos denominando de colaboradora toda mulher que assinou os artigos publicados nos jornais *O Sexo Feminino*, *Primavera* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Já no caso do jornal *A Família*, conseguimos distinguir quem eram as colaboradoras e quem eram as mulheres que apenas publicavam esporadicamente. Isso foi possível, porque Josephina listava na primeira página de seu jornal, os nomes das colaboradoras, além de fazer comentários específicos sobre aquelas mulheres ao longo do periódico, principalmente, na seção “Novidades”.

A própria redatora deixou registrada a importante ajuda de suas colaboradoras, principalmente nos momentos de sua ausência, em circunstância das excursões e de enfermidades. Além disso, a redatora não poupou elogios àquelas mulheres que, na maioria, eram conhecidas pelas publicações literárias. Em 1888, foram colaboradoras do jornal *A Família*: Adelia Barros, Felicidade de Macedo, Maria Zalina Rolim, Isabel de Mattos Dillon e Analia Franco.⁴⁴⁴ Em 1889, juntaram-se à colaboração: Maria Amélia de Queiroz, Luiza Thienpont, Mlle. Rennotte, Emiliana de Moraes, Maria Ramos,

⁴⁴³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. Dr. Silva Nunes. *A Família*, Rio de Janeiro, 23/11/1889. p. 2.

⁴⁴⁴ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 15/12/1888. Seção Expediente. p. 1.

Paulina A. da Silva, Maria Augusta, Alzira Rodriguez, Ignez Sabino de Pinho Maia, Carmen Freire (Baroneza de Mamanguape),⁴⁴⁵ Marianna da Silveira e Adelaide Peixoto. Apenas Felicidade Macedo saiu do grupo, em 1889.⁴⁴⁶ Em 1890, mais mulheres se interessaram em colaborar com o jornal, como: Julia Cortines, Maria Clara Vilhena da Cunha, Presciliana Duarte, Maria Jorandes, Maria Nunes dos Santos,⁴⁴⁷ Mme. Potonié Pierre⁴⁴⁸ e Heloisa (pseudônimo).⁴⁴⁹ Em 1891, apareceram mais colaboradoras: Octavia Mululo,⁴⁵⁰ Delia.⁴⁵¹

Josephina teve o privilégio de contar com essas colaboradoras, que provinham de várias regiões do País. Talvez essa diversidade geográfica tenha ajudado na divulgação do *A Família*. Essas mulheres fizeram questão de divulgar o periódico em que colaboravam. Tivemos notícias de que a colaboradora Mme. Rennotte estava a caminho da Exposição Universal em Paris, onde iria apresentar o jornal *A Família*.⁴⁵² Luiza Thienpont, que era professora em Niterói, participou das manifestações em homenagem ao aniversário do Governador Francisco Portella, representando o jornal *A Família*. Ela discursou para ele, conforme transcrição no jornal, e ofereceu-lhe um retrato a óleo.⁴⁵³ Esses são apenas alguns exemplos da ação das colaboradoras do *A Família*, que demonstraram sentir orgulho do empreendimento que participavam.

2.4 Outras produções

“A mulher formosa sem instrução é um livro luxuosamente encadernado mas com as páginas em branco.”⁴⁵⁴

Além do periódico analisado neste trabalho, Josephina Alvares de Azevedo também escreveu uma peça teatral, fez uma tradução de peça estrangeira, publicou coletâneas de divulgação e produziu uma obra de biografias de mulheres célebres.

⁴⁴⁵ Essa colaboradora faleceu em 1891. Ver: SEM AUTOR. Baroneza de Mamanguape. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/09/1890. Seção Novidades. p. 7.

⁴⁴⁶ SEM AUTOR. Colaboração. *A Família*, Rio de Janeiro, 31/12/1889. Seção Expediente. p. 1.

⁴⁴⁷ SEM AUTOR. Colaboração. *A Família*, Rio de Janeiro, 04/09/1890. Seção Expediente. p. 1.

⁴⁴⁸ SEM AUTOR. Mme. Potonié Pierre. *A Família*, Rio de Janeiro, 27/11/1890. Seção Novidades. p. 2.

⁴⁴⁹ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 27/11/1890. Seção Novidades. p. 2.

⁴⁵⁰ SEM AUTOR. Octavia Mululo. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/03/1891. Seção Novidades. p. 6.

⁴⁵¹ SEM AUTOR. Delia. *A Família*, Rio de Janeiro, 11/06/1891. Seção Novidades. p. 7.

⁴⁵² SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 25/05/1889. Seção Novidades. p. 8.

⁴⁵³ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 31/07/1890. Seção Novidades. p. 3.

⁴⁵⁴ C.G.F. *Apud* THIENPONT, Luiza. Instrução da mulher. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/04/1890. p. 1.

A primeira coletânea de divulgação produzida por Josephina de Azevedo recebeu o modesto título de *Retalhos*. Infelizmente, não encontramos exemplar disponível para pesquisa, entretanto, os próprios comentários publicados no jornal *A Família* nos permitiram saber que *Retalhos* possuía 78 páginas;⁴⁵⁵ foi publicado no início do ano de 1890, no Rio de Janeiro, e impresso na tipografia da própria redatora. Tratava-se de uma coletânea de artigos e poesias já publicados⁴⁵⁶ no jornal *A Família*.⁴⁵⁷ O caráter do livreto era de propaganda, cujos assuntos centrais eram a emancipação⁴⁵⁸ e a educação da mulher.⁴⁵⁹ Foram inseridas nessa coletânea, as críticas que Josephina fez à peça *A doutora*, de Silva Nunes.⁴⁶⁰

A produção teatral de Josephina de Azevedo foi intitulada *O Voto Feminino*. Essa peça foi divulgada no folhetim do próprio jornal *A Família*, entre 21 de agosto e 13 de novembro de 1890. Mas ela já havia sido representada no Theatro Recreio Dramatico, no Rio de Janeiro, em maio do mesmo ano. Segundo o estudioso Lafayette Silva, o Recreio Dramático era um dos teatros mais populares da capital, que acolhia peças novas e, principalmente, as nacionais.⁴⁶¹ A peça de Josephina de Azevedo foi encenada em benefício do ator Castro, que realizaria sua festa artística no mencionado teatro.⁴⁶² Em abril, o censor do teatro, Dr. Ataliba de Gomensoro, aprovou *O Voto Feminino*, com pouquíssimas modificações, e elogiou Josephina: “Quem assim começa, disse S.S., não deve deixar de prosseguir, porque demonstra grande vocação para este genero de litteratura.”⁴⁶³

A comédia foi apresentada no dia 26 de maio, numa segunda-feira chuvosa; apesar disso, o teatro ficou cheio. Segundo o *A Família*, a execução foi de grande excelência, com ótimo desempenho dos atores e da orquestra do teatro, que tocou a

⁴⁵⁵ Encontramos também a informação que a obra possuía 80 páginas: GAZETA DA CHRISTINA. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/06/1890. Seção Como nos tratam. p. 4.

⁴⁵⁶ Encontramos também a informação que a coletânea possuía trechos inéditos: GAZETA DA CHRISTINA. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 14/06/1890. Seção Como nos tratam. p. 4.

⁴⁵⁷ PROVINCIA (Recife). Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 20/02/1890. Seção Como nos tratam. p. 8.

⁴⁵⁸ NOTICIARISTA. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 20/02/1890. Seção Como nos tratam. p. 7-8.

⁴⁵⁹ GAZETINHA. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 27/02/1890. Seção Como nos tratam. p. 8.

⁴⁶⁰ GAZETA DA TARDE (Recife). *Retalhos*. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/03/1890. Seção Como nos tratam. p. 7-8.

⁴⁶¹ SILVA, Lafayette. História do teatro brasileiro *Apud* SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Op. cit.*, p. 84.

⁴⁶² SEM AUTOR. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/04/1890. p. 6.

⁴⁶³ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 19/04/1890. p. 7-8.

polca “O voto feminino”, no intervalo após o primeiro ato. Infelizmente, o jornal não nos revelou o autor da polca, tendo deixado um suspense escrevendo: “escripta pelo inspirado maestro...”⁴⁶⁴ Foi o maestro quem pediu para não divulgar seu nome? Ele não queria se comprometer, ao produzir uma polca para uma peça feminista? Ao fim da peça, Josephina de Azevedo foi chamada ao palco, onde recebeu muitos aplausos e foi presenteada com um buquê de flores artificiais.⁴⁶⁵

O jornal de Josephina anunciou que a peça seria apresentada em Itu, por uma companhia da cidade, no ano de 1891⁴⁶⁶, e novamente no Rio de Janeiro, em 08 de maio de 1893, no teatro Sant’Anna; com artistas conceituados, veja:

Confiada o seu desempenho a artistas de merito, como Mattos, Colás, Maria Augusta, Pepita, Magdalena Vallet, Campos e Vianna, é de provêr que a comedia obterá um franco e estrondoso sucesso. [...] Consta-nos que se acham quasi esgotados os bilhetes para essa *première*.⁴⁶⁷

Caso ao menos essa última apresentação tenha ocorrido, é certo que Josephina de Azevedo tenha ficado lisonjeada, pois ela já havia elogiado o ator Mattos em seus escritos, imprimindo inclusive sua imagem numa capa, rodeada de palavras elogiosas,⁴⁶⁸ além de mais um texto na seção “Galleria Illustre”. Entretanto, não sabemos se, de fato, isso ocorreu.

A peça escrita por Josephina de Azevedo recebeu muitos elogios na imprensa. Muitos jornalistas já admiravam sua atuação enquanto proprietária e redatora de jornal e, após a publicação da peça, outra habilidade da pernambucana foi revelada e agradou a muitos, como mostrou o jornal *O Paiz*: “A sua comédia – O VOTO FEMININO agradou plenamente. E’ um trabalho feito com graça, desenvolvido com arte e que deve ter animado a autora a prosseguir no genero litterario a que agora com tão bello auspicio se dedica.”⁴⁶⁹ Encontramos uma crítica amena feita pelo *Diario de Noticias*, ressaltando aspectos mais voltados para a experiência teatral. Ainda assim, o *Diario de Noticias* não tira o mérito da redatora, afirmando que as falhas são comuns numa obra de estreia e que Josephina devia continuar se dedicando à nova arte.⁴⁷⁰

⁴⁶⁴ SEM AUTOR. Recreio Dramatico. *A Familia*, Rio de Janeiro, 31/05/1890. Seção Theatros. p. 2.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, loc. cit.

⁴⁶⁶ SEM AUTOR. Sem título. *A Familia*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. Seção Novidades. p. 6.

⁴⁶⁷ SEM AUTOR. Sem título. *A Familia*, Rio de Janeiro, 20/04/1893. Seção Theatros. p. 5-6.

⁴⁶⁸ AZEVEDO, Josephina de. Antonio Joaquim de Mattos. *A Familia*, Rio de Janeiro, 02/10/1890. p. 1.

⁴⁶⁹ O PAIZ. Sem título. *A Familia*, Rio de Janeiro, 31/05/1890. Seção Theatros. p. 3.

⁴⁷⁰ DIARIO DE NOTICIAS. Sem título. *A Familia*, Rio de Janeiro, 31/05/1890. Seção Theatros. p. 3.

Após a encenação da peça, esperávamos encontrar mais comentários sobre a obra, mas muitos colegas de imprensa se calaram. Provavelmente, alguns não concordaram com a ideia defendida na peça e preferiram se calar, ao invés de criticar a colega. Apesar disso, o sucesso de Josephina chegou até Paris, por meio do jornal *Le droit des femmes*. Orgulhosa, a redatora transcreveu o artigo que continha os elogios à peça e a informação de que sua obra seria traduzida para o francês e publicada nas páginas do *Le droit des femmes*. Josephina afirmou que, ao escrever *O Voto Feminino*, jamais imaginou que seu texto pudesse chegar tão longe, já que se tratava de uma peça escrita às pressas, para servir de benefício a um artista, em poucos dias.⁴⁷¹

Certamente, *O Voto Feminino* fez sucesso entre as francesas, pois a revista *Le droit des femmes* corroborava as ideias defendidas por Josephina de Azevedo em sua obra teatral. É justamente sobre o conteúdo da peça que trataremos neste momento. Mencionaremos os momentos mais significativos da peça, com o intuito de situar o leitor na discussão. Nos anexos desta dissertação, transcrevemos o texto teatral na íntegra, para que aqueles que tenham interesse possam ter contato com mais esse belo trabalho de Josephina, além de demonstrar nossa preocupação em preservar e divulgar esse tipo de obra que, muitas vezes, perde-se pela ação do tempo. Fizemos essa opção, por perceber que a fonte que consultamos já se encontra em parte deteriorada; e com o passar dos anos, tal fato pode piorar ou até mesmo impedir o acesso a essa obra elementar. Convidamos a todos a lerem o anexo. Agora, vamos à análise!

O Voto Feminino tratava-se de uma comédia breve, organizada em apenas um ato e 17 cenas. Josephina construiu sete personagens, com características peculiares, que representavam alguns tipos sociais. Os personagens principais eram o casal Anastacio e Ignez. Ele era um ex-conselheiro do Império e também ex-ministro, avesso à emancipação feminina. Ela era uma dona de casa de meia-idade, com ideias modernas e com convicções bem fortes. Esse casal tinha uma filha chamada Esmeralda, jovem formada, adepta à mudança da condição da mulher na sociedade, por influência de sua mãe. Esmeralda era casada com o Deputado Raphael, que demonstrou ser um jovem confuso, de mente facilmente influenciável, pouco inteligente e que não gostava de contrariar a esposa. Havia, ainda, um terceiro casal: Joaquina e Antônio. Joaquina era

⁴⁷¹ AZEVEDO, Josephina de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 23/10/1890. Seção A Família. p. 1.

criada na casa dessa família, portanto, pertencia a uma classe social mais baixa, com pouca instrução, mas se mostrou interessada na emancipação feminina. Antônio era seu “noivo”, que vivia fugindo do casamento; seu interesse maior era nos atrativos sexuais de sua companheira. Antônio também era criado, mas não na mesma família que sua “noiva”; ele servia ao Dr. Florencio, amigo daquela família, jornalista, envolvido com política e defensor da emancipação feminina.

Foram esses os tipos sociais criados por Josephina de Azevedo para colocar em debate a questão do sufrágio feminino e outros direitos da mulher, como sua inserção no mercado de trabalho. A trama se desenvolveu na cidade do Rio de Janeiro, cujo cenário era a casa de Anastacio e Ignez. Tratava-se de uma peça que representava o momento atual, ou seja, o ano de 1890. Tudo começou quando o ex-conselheiro descobriu que, na prestação de contas do mês, estavam faltando 11 vinténs. Irritado, Anastacio começou a gritar D. Ignez. Ela estava lendo jornais, que era uma mania daquela dona de casa. Depois de um tempo, a mulher apareceu querendo saber o porquê de tanto barulho. Ao descobrir que o burburinho era por causa de 11 vinténs, ela se dirigiu a Anastacio e disse: “E o Sr. queria que eu deixasse os meus affazeres para estar tomar conta destas insignificancias...”. Ele respondeu: “Sem duvida. E’ este o dever de uma boa dona de casa.”⁴⁷² O marido se queixou que D. Ignez só se importava com política, com literatura, com pintura e teatro. A esposa achava tudo isso muito normal, pois já havia passado o tempo em que a mulher era escrava do homem. Sem argumento, o marido só conseguiu dizer: “Ora figas! Sra. D, Ignez!”⁴⁷³

O questionamento do marido foi o estopim para D. Ignez defender os direitos femininos, naquele fim de século. Anastacio ficou ainda mais indignado, quando percebeu que a esposa já tinha influenciado as ideias da filha Esmeralda. D. Ignez almejava que a filha fosse boa mãe, mas também uma política de excelência. Anastacio acreditava que a política não era coisa para mulheres, que elas não deviam se “metter” nesses assuntos. O marido saiu para refrescar a mente e Ignez disse: “São insupportaveis estes monstros de egoísmo! E quando se lhes falla em concorrermos com elles na vida publica, é um Deus nos acuda; fazem logo vir o ceo abaixo...”⁴⁷⁴

⁴⁷² AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 21/08/1890. Seção Folhetim. p. 1.

⁴⁷³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 28/08/1890. Seção Folhetim. p. 1.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, loc. cit.

Esmeralda entrou em cena e elogiou o artigo publicado por Dr. Florencio, no *Correio do Povo*. O jornalista estava conduzindo uma campanha em prol do voto feminino. Mãe e filha ficaram entusiasmadas e cheias de esperanças na aprovação da lei que concederia o direito das mulheres votarem e serem votadas. Caso a lei fosse aprovada, Ignez queria que Esmeralda se apresentasse como Deputada. Apesar de almejar a vida política, a filha ficou receosa, com medo de tirar o emprego de seu marido – que era um sujeito pouco competente, mas que almejava subir na vida pública. A mãe disse à filha: “Sobe tu. Faze-te deputada, depois senadora, depois ministra, e talvez que ainda possas chegar a ser presidente da republica...”⁴⁷⁵

Joaquina, que ouviu a conversa de Ignez e Esmeralda, inicialmente se assustou com o fato de uma mulher tornar-se deputada. Mas, depois, raciocinou que ela poderia se beneficiar do fato conseguindo um emprego melhor, e então apoiou a candidatura de Esmeralda. Joaquina foi logo pedindo o cargo daquele “homem que anda n’um carro fechado e com dois soldados a cavallo...”⁴⁷⁶ D. Ignez achou graça da criada querer virar ministra imediatamente. Mas, no fundo, Joaquina queria era poder mandar os soldados prenderem Antonio, que não queria casar com ela.

Na cena seguinte, apareceu Raphael, informando que a lei do voto feminino ainda não tinha sido decretada. Esmeralda perguntou o que o marido pensava da tal lei. Ele ficou calado, mas, depois da pressão da sogra, inseguro, ele disse que aplaudia aquela propaganda e que daria seu voto a favor da lei. Logo Anastacio chegou e se irritou ao saber que a decisão sobre o voto feminino tinha subido para o ministro. A discussão entre marido e mulher começou novamente: “Se tal acontecer pôde-se dizer que o Brasil é uma terra de malucos”, disse Anastacio. A mulher respondeu: “Sr. Anastacio não me faça falar...” Ele continuou: “Sra. D. Ignez, lembre-se de que eu sou um ex-conselheiro de Estado do ex-Imperio e já fui ministro!”. Ela cumpriu sua promessa: “Lembro-me, sim; e por sinal que não era o senhor quem escrevia os despachos; mas sim eu e minha filha, que nem sequer tínhamos o direito de assignal-os.” Mais uma vez, Anastacio só conseguiu dizer: “Figas! Figas! A senhora não sabe que é mulher?”⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 04/09/1890. Seção Folhetim. p. 1.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, loc.cit.

⁴⁷⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/09/1890. Seção Folhetim. p. 1.

Ignez se indignava com homens como seu marido, que só prejudicavam a conquista dos direitos femininos. Dessa vez, foi o sogro que questionou Raphael sobre a lei do voto; bem confuso, ele não quis defender nenhum dos lados. Criticado pelo sogro, Raphael foi defendido por sua esposa, Esmeralda. Anastacio puxou Raphael em direção à rua. Ignez tinha certeza de que os dois conspirariam contra seu sexo. Ignez só sabia que não podia ficar de braços cruzados diante daquela situação, por isso, resolveu ir se encontrar com os homens: “E’ a conspiração das saias. Hei de mostrar a esses homenzinhos para quanto [presta] uma mulher. Vamos, Esmeralda.”⁴⁷⁸ Mãe e filha cantaram num dueto, cuja letra clamava pela vitória do sufrágio feminino.

Na cena seguinte, Joaquina e Antonio conversavam. As frases são bem ambíguas, podendo ser interpretadas com caráter sensual. Depois de discutirem seu relacionamento, Joaquina contou ao “noivo” que a “patroasinha” seria ministra, e ela ia arrumar um emprego melhor. Antonio achou aquela conversa estranha e perguntou o que estava acontecendo. Joaquina respondeu da forma como compreendia a situação: “As mulheres agora vão ser como os homens.” Preocupado, ele indagou: “Como os homens? E os homens?”⁴⁷⁹ Ela continuou: “Como as mulheres.” Antonio estava ficando cada vez mais preocupado, principalmente, depois que Joaquina afirmou: “Sim, senhor! Agora somos nós que vamos para os empregos [...]Tu não precisa trabalhar, não, ficas em casa.” Antonio não queria esfregar saia e muito menos mexer com panelas; ele queria que as coisas continuassem como eram, os homens trabalhando no espaço público, e as mulheres cuidando da casa. Pois Joaquina deixou claro que gostava muito dele, mas que não recusaria o emprego por sua causa.

Logo chegaram Anastacio e Raphael, assustados com a dimensão que o movimento das mulheres estava tomando. Para Anastacio, aquilo era o fim do mundo. Raphael estava satisfeito do jeito que as coisas funcionavam na sociedade; ele também não almejava mudanças para o sexo feminino. Preocupado, Anastacio disse: “Está claro! Votam as mulheres, as mulheres são votadas! Para ellas os empregos, as honras, as posições, e tudo, tudo! Que ha de fazer o homem? Ficar em casa pregando colchetes em saias?”⁴⁸⁰ Os três homens ficaram preocupados, mas Raphael e Antonio não

⁴⁷⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/10/1890. Seção Folhetim. p. 1.

⁴⁷⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/10/1890. Seção Folhetim. p. 2.

⁴⁸⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 16/10/1890. Seção Folhetim. p. 2.

gostavam de contestar suas esposas; portanto, o mais preocupado com a situação continuava sendo Anastacio.

O ex-conselheiro resolveu fazer um *meeting*, para reunir os homens e impedirem a aprovação da lei do sufrágio feminino. De repente, chegou à casa de Anastacio o amigo Dr. Florencio, que logo percebeu a exaltação no ar. Logo o jornalista foi culpado pelo que estava ocorrendo naquela casa. Ignez e Esmeralda entraram em cena e se mostraram felizes com a presença de Florencio.

Ignez e o marido voltaram a discutir, agora por igualdade de direitos. Raphael e Esmeralda entraram na discussão e mantiveram os tipos; as mulheres com argumento, e os homens, confusos e sem respostas. Para infelicidade dos outros membros do sexo masculino, Dr. Florencio entrou na conversa em defesa das mulheres. Em suas palavras: “Sem duvida alguma. E’ uma das mais bellas conquistas deste fim de seculo; a reparação de uma injustiça secular, dos tempos barbaros.”⁴⁸¹ Anastacio contestou o amigo, dizendo que as mulheres queriam muitos direitos, elas queriam “o reinado das saias!” O amigo rebateu o ex-conselheiro dizendo que haverá “o reinado das competências”, onde cada sexo exercerá o que for capaz e receberá mérito por isso. Os homens ficaram constrangidos e Florencio continuou sua defesa em prol do sexo feminino, falando do acesso aos cargos públicos e aos mandados. A cada argumento do amigo, Raphael e Anastacio ficavam mais preocupados com a nova condição da mulher na sociedade. Anastacio disse: “Seria horroroso! Isso não! A distituição do homem, o predomínio nefasto da fragilidade feminina! Figas!”. Esmeralda respondeu ao pai: “Seria a mais bella das conquistas humanas, porque nós não somos senão iguaes aos homens, apenas tendo differenças sexuaes e virtudes para melhor.”

Anastacio ficou sem saber o que sobraria para o homem fazer naquela nova configuração social. Sua esposa foi objetiva ao respondê-lo: “O que poderem e souberem fazer.”⁴⁸² Florencio tentou acalmar os ânimos lembrando que nem todas as mulheres ocupariam cargos importantes; como naquele momento, nem todos os homens os ocupavam. Portanto, haveria oportunidade para todos. Ele estava confiante na aprovação da lei e estava ansioso por ver a candidatura de Esmeralda.

⁴⁸¹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 30/10/1890. Seção Folhetim. p. 2.

⁴⁸² AZEVEDO, Josephina Alvares de. O voto feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 06/11/1890. Seção Folhetim. p. 1.

Anastacio foi à rua e logo voltou com a notícia de que o ministro não fizera a concessão do voto feminino. Anastacio leu o trecho do ministro,⁴⁸³ alegremente. Antonio e Raphael também comemoraram. Antonio e Anastacio insistiram que o lugar da mulher era em casa, junto à família. Mas Esmeralda pediu para que eles não se animassem tanto, pois as mulheres ainda tinham uma alternativa: a Constituinte. Por fim, a peça terminou com um *Ensemble*, onde cada grupo defendeu sua posição em relação ao voto feminino.

Como o leitor pode perceber, a obra teatral de Josephina de Azevedo era coerente com as ideias defendidas em seu periódico. A nosso ver, a redatora utilizou o teatro como meio de difundir suas concepções a respeito da emancipação da mulher, de outra maneira, com o intuito de atingir outro público e fortalecer sua propaganda.

Josephina prezou pela simplicidade. Os tipos dos personagens foram claros, e a linguagem utilizada por cada um ajudou a caracterizá-los. Ela lançou mão do humor, para deixar aquele assunto sério ainda mais interessante de ser pensado e discutido. E não pudemos deixar de notar, que algumas de suas ideias defendidas em artigos no jornal *A Família* saíram pela boca dos personagens Ignez, Esmeralda e Florencio. Corroboramos Valéria Souto-Maior, quando ela sugere que o personagem Dr. Florencio pode ter sido inspirado no deputado e jornalista Lopes Trovão;⁴⁸⁴ como já analisamos nesta dissertação, Josephina admirava esse homem, pois ele defendia o sufrágio feminino.

Interessante Josephina de Azevedo ter usado a figura de Joaquina, para mostrar que a emancipação da mulher atingiria todas as classes sociais – apesar da criada ter compreendido aquele processo de maneira um pouco distorcida, ou seja, acreditava que com a emancipação, os papéis dos homens e das mulheres seriam invertidos. Portanto, *O Voto Feminino* foi uma peça que, mesmo que escrita às pressas, teve seus méritos por ter sido bem articulada, por ter representado tipos daquela sociedade, por ter usado uma dose de humor e, principalmente, por ter ultrapassado às expectativas da autora, já que seu conteúdo atravessou as fronteiras brasileiras.

Josephina de Azevedo era uma mulher de visão, por isso, sabia aproveitar os momentos propícios para intensificar sua luta. A peça, por exemplo, foi escrita poucos

⁴⁸³ Já transcrevemos o trecho nessa dissertação, ao tratar dos artigos de autoria de Josephina. Consta na página 104 dessa dissertação, na qual tratamos do seguinte artigo: AZEVEDO, Josephina Alvares de. O direito de voto. *A Família*, Rio de Janeiro, 03/04/1890. Seção A Família. p. 1.

⁴⁸⁴ SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Op. cit.*, p. 97.

meses depois da instauração do regime republicano no Brasil; regime esse que prometia defender a liberdade dos indivíduos e trazer progresso para o País. Além disso, o governo provisório estava discutindo as mudanças na lei eleitoral. E fazia menos tempo ainda que duas mulheres de Barbacena (MG) tinham tido seu pedido de alistamento eleitoral recusado. Diante desse panorama, foi bastante perspicaz a redatora do jornal *A Família*, ao se aventurar numa nova arte e lançar uma peça intitulada *O Voto Feminino*, num dos teatros mais populares da capital.

Foi também nesse ano de 1890, que Josephina de Azevedo traduziu uma peça de teatro, em seis atos, que fez muito sucesso em Paris. O título da obra era *Os Companheiros do Sol*. A peça seria apresentada na inauguração do teatro João Caetano, antigo Phenix Dramatico (RJ), no dia 1º de agosto. O elenco contava com artistas conhecidos.⁴⁸⁵

Em 1891, Josephina de Azevedo lançou outra coletânea; dessa vez, com um título mais imponente: *A Mulher Moderna*: trabalhos de propaganda. Ela foi dedicada à Viscondessa de Leopoldina e Maria José Paranhos Mayrinck.⁴⁸⁶ Essa obra também não era totalmente inédita, pois suas 152 páginas eram constituídas por quase todos os artigos publicados no *A Família*, com o título de “Emancipação da mulher” e outros com afinidade.⁴⁸⁷ A obra foi dividida em três partes: na primeira, Josephina tratou da questão do voto feminino, por meio de dez artigos, dentre os quais comentava a defesa do advogado Costa Machado acerca do assunto e sobre a dinâmica do voto feminino nos Estados Unidos, além da transcrição da peça *O Voto Feminino*; na segunda parte, havia artigos variados, como o debate com o jornalista paraense Paulino Brito, a crítica ao decreto dos positivistas que almejavam impedir o acesso das mulheres ao ensino superior, a defesa do divórcio e sustentou a criação de um club de senhora, conforme moldes do exterior;⁴⁸⁸ a terceira parte era composta por uma série de escritos sobre a emancipação da mulher.⁴⁸⁹

⁴⁸⁵ SEM AUTOR. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 31/07/1890. Seção Theatros. p. 3.

⁴⁸⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 12/03/1891. Seção Como nos tratam. p. 6.

⁴⁸⁷ SEM AUTOR. Linhas por baixo. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. Seção Como nos tratam. p. 7.

⁴⁸⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 12/03/1891. Seção Como nos tratam. p. 6.

⁴⁸⁹ GIL (Diário de Notícias). Sem título. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. Seção Como nos tratam. p. 7.

Na época de seu lançamento, Josephina de Azevedo enviou uma cópia da obra *A Mulher Moderna* para seus colegas da imprensa, a qual foi muito elogiada. Dois anos depois, a obra estava em sua terceira edição e sendo vendida pelo valor de 3\$000 réis.⁴⁹⁰ Apesar do sucesso, a redatora não ficou imune às críticas.⁴⁹¹

A última obra de Josephina de Azevedo que tivemos conhecimento foi *Galleria Illustre* (Mulheres Celebres), lançada em 1897. Essa obra encontra-se disponível no Arquivo do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), situado no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma coletânea de biografias, como era comum fazer na época, mas a novidade da obra de Josephina foi a seleção de mulheres. Diferentemente das outras obras de biografias, que escolhiam mulheres guerreiras ou religiosas,⁴⁹² a redatora do jornal *A Família* caracterizava célebres as mulheres que não seguiam os padrões de comportamento da sociedade e que eram exemplos de força feminina. A obra era composta por 173 páginas. Seguem os nomes das mulheres que Josephina resolveu divulgar:

- p. 5 - Joanna d'Arc
- p. 31 - Maria Thereza d'Austria
- p. 39 - Miss Nightingale
- p. 49 - Catalina II
- p. 55 - Cleopatra
- p. 73 - Izabel a Catholica
- p. 107 - Pacahontas
- p. 125 - Margarida de Anjou
- p. 149 - Heloisa
- p. 171 - George Sand

Na abertura da obra, a autora explicou que sua *Galleria Illustre* tratava-se de uma compilação, pois ela fez traduções não literais das biografias dessas mulheres. Veja em suas palavras:

Não tendo feito nem um trabalho propriamente original, nem tão pouco uma traducção literal de quanto li sobre as heroínas consagradas neste livro, deve ser elle considerado uma compillação, pois nesta conta dou á publicidade. Pequeno continente é para a história das Mulheres Celiebres, que é muito grande, quasi tanto á dos homens que merecem este epitheto.

Em todo caso, é um subsidio á propaganda de emancipação que se universalisa. Poucas são as heroínas que encerra; mas qualquer dellas bem clara.

⁴⁹⁰ SEM AUTOR. *Mulher moderna*. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/02/1893. Seção Novidades. p. 4.

⁴⁹¹ Ver: AZEVEDO, Josephina de. *Pela emancipação feminina*. *A Família*, Rio de Janeiro, 26/02/1891. p. 2-4; AZEVEDO, Josephina de. *Contingencia d'officio*. *A Família*, Rio de Janeiro, 05/03/1891. p. 5-6.

⁴⁹² Valéria Andrade Souto-Maior mencionou as biografias feitas por Joaquim Manuel Macedo e Joaquim Noberto de Souza e Silva. Ver: SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Op. cit.*, p. 79.

O que ahi está é o melhor que pude fazer; medindo-se o meu desejo, terá um valor maior do que o intrinseco; mas esse é o que poderá justamente compensar-me do esforço feito.⁴⁹³

Além disso, observamos que desde 14 de novembro de 1889, Josephina publicava biografias na seção “Galleria Especial” e a partir de 28 de fevereiro de 1891, na seção “Mulheres Célebres”. Inclusive, as mulheres selecionadas para compor a coletânea já tinham suas biografias impressas nas páginas do *A Família*. Certamente, essas duas seções foram a inspirações para a publicação da coletânea em questão.

Com tantas ideias ousadas, criativas iniciativas e pulso forte, Josephina conseguiu manter um jornal feminista, com regularidade, por mais de seis anos; conquistou adeptos à sua causa, influenciou a concepção de muitos, fortaleceu as ideias feministas no Brasil e, principalmente, conseguiu ser “senhora do seu destino”, vivendo uma vida repleta de conquistas e ideais.

⁴⁹³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. *Galleria Illustré* (Mulheres Celebres). Rio de Janeiro: Typ. A Vapor, 1897.

3. Conclusão

Ao percorrer os escritos oitocentistas dessas mulheres, que divulgaram suas ideias através da imprensa, percebemos que, apesar dos periódicos terem estabelecido um programa bem claro e de cada redatora possuir concepções específicas, não há como determinarmos um conjunto de ideias homogêneas para cada jornal. As redadoras deixaram transparecer que não aceitavam colaborações que destoassem do objetivo primeiro dos seus periódicos, que era a defesa dos direitos femininos; entretanto, elas aceitavam publicações que apresentavam olhares distintos sobre as diversas questões que permeavam o mundo da mulher. Por isso, ao longo desta dissertação, tentamos mostrar pensamentos plurais a respeito da emancipação feminina, em fins do século XIX. Afinal, não é nosso objetivo generalizar os empreendimentos feministas; pelo contrário, é nossa meta apresentar a riqueza da imprensa enquanto fonte de pesquisa, mostrar o potencial das ações das mulheres que publicaram na imprensa e abrir o caminho para novos trabalhos e questionamentos sobre o tema.

Por isso, conceitos fundamentais na nossa dissertação são os de **mulher** e **feminista**. Corroboramos Rosi Braidotti, ao mostrar que há diferenças entre as concepções de tais termos. Braidotti argumenta que o feminismo precisa estabelecer as diferenças epistemológicas e políticas entre esses dois conceitos em pauta: mulher e feminista. O primeiro passo seria se afastar da representação “de la *mujer*”, pois os movimentos feministas reconhecem que todas compartilham da condição de “segundo sexo”, o que cria um vínculo de comunidade e pode ser tomado como ponto de partida para atingir a consciência feminista; entretanto, não deve-se perder de vista que, apesar das situações e experiências semelhantes, não se deve omitir o fato de que “no son, de ningún modo, *todas iguales*”.⁴⁹⁴ Assim, concordamos com Braidotti quando a autora recorre à *política da localização*, elaborada por Adrienne Rich, para reconhecer as múltiplas diferenças entre as mulheres, ou seja, romper com as concepções globais e, ao invés disso, localizar o lugar de onde fala cada uma e levar em consideração o enfoque do tempo e da história.⁴⁹⁵

Diante de dois conceitos tão importantes neste trabalho, é preciso dizer que, para Francisca Diniz e Josephina de Azevedo, o termo utilizado em suas lutas foi “mulher

⁴⁹⁴ BRAIDOTTI, Rosi. *Op. cit.*, p. 192. [grifos no original]

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 193.

emancipada”. Elas não utilizavam o vocábulo “feminista” para autodenominação; ele apareceu nos impressos para se referir a movimentos internacionais. Entretanto, devido à ideia que o termo utilizado transmitia, podemos equipará-lo ao vocábulo “feminista”, já mais popular no Brasil no século XX. Afinal, nas concepções de Francisca e Josephina, ser emancipada era ter liberdade, igualdade de direitos, boa instrução, direito de participação política e sempre lutar pela melhoria da condição de vida do sexo feminino. Por isso, neste trabalho, chamamos Francisca Diniz e Josephina de Azevedo de feministas.

Acompanhar a construção de projetos de emancipação feminista na imprensa nos dá o privilégio de acompanhar desde a base das propostas até sua arquitetura mais elaborada. São os elementos cotidianos, como os acontecimentos políticos, o aperfeiçoamento de uma leitura, o debate com um colega de imprensa e as experiências pessoais, os responsáveis pelas inserções e/ou modificações numa concepção final. Explico. Francisca Diniz, por exemplo, iniciou suas publicações com o intuito de lutar pela melhoria e ampliação da educação da mulher. Com o passar dos anos, ela inseriu em sua base principal outras ideias que culminaram num projeto mais elaborado. Nesse simples projeto de educação, foi inserida a entrada das mulheres no ensino superior; no mercado de trabalho; novas regras para o matrimônio; participação nos negócios da família; discussão política e, até, o direito de votar. Por sua vez, Josephina de Azevedo iniciou sua revista com o objetivo de instruir as mães de família, e logo foi se revelando uma mulher que almejava muito mais; seu projeto também visava emancipar aquelas mulheres. Ela lutou pelo acesso ao conhecimento científico, inseriu em sua luta o direito da mulher se divorciar do marido e lutou, enfaticamente, pelo direito de votar e ser votada. Portanto, apesar dessas mulheres terem mantido uma base de pensamento e identidade fortes, a vida lhes propiciou novas experiências e concepções mais radicais, que muitas vezes contestavam as bases hegemônicas da sociedade, culminando numa forma de resistência política e, ao mesmo tempo, constituindo sua própria subjetividade.

Outro estudo que trouxe reflexões esclarecedoras do conteúdo que deparamos nas fontes foi o de Joan Scott. Ela analisa a trajetória de lutas de quatro mulheres: Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Medeleine Pelletier,⁴⁹⁶ focando

⁴⁹⁶ Vale ressaltar que Scott esclarece não fazer biografias, pois para a autora, esse tipo de abordagem não é suficiente para a compreensão da política feminista. Trata-se de um modo restrito de pensar o agir feminino, no qual reduz os pensamentos e atitudes às histórias de vida pessoal, negligenciando a complexidade do contexto sócio-cultural. Ver: SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 44-45.

nas diferentes estratégias utilizadas por elas, na tentativa de conquistar a inserção da mulher na vida política. Através das análises das mulheres mencionadas anteriormente, Scott ressalta que cada feminista construiu projetos de emancipação distintos, e é dessa maneira que devemos ler suas ideias; e não como “a prova de uma consciência transcendente e contínua da Mulher, nem como a prova da experiência de todas as mulheres.”⁴⁹⁷ Além disso, é fundamental considerar a experiência das mulheres em seu contexto histórico, pois os conceitos utilizados pelas feministas estavam enraizados em sua época.⁴⁹⁸ Dito isso, a autora conclui que a diferença entre as mulheres analisadas não está nas escolhas do foco de suas lutas, mas sim, na “própria identidade de cada uma delas como feminista e na identidade das mulheres cujos direitos elas defenderam.”⁴⁹⁹

Entretanto, Scott nos alerta que a “experiência comum de exclusão” muitas vezes foi entendida, de forma equivocada, como uma “visão compartilhada por todas do significado de ser mulher”. Tal interpretação causou problemas às histórias do feminismo, que deixaram de levar em consideração as diferenças entre “mulher” e “feminista”, acreditando haver “conceitos imutáveis ou auto-evidentes” para esses termos.⁵⁰⁰

A autora esclarece que os historiadores poderiam, de maneira equivocada, interpretar o feminismo como uma espécie de “resistência heróica” contra todas as injustiças cometidas contra as mulheres, e pontuar tal resistência no desejo individual de algumas delas. Entretanto, a questão é bem mais complexa, como ela buscou apresentar em sua obra. Para Scott, o feminismo não é uma reação ao sistema republicano, mas, sim, um dos seus efeitos. O feminismo é a “expressão paradoxal” da contradição do indivíduo universal, já que se esforça por ressaltar a “diferença sexual” ao mesmo tempo em que deseja torná-la irrelevante para a vida política. Portanto, trata-se de um paradoxo que permeia o próprio agir feminista. Apesar de tais paradoxos, cada feminista buscou lidar com essa situação de maneira peculiar.⁵⁰¹

Apesar do regime republicano no Brasil ter se iniciado após as primeiras reivindicações que denominamos feministas, de fato, sua consolidação trouxe mais

⁴⁹⁷ SCOTT, Joan. *Op. cit.*, p. 41.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, *loc. cit.*

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 43.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 276.

fôlego e argumento para as mulheres que buscavam conquistar seus direitos. Como mostramos em algumas passagens da dissertação, tanto Francisca quanto Josephina apoiaram o regime republicano no Brasil e também cobraram dele as promessas de mudança, principalmente, no que se referia ao seu caráter democrático. Tal como as feministas francesas analisadas por Scott, nossas feministas também enfatizaram a “diferença sexual”, ao criar órgãos na imprensa dedicados exclusivamente para as mulheres e com a meta de conquistar benefícios para elas, e ao mesmo tempo, consideravam o sexo irrelevante para a participação política. Acreditamos que tais paradoxos não diminuem a importância da ação daquelas mulheres. Ele nos revela as possibilidades de manifestações daquele período, que eram limitadas, o que torna o trabalho do historiador ainda mais interessante.

Os anos que passamos pesquisando as produções de Francisca Diniz e Josephina de Azevedo nos trouxe conhecimento e satisfação. As fontes nos surpreenderam, revelando possibilidades de pesquisas diversificadas da que apresentamos por hora. Sua riqueza nos deixa uma sensação desconfortável, por não saber se conseguimos imprimir nestas páginas, porcentagem considerável de sua qualidade. Por isso, temos esperança de que esse trabalho contribua de alguma forma, para as discussões de gênero e abra o apetite dos pesquisadores por essas fontes que são repletas de saber.

Apesar das redatoras analisadas terem se estranhado, ao lançar críticas pontuais sobre o trabalho da outra, acreditamos que não havia, de fato, rivalidade. Afinal, as professoras tinham uma base comum de luta, que era a educação da mulher. Ambas viviam numa mesma época e, parte de suas vidas, na mesma cidade; por isso, passaram por experiências semelhantes e sofreram críticas parecidas, já que eram mulheres, redatoras e proprietárias de jornais de caráter feminista, numa sociedade patriarcal. Josephina se mostrou irritada ao ser confundida com Francisca, e aproveitou para criticar a falta de regularidade do periódico da mineira e também seu conteúdo.⁵⁰² Por sua vez, Francisca fez uma leve crítica à peça *O Voto Feminino*.⁵⁰³ A nosso ver, essas críticas eram reflexos de mulheres que tinham concepções próprias e projetos de emancipação autênticos. Ao longo de nosso texto, mostramos que alguns ideais delas convergiam, mas é da natureza humana defender seus empreendimentos; por isso, a

⁵⁰² AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Quinze de Novembro. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/03/1890. Seção Novidades. p. 7.

⁵⁰³ HAHNER, June E. Emancipating the Female Sex the Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940 *Apud* SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Op. cit.*, p. 132.

discussão entre as jornalistas também se revelou como uma forma de cada uma valorizar a sua produção.

Ao colocar em foco duas professoras, jornalistas e feministas contemporâneas, tivemos por meta comparar seus projetos de emancipação, mas foi mais intenso o desejo de enfatizar as peculiaridades de cada proposta, ou seja, refletir sobre as marcas que cada uma deixou no pensamento feminista brasileiro. Não foi nossa intenção discutir juízo de valor, já que cada projeto refletia as concepções e personalidade de cada uma delas. Nesta dissertação tentamos valorizar a pluralidade, fugir dos estereótipos, dos conceitos universalizantes e das classificações homogêneas. Fizemos o possível para mostrar o potencial e as estratégias de Francisca e Josephina, que foram peças elementares no despertar da consciência de suas “patrícias” e na concretização dos movimentos feministas em nosso país. Essas duas mulheres são apenas exemplos, das inúmeras mentes femininas brasileiras que ainda precisam ser reveladas. Que a luta continue...

4. Apêndice

Tabela com elementos relevantes observado nas imagens

Pessoa representada	Tipo/ página	Formato	Posição	Objetos e marcas importantes	Observações
Josephina Alvares de Azevedo	Busto/página 1	Sem moldura	Oblíqua para a esquerda	Semblante sério e roupas comportadas	//
Maria Amélia de Queiroz	Busto/ página 8	Sem moldura	Oblíqua para a esquerda	Semblante sério e roupas comportadas	//
Actor Mattos	Busto/página 1	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Rosto com alguma graça	//
Joana D'Arc (2 vezes)	Imagem até abaixo da cintura/ página 1	Sem moldura	Cabeça inclinada para baixo, em direção à esquerda	Rosto sério, espada na mão, vestido que parece armadura; mas aparecem os traços femininos	Única imagem que aparece é um móvel ao lado; no caso, uma mesa de madeira e um chapéu em cima dela
George Sand	Busto/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a esquerda	Rosto sério, véu, roupa de mulher recatada	Interessante, por tratar-se de uma representação rara, a George Sand; que muitas vezes, aparece vestida de homem
Concepcion Flaquer	Busto/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a esquerda	Realça os traços femininos (trança, laço no cabelo, roupa mais decotada)	
Dr. Domingos Freire	Busto/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Semblante e roupas sérios	
Catarina II	Imagem até abaixo da cintura/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Olhar sério e imponente	Primeira mulher com olhar para a direita
José de Alencar	Busto/ página 1	Oval	Oblíquo para a esquerda	Barba longa, óculos, sério e roupa social	Primeiro homem com olhar para a esquerda
Josephina Alvares de Azevedo	Busto/página 1	Moldura quadrada, com detalhes nas extremidades	Oblíqua para a esquerda	Fisionomia séria, marcas de expressão, cabelo com coque e roupas sérias	//
Bittencourt Silva	Busto/ página 1	Oval	Praticamente de perfil,	Semblante sério e roupa	//

			voltado para a direita	social	
Menezes	Busto/ página 1	Oval	Oblíqua para a direita	Rosto sério, com bigode	//
Conselheiro Corrêa	Busto/ página 1	Oval	Oblíqua para a esquerda	Semblante sério, barba e roupa social	//
Ignez Sabino	Busto/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Semblante sério, marcas de expressão e coque	//
Commendador José Manoel	Busto/ página 1	Sem moldura	Praticamente de perfil, voltado para a esquerda	Semblante sério, bigode e roupa social	//
Miss Nightingale	Imagem até abaixo da cintura/página 1	Sem moldura	De frente, mas com olhar para a direita	Rosto com expressão de caridade, véu e roupa comportada	//
José Levrero	Busto/página 1	Sem moldura	Praticamente de perfil, voltado para a direita	Bigode e roupa social	//
Commendador Albino	Busto/ página 1	Sem moldura	De frente	Olhar sério e roupa social	//
Eugenio Oyanguren	Busto/ página 1	Sem moldura	Praticamente de perfil, voltado para a direita	Semblante sério e com bigode	//
Conde de Alto Mearim	Busto/ página 1	Sem moldura	Perfil para a esquerda	Semblante sério, de bigode e roupa social	//
Visconde de Santa Marinha	Busto/ página 1	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Semblante sério, bigode e broche de patente	//
Commendador Alfredo	Busto/ página 1	Sem moldura	Perfil para direita	Semblante sério, bigode e roupa social	//
Viscondessa Leopoldina	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Oblíquo para a direita	Semblante sério, roupa mais decotada e brincos	//
Dr. Manoel Lavrador	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Voltado para a direita, mas olhar para a frente	Óculos, barba longa e roupas sérias	//
Barão Paranapiacaba	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Oblíquo para a esquerda	Semblante sério, barba e roupa social	//
Ramalho Ortigão	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes na extremidade	Oblíquo para a direita	Óculos e roupa social	//
Commendador Albino	Busto/ página 1	Moldura quadrada com	Imagem repetida	//	//

Luiz Mattos		detalhes na extremidade			
	Imagem até abaixo da cintura	Sem moldura	Oblíqua para a direita	Roupa social	Atrás da imagem, há alguns rabiscos, formando um círculo. Lembra muito nossas digitais.
	Dr. Kock	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Praticamente de perfil para a direita	Óculos, barba e roupa social
	D. Pedro II	Busto/ página 1	Oval	Oblíqua para a esquerda	Barba longa e broche de patente
	Elisa Lemos	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Oblíqua para a esquerda	Rosto com alguma graça, cabelo preso e roupa comportada
	Eugenio Oyanguren	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Imagem repetida	//
	José Levrero	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Imagem repetida	//
	Francisco Portella	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	De frente	Barba longa e roupa social
	Eduardo Brazão	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidades	Oblíquo para a esquerda	Semblante sério e roupa social
Carlos I	Busto/ página 1	Moldura quadrada com detalhes nas extremidade	De frente	Roupa social, com uma faixa na diagonal	//

5. Anexos

5.1 Imagens impressas no jornal *A Família*

Imagem 1: Josephina Alvares de Azevedo, publicada no nº especial do ano de 1889, em Pernambuco, p.1.

Imagem 2: Maria Amelia de Queiroz, publicada no nº especial do ano de 1889, em Pernambuco, p.8.

Imagem 3: Ponte Pedro Segundo e Ponte Santa Izabel, publicada no nº especial do ano de 1889, em Pernambuco, p.2-3.

Imagem 4: Actor Mattos, publicada na capa do dia 02/10/1890.

Imagem 5: Joana D'Arc, publicada na capa do dia 26/02/1891.

Imagem 6: O lazareto na Ilha Grande, publicada no dia 26/02/1891, p.5.

IGREJA DO CARMO—RIO DE JANEIRO

Imagem 7: George Sand, publicada na capa do dia 05/03/1891.

Imagem 8: Igreja do Carmo (RJ), publicada no dia 05/03/1891, p.5.

INTENDENCIA MUNICIPAL DA CAPITAL FEDERAL

Imagem 9: Concepcion Gimeno de Flaquer, publicada na capa do dia 12/03/1891.

Imagem: 10: Intendencia Municipal da Capital Federal, publicada no dia 12/03/1891, p.5.

Palácio do Congresso Nacional (ex-Quinta da Boa Vista)

Imagem 11: Dr. Domingos Freire, publicada na capa do dia 19/03/1891.

Imagem 12: Palácio do Congresso Nacional (ex-Quinta da Boa Vista), publicada no dia 19/03/1891, p.5.

O TUMULO DE UMA CRIANÇA NA SERRA DE THERESOPOLIS

Imagem 13: Catalina II, publicada na capa do dia 02/04/1891.

Imagem 14: O túmulo de uma criança na Serra de Theresopolis, publicada no dia 02/04/1891, p.5.

CIDADE DO BONFIM — GOYAZ

Imagem 15: José de Alencar, publicada na capa do dia 02/05/1891.

Imagem 16: Cidade de Bonfim – Goyaz, publicada no dia 02/05/1891, p.5.

ESCOLA MILITAR — VISTA DO INTERIOR

Imagem 17: Josephina de Azevedo, publicada na capa do dia 09/05/1891.

Imagem 18: Escola Militar- vista do interior, publicada no dia 09/05/1891, p.5.

O GIGANTE QUE DORME.—ENTRADA DA BARRA DO RIO DE JANEIRO

Imagem 19: Bittencourt da Silva, publicada na capa do dia 21/05/1891.

Imagem 20: O gigante que dorme – Estrada da Barra do Rio de Janeiro, publicada no dia 21/05/1891, p.5.

ESCOLLA MILITAR
VISTA DE FRENTE

Imagem 21: Dr.Menezes Vieira, publicada na capa do dia 04/06/1891.

Imagem 22: Escola Militar – vista de frente, publicada no dia 04/06/1891, p.5.

Imagem 23: Conselheiro Corrêa, publicada na capa do dia 02/07/1891.

IGNEZ SABINO

Imagem 24: Ignez Sabino, publicada na capa do dia 11/07/1891.

Imagem 25: Commendador José Manoel Teixeira, publicada na capa do dia 18/07/1891.

PASSAGEM DOS INDIOS NO RIO AMAZONAS

Imagem 26: Passagem dos indios no Rio Amazonas, publicada no dia 18/07/1891, p.3.

Imagem 27: Miss Nightingale, publicada na capa do dia 01/08/1891.

Imagem 28: José Levrero, publicado na capa do dia 08/08/1891.

Commendador Albino da Costa Lima Braga

EUGENIO OYANGUREN

Imagem 29: Commendador Albino da Costa Lima Braga, publicada na capa do dia 22/08/1891.

Imagem 30: Eugenio Oyanguren, publicada na capa do dia 29/08/1891.

Imagem 31: Conde Alto de Mearim, publicada na capa do dia 12/09/1891.

Imagem 32: Visconde de Santa Marinha, publicada na capa do dia 19/09/1891.

Imagem 33: Joana D'Arc, publicada na capa do dia 26/09/1891.

Imagem 34: Commendador Alfredo Montanha, publicada na capa do dia 07/10/1891.

Imagem 35: Viscondessa de Leopoldina, publicada na capa do dia 17/10/1891.

Imagem 36: Dr. Manoel Lavrador, publicada na capa do dia 24/10/1891.

Imagem 37: Barão de Paranapiacaba, publicada na capa do dia 07/10/1891.

Imagem 38: Ramalho Ortigão, publicada na capa do dia 16/11/1891.

Luiz de Mattos

Imagem 39: Commendador Albino da Costa Lima Braga, publicada na capa do dia 19/12/1891.

Imagem 40: Luiz de Mattos, publicada na capa do dia 03/02/1892.

Imagem 41: Dr. Kock, publicada na capa do dia 13/02/1892.

Imagem 42: Dr. Acacio de Araujo, publicada na capa do dia 10/01/1893.

Imagem 43: D. Pedro II, publicada na capa do dia 20/01/1893.

Imagem 44: Um forte em ruínas, publicada na capa do dia 02/02/1893.

Imagem 45: Eliza Lemos, publicada na capa do dia 18/02/1893.

Imagem 46: Eugenio Oyanguren, publicada na capa do dia 04/03/1893.

Imagem 47: Professor José Levrero, publicada na capa do dia 25/03/1893.

Imagem 48: Dr. Francisco Portella, publicado na capa do dia 20/04/1893.

Imagem 49: Alimento Superior – marca registrada, publicada na seção anúncios do dia 21/01/1894.

Imagem 50: Leite Chacara da Bicca, publicada na seção anúncios do dia 04/02/1894.

Imagem 51: Casa de Confiança Cardim & Cahen, publicada na seção Annuncios do dia 15/04/1894.

Imagem 52: Essencia Passos, publicada na seção Annuncios do dia 28/10/1894.

O VOTO FEMININO

COMEDIA EM 1 ATTO

Original de Josephina Alvares de Azevedo

Representada com geraes applausos no Theatro Recreio Dramatico

PERSONAGENS

Conselheiro Anastacio	Castro
Dr. Raphael, deputado	Bragança
Dr. Florencio	Germano
Antonio, creado	Pinto
Esmeralda	Isolina
Ignez	Eliza Castro
Joaquina, creada	Luiza Pomi

Acção – Rio de Janeiro

Epoca – Actualidade

Sala em casa do conselheiro Anastacio. Mobilia rica. Decoração de luxo.

SCENA 1ª.

ANASTACIO (*Só*)

Ao subir o panno esta sentado com um pequeno papel na mão, fazendo contas: Cebolas 200 reis; azeite doce, uma garrafa 210; phosphoros, um [pacote] 200 reis; toucinho, um kilo 1\$000 (*parando a leitura*) como está caro o toucinho! (*continuando a ler*) [ilegível] batatas 210 – Somma 4:780. Quatro mil setecentos e oitenta bem certos. Mas em que foi então que minha mulher gastou cinco mil réis?! (*chamando para dentro*) Senhora! eh! senhora! (*pausa*) Ha de estar lendo os artigos de fundo dos jornaes diarios. E' a sua mania! E enquanto lê vae tudo por agua abaixo como n'uma correnteza: não ha dinheiro que chegue! (*chamando*) Sra. D. Ignez! Oh! Sra. D. Ignez!

IGNEZ

(*De dentro [ilegível], já vou*)

ANASTACIO

[Ilegível]! que a Sra. minha mulher em se mettendo no gabinete de leitura, não se lhe importa que a casa caia. Isto é demais. Ora figas!

SCENA 2ª.

ANASTACIO E IGNEZ

IGNEZ

(*Entrando*) Aqui estou, Sr. Anastacio. Que barulho! Vão ver que é para ahi qualquer ninharia!

ANASTACIO

Ah! para a sra. tudo é ninharia!...

IGNEZ

De certo.

ANASTACIO

Pois não, [então] senhora: são onze vinténs que faltam nesta conta...

IGNEZ

Ora louvado seja Deus! Por onze vinténs um barulho tão grande!

ANASTACIO

Pois sim, pois sim; mas é que muitos onze vinténs arruinam um homem e...

IGNEZ

E o Sr. queria que eu deixasse os meus affazeres para estar tomar conta destas insignificancias...

ANASTACIO

Sem duvida. E' este o dever de uma boa dona de casa.

IGNEZ

Meu dever?! Oh! Sr. Anastacio, pois o Sr. quer que a mulher de um ex-conselheiro esteja a ridicularisar com a creada?

ANASTACIO

Ridicularias! Ridicularias! Para a Sra. só são importantes as discussões de politica, a litteratura *piegas* d'esses *franchinotes* que andam peralteando pela rua do Ouvidor, as

borradelas dos pintores, os theatros, os partidos, e até os duellos! Sra. D. Ignez, a Sra. não se sae bem desta vez. Os duellos!⁵⁰⁴

IGNEZ

Naturalmente. Então queria o Sr. que assim não fosse?

ANASTACIO

Está visto. Ah! mulheres!...mulheres!...

IGNEZ

Já não estamos no tempo da mulher objecto de casa, escrava das impertinencias masculinas.

ANASTACIO

Ora figas, Sra. Ignez!

IGNEZ

Estamos no fim do seculo XIX, em que o livre arbitrio fez de cada creatura um ser igualmente forte para as lutas da vida, ouvio?

ANASTACIO

Tá, ta, ta, ta. Ora figas! qual lutas da vida! qual livre arbítrio! qual seculo XIX! qual nada! A mulher foi feita para os arranjos de casa e mais nada!

IGNEZ

O Sr. está me desacatando!

ANASTACIO

Ora figas! A senhora é que não esta em si; perdeu a razão.

IGNEZ

Ah! nao quer que nós tenhamos direitos?!

ANASTACIO

Não, de certo. O peor é que a Sra. já está transtornando a cabeça de minha filha, que anda-me também com as mesmas idéas.

IGNEZ

Sem duvida alguma. E ha de aproveitar muito, a nossa querida Esmeralda.

ANASTACIO

Ha de ser muito divertido.

IGNEZ

⁵⁰⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 21/08/1890. Seção Folhetim, p.1.

Que bonito futuro está reservado á nossa filha!

ANASTACIO

Só se for uma bôa mãe de família...

IGNEZ

Ha de ser; e tambem uma das melhores figuras da nossa política...

ANASTACIO

Que diz?

IGNEZ

Se passar a lei...

ANASTACIO

O' senhora, eu já lhe disse que não me metta a mulher na política!

IGNEZ

Que! não metter a mulher na política! Oh! Sr. Anastacio, a mulher não é porventura um ser humano, perfeitamente igual ao homem?

ANASTACIO

(*Com calma*) Sei lá! O que sei é que a política não foi feita para ella. A mulher mettida em política, santo Deus!... Não me quero incommodar Sra. D. Ignez. Vou á chácara tomar um pouco de fresco. Até já. (*sae*)

SCENA 3ª

IGNEZ (Só)

São insupportaveis estes monstros de egoismo! E quando se lhes falla em concorrermos com elles na vida publica, é um Deus nos acuda; fazem logo vir o ceo abaixo...

SCENA 4ª

IGNEZ E ESMERALDA

ESMERALDA

(*Entra lendo um jornal*) Que quereis fazer de uma mulher como vós intelligente, como vós activa, como vós illustrada, como vós amante da patria, e que lhe quer, pode e deve prestar todos os serviços?!⁵⁰⁵

⁵⁰⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 28/08/1890. Seção Folhetim, p.1.

IGNEZ

(*Que tem estado a prestar muita atenção*) Sim, sim, o que querem os homens fazer de uma mulher assim?

ESMERALDA

Oh! minha mãe, que bello artigo o do Dr. Florencio, publicado no *Correio do Povo*, de hontem.

IGNEZ

E' um grande talento!

ESMERALDA

Tem feito do voto feminino uma campanha celebre.

IGNEZ

E ha de vencer!

ESMERALDA

Se vencerá!

IGNEZ

Em passando a lei, já se sabe, has de te apresentar para deputada. (*)⁵⁰⁶

ESMERALDA

Eu, minha mãe?

IGNEZ

Sem duvida. Pois não estas habilitada para isso?

ESMERALDA

Sim, estou habilitada. Mas meu marido?

IGNEZ

Ora, o teu marido! Que se empregue em outra cousa.

ESMERALDA

E' bom de dizer, A Sra. sabe, que elle tem sido sempre deputado... E não há melhor emprego do que esse.

IGNEZ

D'ora em diante serás tu. Se lhe has de estar todas as noites a ensinar o que elle ha de dizer, vae tu mesma dizer o que sabes.

⁵⁰⁶ (*) Nota – A palavra como significação de emprego que só convém ao homem é invariavel; mas no caso da these que se discute varia logicamente.

ESMERALDA

Pobre Raphael! Elle que deseja tanto subir!...

IGNEZ

Sobe tu. Faz-te deputada, (*aparece ao fundo a creada*) depois senadora, depois ministra, e talvez que ainda possas chegar a ser presidente da republica...

SCENA 5ª

IGNEZ, ESMERALDA E JOAQUINA

JOAQUINA

(*Entrando*) Quem? o Sr. Raphael?

IGNEZ

Não, tola; a Esmeralda.

JOAQUINA

(*Admirada*) Cê!

ESMERALDA

Ora, mamã, isso não se faz assim.

IGNEZ

Como não; faz-se, sim, senhora. E eu hei de ser a tua secretaria.

JOAQUINA

(*Contente*) Que bello! nesse tempo eu ficarei sendo sua creada grave.

IGNEZ

E' verdade, poderás proteger essa rapariga arranjando-lhe algum emprego razoavel.

JOAQUINA

Olhe, minha ama, sabe o que eu queria ser?

ESMERALDA

Diz lá.

JOAQUINA

Aquelle homem que anda n'um carro fechado e com dois soldados a cavallo...

ESMERALDA

Oh! mulher! querias logo ser ministra?

IGNEZ

Isso é impossível, Joaquina.⁵⁰⁷

JOAQUINA

Eu sei lá! Queria ser uma cousa que pudesse mandar os soldados.

ESMERALDA

Mandar soldados, para que?

JOAQUINA

Para nada, não senhora. (*aparte*) Para mandar prender aquelle ingrato do seu Antonico que não se quer casar commigo. (*Sae*)

IGNEZ

(*Que tem estado a conversar com Esmeralda, durante o aparte de Joaquina*) No dia em que for decretado o nosso direito de voto...

SCENA 6ª

AS MESMAS E DR. RAPHAEL

RAPHAEL

(*Entrando*) Esmeralda, minha bôa amiga! Senhora D. Ignez...

ESMERALDA

Foi decretada?

RAPHAEL

A lei do voto feminino...

IGNEZ

O ministro já decidiu?

RAPHAEL

Ainda não. Espera-se a todo o momento.

IGNEZ

Que demora!

ESMERALDA

E' possível que seja decretada, não? E o que dizes tu?

⁵⁰⁷ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 04/09/1890. Seção Folhetim, p.1.

IGNEZ

(Aparte) O que diz?! Nada, como de costume.

RAPHAEL

Eu!... eu!... aplaudo com entusiasmo essa propaganda.

ESMERALDA

(Sorrindo) Applaudes? Fazes muito bem.

RAPHAEL

E dou-lhes o meu voto.

ESMERALDA

Emfim, vamos ter o direito de voto.

IGNEZ

E o de sermos votadas.

SCENA 7ª

OS MESMOS E ANASTACIO

ANASTACIO

(Entrando, furioso) Que pouca vergonha!

IGNEZ

Ora, até que emfim, já se póde ser mulher nesta terra!

ANASTACIO

Como diz?

IGNEZ

Digo-lhe que o direito de voto ás mulheres vae ser decretado pelo ministro.

ANASTACIO

Está douda, minha senhora.

ESMERALDA

Está em consulta, meu pae.

RAPHAEL

Está, não; subiu para o ministro.

ANASTACIO

Figas! figas, é o que é. Póde lá dar-se semelhante patifaria.

IGNEZ

Patifaria, não. E' a cousa mais justa deste mundo.

ANASTACIO

Se tal acontecer póde-se dizer que o Brazil é uma terra de malucos.

IGNEZ

Sr. Anastacio não me faça falar...

ANASTACIO

Sra. D. Ignez, lembre-se de que eu sou um ex-conselheiro de Estado do ex-Imperio e já fui ministro!

IGNEZ

Lembro-me, sim; e por signal que não era o senhor quem escrevia os despachos; mas sim eu e minha filha, que nem sequer tínhamos o direito de assignal-os.

ANASTACIO

Figas! Figas! A senhora não sabe que é mulher?⁵⁰⁸

IGNEZ

Calamidade é a de termos homens como o Sr. que procuram anniquilar os nossos direitos em proveito da sua vaidade.

ANASTACIO

(*Para Raphael*) O que diz a isso?

RAPHAEL

(*Atrapalhado, olhando para Esmeralda*) Eu... eu não digo nada.

ANASTACIO

Se o Sr. tem approvado a attitude d'ellas.

ESMERALDA

Porque é justo meu pae.

ANASTACIO

Até a senhora! Está desejosa por votar e ser votada, ir ao parlamento, sobraçar uma pasta, andar de coupé e ordenanças! São assim todas as mulheres. Ah! mas eu hei de ensinal-as! Agora é commigo. Sr. meu genro, venha d'ahi. E' preciso ser homem, ouviu? ser homem! (*empurrando-o na frente*) Ande, mecha-se. Até já D. Ignez. (*Saem os dois*).

⁵⁰⁸ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 18/09/1890. Seção Folhetim, p.1.

SCENA 8ª.

ESMERALDA E IGNEZ

IGNEZ

(Indo á porta) Vão conspirar? Pois vão, que os havemos de ensinar.

ESMERALDA

O que! pois pensa que elles serão capazes....

IGNEZ

Teu marido não, que é uma mosca morta, um toleirão; mas teu pae...

ESMERALDA

Meu marido tenho a certeza de que não se atreveria...

IGNEZ

Ora, ora! teu pae o convencerá.

ESMERALDA

Mas isto é horrível. Conspirarem contra os nossos direitos é matar-nos a esperança de...

IGNEZ

E' horrível! E diante d'isso não podemos cruzar os braços!

ESMERALDA

Mas os outros homens?

IGNEZ

São todos iguaes.

ESMERALDA

Que fazer, então?

IGNEZ

Vamos ao encontro da sua conspiração.

ESMERALDA

N'este caso, vamos!

IGNEZ

E' a conspiração das saias. Hei de mostrar a esses homenzinhos para quanto [presta] uma mulher. Vamos, Esmeralda.

DUETTO

ESMERALDA

Eia á luta!

IGNEZ

Eia á luta!

Pois é certa esta victoria.

ESMERALDA

Batalhemos sem temor.

IGNEZ

Sem temos que é nossa a gloria.

ESMERALDA

Seja o homem forte embora...

IGNEZ

Sempre é forte o vencedor!

ESMERALDA

Sejamos fortes...

IGNEZ

Lutemos!

ESMERALDA

Venceremos pelo amor!

JUNTAS

Caia o homem! mulher acima:

Homem abaixo é o que se quer.

Pois que é chegado o reinado

Glorioso da mulher!

(Terminado o duetto saem)

SCENA 9ª.

JOAQUINA (*Só*)

(Entrando) Que balburdia! Parece um dia de juizo o dia de hoje nesta casa. Ouvi fallar em conspiração! Ha de ser a politica das patroas! Até que desta vez vou ser aquelle homem do carro e dos soldados. A patroasinha vae ser uma grande cousa! E eu apanho o meu lugarsinho. Então sim, *(apparece Antonio á porta)* mando prender o Antonio e se elle quizer que o solte ha de casar-se commigo.

SCENA 10ª.

JOAQUINA E ANTONIO

ANTONIO

Para isso não é preciso prender-me.

JOAQUINA

Ui!

ANTONIO

Não te assustes, meu *quitute*; sou eu.

JOAQUINA

Que medo! (*Canta*)

DUETTO

JOAQUINA

Oh! que medo tão damnado!

Me fizeste agora entrando!...

ANTONIO

Pois te assustas, meu bem, quando

Meu prazer é ter-te ao lado?!

JOAQUINA

Tenho nervos, sou medrosa...

ANTONIO

Nervos assim, tentação?...

JOAQUINA

Esta surpresa!...

ANTONIO

Vaidosa!

Si tivesses coração...

JUNTOS

Póde o amor vir de surpresa,

Que bem vale um susto o amor.

Passa o susto, e se despreza

Toda a ideia de terror.⁵⁰⁹

ANTONIO

Não foi nada; passou.

JOAQUINA

Não faça outra; ainda estou a tremer. Para outra vez...

ANTONIO

Para outra vez, hei de pedir licença...para entrar.

JOAQUINA

Por força; cá não se entra mais sem aquela...

ANTONIO

Ora, adeus! Eu é que, em gostando d'um derriço como tu, não estou com cerimônias... vou entrando... E não faço caso de que me mandem prender, porque como tu sabes, o passaro preso na gaiola também canta, atrás da prisão vem a soltura...

JOAQUINA

E quem fallou em prendel-o? (*aparte*) Ouviu tudo!

ANTONIO

Você mesmo. E não sei para que... si eu já estou preso pelo beiçinho...

JOAQUINA

Eu cá me entendo. Os homens... E' verdade: que vieste aqui

ANTONIO

Eu? vim procurar o patrão... e ver-te. Ora, ahi está!

JOAQUINA

Ver-me? Só?... (*suspira*).

ANTONIO

Só... e procurar o patrão!

JOAQUINA

Ver-me só!... (*suspira*) Ai! ai!

ANTONIO

(*Suspirando*) Só! ... se nós já fossemos casados!...

⁵⁰⁹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 02/10/1890. Seção Folhetim, p.2.

JOAQUINA

Casados! Ah! o fingido! como suspira!

ANTONIO

Casados, sim. Pois tu não és a minha noiva.

JOAQUINA

Sou. E podemos ser muito felizes. Olha, vae passar-se aqui uma cous... uma cous... como é mesmo?

ANTONIO

Eu sei lá mulher! Seja o que fôr.

JOAQUINA

Pois sim! A patroasinha vae ser ministra...

ANTONIO

O que?

JOAQUINA

Ministra!

ANTONIO

Estás douda, mulher!

JOAQUINA

Ministra, sim! Ora ahi está. E eu vou ter um bonito emprego. Depois me casarei contigo...

ANTONIO

(desconfiado, aparte olhando-a muito) Que diz ella? Estará douda? Hom'essa!...
(continúa a olhal-a)

JOAQUINA

E tu tambem terás emprego...

ANTONIO

(resoluto) Menos essa! Eu é que não quero esse emprego!

JOAQUINA

Então é porque não sabes o que ha.

ANTONIO

O que ha?

JOAQUINA

As mulheres agora vão ser como os homens.

ANTONIO

Como os homens? E os homens?⁵¹⁰

JOAQUINA

Como as mulheres.

ANTONIO

Livra!

JOAQUINA

Sim, senhor! Agora somos nós que vamos para os empregos.

ANTONIO

Oh! Joaquina! ou tu estás douda, ou estás brincando...

JOAQUINA

E' sério! Eu já pedi a patroa o meu emprego. E' aquelle em que a gente anda sentada n'um carrinho com os soldados a cavallo atrás...

ANTONIO

E eu que fico fazendo?

JOAQUINA

Tu não precisa trabalhar, não, ficas em casa.

ANTONIO

Para lavar as suas saias e esfregar a tua roupa? Eu nunca tive geito para esfregações...

JOAQUINA

Como é bom!

ANTONIO

O que? as esfregações? Nada, não sou homem para estas cousas. Não quero...

JOAQUINA

Ah! se não quizeres assim...

ANTONIO

Que descaramento!

JOAQUINA

Qual nada! A mulher está na ponta!

⁵¹⁰ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 09/10/1890. Seção Folhetim, p.2.

ANTONIO

Sim...sim...na ponta da cosinha, ou, quando muito, na do quintal!

JOAQUINA

Olha, eu gosto muito de ti; mas lá por isso não é que eu hei de deixar o meu emprego. Se quizeres casar commigo é assim; se não é *chuchar* no dedo. (*Sae*)

SCENA 11ª.

ANTONIO, RAPHAEL E ANASTACIO

ANTONIO

(*Só*) E esta! ser obrigado a fazer de mulher para fisgar este diabo! E' horroroso! Porque afinal de contas, se isto acontecer, serei obrigado a escamar o peixe, limpar o quarto da mulher, lavar a roupa e fazer a gomme para as saias! Isto põe um homem na espinha! Porém no meio disto tudo, do que eu tenho birra é da cosinha! Cosinhar, eu?... que sempre tive *quizilia* pelas panellas!... Qual! Isto não póde nem deve acontecer. Prefiro morrer de fome a ter que mecher em panellas!

ANASTACIO

(*Entrando, sem reparar em Antonio*) Irra! E' uma calamidade! O mulherio está alvoroçado!

RAPHAEL

O caso está tomando proporções assustadoras.

ANASTACIO

Não póde ser! E' uma desgraça se tal acontecer! E' o fim do mundo! E'... é... (*a Raphael*) O que é que é?

RAPHAEL

Eu sei lá o que é!

ANASTACIO

Pois sei eu... E'... é... (*com custo*) é uma figa, ora ahi está o que é.

RAPHAEL

Estamos bem servidos, não ha duvida!

ANASTACIO

Está claro! Votam as mulheres, as mulheres são votadas! Para ellas os empregos, as honras, as posições, e tudo, tudo! Que ha de fazer o homem? Ficar em casa pregando colchetes em saias?

RAPHAEL

Isso nunca!

ANTONIO

(*Aparte*) Os homens estão damnados!

ANASTACIO

E' preciso conspirar!

RAPHAEL

Mas como? De que modo?

ANTONIO

(*Aparte*) Sim, eu tambem sou interessado na questão!

ANASTACIO

De que modo? Ir contra as mulheres! Impedir que isso se dê.

RAPHAEL

Ir contra as mulheres?! Mas vê que isso é difficil!

ANTONIO

(*Aparte*) Eu cá por mim, já estou resolvido a lavar as saias da Joaquina.⁵¹¹

ANASTACIO

Qual difficil! Vou fazer um *meeting*! Estamos já aqui dous homens, (*reparando em Antonio*) com este que apesar de ser o creado do Dr. Florencio, ha de acompanhar-nos, três: (*agarra-o pelo braço*) o compadre Izidio, quatro...

RAPHAEL

O Silva cinco.

ANASTACIO

Qual Silva! qual nada! Aquillo é um banana! Um pancada! E' capaz de tomar as saias da mulher e ir para o lado dellas. Queremos homens que não se entreguem a essas lambisgoias. (*Saccudindo Antonio, que ainda conserva seguro*) Você é homem?

ANTONIO

Pelo menos, pareço.

RAPHAEL

Nesse caso é uma guerra de morte?

⁵¹¹ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 16/10/1890. Seção Folhetim, p.2.

ANASTACIO

De morte? Não, de honra!

ANTONIO

Ui! não me aperte o braço!

ANASTACIO

Fóra com o voto ás mulheres!

SCENA 12ª.

OS MESMOS E DR. FLORENCIO

DOUTOR

Bom dia! Que é isso? Vejo-os exaltados!

ANASTACIO

Muito obrigado! O senhor é que é o causador de toda esta balburdia, de toda esta exaltação!

RAPHAEL

Sim, o senhor mesmo.

DOUTOR

Mas, sr. conselheiro...

ANASTACIO

Figas! meu amigo! figas! A cidade está em desordem! o mulherio está alvoraçado!

RAPHAEL

Até a minha mulher!

DOUTOR

Meu collega, que é isto? explique-se.

ANASTACIO

Não ha explicações. Agora é cada um tratar de deffender os seus direitos.⁵¹²

RAPHAEL

Até a minha Esmeralda!

ANASTACIO

E afinal de contas, tambem a Sra. Ignez!

⁵¹² AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 23/10/1890. Seção Folhetim, p.2.

DOUTOR

Mas o que tenho eu com isto?

ANASTACIO

Minha mulher está douda! Compreende, douda!

RAPHAEL

E eu estou aqui e estou sem mulher, sem a minha Esmeralda!

DOUTOR

Mas senhores, digam-me o que tenho que ver com isso.

RAPHAEL

Foi o collega que andou introduzindo esta trapalhada por ahi.

SCENA 13ª.

OS MESMOS, ESMERALDA E IGNEZ

IGNEZ

Que grande victoria! Ah! ainda bem que os encontro reunidos. Tenho boas noticias a dar-lhes. (*Vendo o Doutor*) Oh! doutor! não sabe quanto praser sinto com a sua visita.

ANTONIO

(*Aparte*) O que estará a Joaquina a fazer na cosinha?

ESMERALDA

Acceite os meus cumprimentos pelo seu brilhante artigo de hontem.

DOUTOR

Oh! minhas senhoras! V. Exas. Confundem-me. (*Dirigindo-se a Antonio*) Que fazes aqui?

ANTONIO

Vim aqui para saber de meu amo a que horas vae jantar.

IGNEZ

O doutor janta connosco.

ANTONIO

Nesse caso...

DOUTOR

Podes retirar-te.

ANTONIO

(*Aparte, sahindo*) Graças a Deus! que estou livre das unhas e das figas do velho!

SCENA 14ª.

OS MESMOS, MENOS ANTONIO

IGNEZ

Pois como ia dizendo, tenho boas noticias a dar.

ANASTACIO

E' escusado, não quero aqui mais discussões.

IGNEZ

Pois quero eu! D'ora em diante mandam todos igualmente. E para o futuro, seremos iguaes perante a lei.

ANASTACIO

Nunca! Sra. Ignez; nunca!

RAPHAEL

Nunca, repito. O direito de voto não ha de vir.

ESMERALDA

Ola, Sr. meu marido, então o Sr. também?...

RAPHAEL

Não...sim... Mas isso é uma invasão de attribuições...

DOUTOR

Perdão, eu creio que se trata do voto feminino. E' uma cousa perfeitamente justa!

ANASTACIO

Justa! Isso diz o Sr. E sabe porque diz? E' porque não é casado.

RAPHAEL

Descancem! o direito de voto á mulher não veio, nem virá!

ESMERALDA

Lá isso, não. A consulta está em mãos do ministro; hoje ou amanhã será introduzida na lei.

DOUTOR

Sem duvida alguma. E' uma das mais bellas conquistas deste fim de seculo; a reparação de uma injustiça secular, dos tempos barbaros.

IGNEZ E ESMERALDA

Muito bem, doutor; muito bem!

RAPHAEL

E' o ridiculo sobre os homens!⁵¹³

DOUTOR

Mas senhores, sejamos todos cordatos. O direito de voto ás mulheres é de toda a justiça.

ANASTACIO

Não é só o direito de voto que ellas querem, é o direito de votar e ser votadas. E' o reinado das saias!

DOUTOR

Não ha tal. Será antes o reinado das competencias. D'ora em diante não veremos mais na sociedade a impostura de serem as mulheres que façam as cousas e os homens que recebam as honras... como por ahi se dá...

ANASTACIO

(*Baixo a Raphael*) Isto agora é com o senhor.

RAPHAEL

(*O mesmo*) Commigo, não; é com o senhor.

DOUTOR

Se a mulher tem aptidão para adquirir títulos scientificos, porque não ha de ter para os cargos publicos?

IGNEZ

Apoiado; e aqui está a Esmeralda para prova.

DOUTOR

Se pode exercer cargos publicos, porque não ha de poder desempenhar o mandato?

ANASTACIO

Mas nesse caso, teremos tambem de ser governados por ellas.

RAPHAEL

Virão occupar os nossos lugares.

DOUTOR

Quando provarem competência para elles, porque não?

⁵¹³ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 30/10/1890. Seção Folhetim, p.2.

ANASTACIO

Seria horroroso! Isso não! A distituição do homem, o predomínio nefasto da fragilidade feminina! Figas!

ESMERALDA

Seria a mais bella das conquistas humanas, porque nós não somos senão iguaes aos homens, apenas tendo differenças sexuaes e virtudes para melhor.

ANASTACIO

Cala-te! cala-te! E que farão os homens?

IGNEZ

O que poderem e souberem fazer.

ESMERALDA

E' a compensação das iniquidades de tantos seculos!

DOUTOR

Demais, nem todas as mulheres irão occupar cargos importantes, assim como nem todos os homens hoje os occupam.

ANASTACIO

E o escandalo?

ESMERALDA

A moralidade existe por si.

IGNEZ

Sr. Anastacio, fique certo de que o dominio das calças está para acabar.

ANASTACIO

Nunca! Ora figas!

RAPHAEL

Sra. minha sogra, cuidado com os homens!

ANASTACIO

Pois fiquem certas de que não ha de levar o melhor. (*Sae*)

SCENA 15ª.

OS MESMOS, MENOS ANASTACIO

DOUTOR

Tenho certeza de que a mulher será emancipada; e com o direito que lhe cabe á elegibilidade, far-se-ha representar no parlamento, já nesta sessão.

RAPHAEL

Meu collega, olhe que isto é muito.

ESMERALDA

Raphael, lembra-te que és meu marido.

IGNEZ

Sem duvida. O Sr. Raphael deve ser rasoavel.⁵¹⁴

DOUTOR

Ha de ser. Ainda hei de vê-lo cabalando pela candidatura da Sra. D. Esmeralda.

IGNEZ

O que me dá cuidado é o Anastacio. Que iria aquelle homem fazer agora á rua?

RAPHAEL

(*Com malicia*) Naturalmente foi ao ministro.

IGNEZ E ESMERALDA

Ao ministro?!

DOUTOR

Não ha de ser nada. Não conseguira cousa alguma.

SCENA 16ª.

OS MESMOS, E ANASTACIO

ANASTACIO

(*Fóra*) Meu genro! meu genro! (*Entra, esbaforido, com um jornal na mão*)

IGNEZ

Céos! que foi!

ANASTACIO

(*Mostrando o jornal*) Está aqui! aqui!

SCENA 17ª.

OS MESMOS, JOAQUINA, DEPOIS ANTONIO

IGNEZ

O decreto?!

⁵¹⁴ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Familia*, Rio de Janeiro, 06/11/1890. Seção Folhetim, p.1.

ANASTACIO

Qual decreto, qual nada! Não votam!

TODOS

Ah!

JOAQUINA

(*Aparte*) Lá se foi o meu emprego!

ANASTACIO

O ministro despachou a consulta que lhe foi submettida, nestes termos: (*lê*) O governo, resolvendo a questão apresentada não considera nem *opportuna*, nem *conveniente*, qualquer (*aparece Antonio*) inovação na legislação vigente no intuito de admitir as mulheres *sui juris* ao alistamento e ao exercício da função eleitoral!

ANTONIO

A-q-u-i! Menéres!

RAPHAEL

Bravo! muito bem!

ANASTACIO

Já veem que não votam, minhas senhoras.

IGNEZ

Horror!

ANTONIO

Então Joaquina, ainda pensas em ser ministra?

JOAQUINA

Só se fôr do teu coração!

ANTONIO

Visto não teres o tal emprego, nem o carrinho, nem os soldados a cavallo atraz, eu peço a tua mão.

JOAQUINA

Aqui a tens!

DOUTOR

Ainda não me dou por vencido.

ANTONIO

O patrão se me desse licença, eu sempre diria uma cousa...

DOUTOR

Dize lá.

ANTONIO

A mulher não foi feita de um pedaço de homem? d'uma costella? Já vê que ella não póde ser como os homens. Havia de ser bonito ver-mos as mulheres de calças e os homens de saias! Nada, não senhor! A mulher foi feita para os arranjos de casa e etc. e tal.

ANASTACIO

Elle tem razão. O verdadeiro lugar da mulher é no centro da familia.

ESMERALDA

Não se enthusiasmem tanto. Ainda temos um recurso. Aguardemos a Constituinte!

Ensemble

ESMERALDA

A querida Victoria há de, creio,
Dar-nos ganho de causa por fim.

RAPHAEL

Isso não, q'eu não marcho no meio!

IGNEZ

Ah! respinga! Pois, sim! oh! pois sim!

ESMERALDA

Venceremos, ou não? doutor, diga!

DOUTOR

Porque não?! A victoria é fatal!

ANASTACIO

Ora figas! ora figa! ora figa!

Esta gente está doida, afinal!

AS MULHERES

Pois veremos, senhores, veremos,

Vencerá a razão, vencerá!

Justo é pois q'por isso esperemos

Confiantes d'aqui até lá!

OS HOMENS

Ora qual! ora qual! não tememos!

Ficará tudo assim como está!
E seguros do caso esperemos
Confiantes d'aqui até lá!

FIM⁵¹⁵

⁵¹⁵ AZEVEDO, Josephina Alvares de. O Voto Feminino. *A Família*, Rio de Janeiro, 13/11/1890. Seção Folhetim, p.1.

6. Fontes

- AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*: jornal litterario dedicado á educação da mãe de família. São Paulo (SP), 1888-1889; Rio de Janeiro 1889-1894. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *O Sexo Feminino*: Semanário dedicado aos interesses da mulher. Campanha (MG), 1873-1874; Rio de Janeiro (RJ), 1875-1876; 1888-1889. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *Primavera*: Revista Semanal Instructiva Noticiosa. Rio de Janeiro (RJ), 1880. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*: periodico quinzenal, litterario, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher. Rio de Janeiro (RJ), 1888-1890. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]
- DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta; DINIZ, Albertina. *A judia Rachel*: Romance original de costumes. Rio de Janeiro: Editor José Assis Climaco dos Reis, 1886. [Acervo da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro]

7. Referências

- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *RBCS*, vol. 15, n. 44, p. 35-55, out-2000. (a)
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (b)
- ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no século XIX (1873/1890)*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira. Do gráfico ao foto-gráfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael. *O design brasileiro antes do design*. Rio de Janeiro: Cosacnaify, 2005.
- ANTÓN, Beatriz Ferrús. *Mujer y literatura de viajes en el siglo XIX: entre España y las Américas*. Espanha: Universitat de València, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. A teoria do romance. Trad. de Aurora Fornoni Bernadini e outros. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. República Brasileira em jornais femininos da época (1889-1890). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 71, Nov./1989.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vols 1-7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.
- BLAY, Eva. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, São Paulo, mar./mai., 2001.
- BLAY, Eva Alterman e CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (76), p.50-56, fev/1991.
- BRAIDOTTI, Rosi. *Sujeitos nômades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Trad. de Alcira Bixio. Buenos Aires: Editorial Paidós SAICF, 2000.
- BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schumacher (orgs). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BITTNER, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. (a)

BITTONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 2009. (b)

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. *Indivíduo, gênero y ornamento em lós retratos fotográficos, 1870-1920*.

COELHO, Nelly Novaes. A Emancipação da mulher e a imprensa feminina (séc. XIX-séc.XX). Disponível em: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>. Acessado em: 6 de maio de 2009.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX: Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história na imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (org.). *Mulher: Cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

DUARTE, Constância Lima. Josefina Alvares de Azevedo: uma escritora militante. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (org.). *Mulher: Cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

DUARTE, Constância Lima. O feminismo no Brasil: história e protagonistas. In: DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice. *Mulheres de Minas*:

Lutas e Conquistas. Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008, p. 26-48.

GELBART, Nina Rattner. As mulheres jornalistas e a imprensa nos séculos XVII e XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, [199-].

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992.

GERVAIS, Thierry. D'Après photographie. *Études Photographiques*, n.13, juillet, 2003.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1897)*. São Paulo: Braziliense, 1981.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE MEN, Ségolène. Le XIX siècle de l'image. In: LE MEN, Ségolène. *L'Art De La Caricature*. France: Presses Universitaires de Paris 10, 2011.

LINDEN, Sophie Van der. *Para ler o livro ilustrado*. Editora Casac Naify, 2006.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, *Estudios Interdisciplinarios sobre America Latina - EIAL -*, ISRAEL, v. 10, n. 2, p. 63-89, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma História Visual. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (a)

MUZART, Zahidé Lupinacci. A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Mariana Coelho: A evolução do feminismo – subsídios para a sua história*. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. (b)

NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu*. Campinas, julho-dezembro, 2007.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. *O Sexo Feminino em Campanha pela Emancipação da Mulher*. (1873-1874). Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2004.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX, através das páginas do jornal A Família. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. (a)

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª ed. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (b)

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

ROSA, Gerlice Teixeira. *Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2011.

SALAS, María Esther Pérez. Educación e imágenes en las revistas literarias editadas por Cumplido. In: Aguayo, Fernando y Roca, Lourdes (coordinadores). *Imágenes e investigación social*. México, instituto Mora, 2005.

SANTOS, Renata. *Imagem Gravada – A Gravura no Rio de Janeiro entre 1808 e 1853*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2008.

SCHWACZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. de Élvio Antônio Funk. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acessado em março de 2011.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus e Elsevier Editora Ltda, 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 54, v.27, p. 281-300, dezembro, 2007.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Feminismo tipográfico, identidades e representações: a mulher na imprensa de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (1870-1890)*. Monografia defendida no Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, 2009.

SOUTO-MAIOR, Valéria. *O Florete e a Máscara*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.

SULLEROT, Evelyne. *La presse féminine*. Paris: Armand Colin, 1966.

TELLES, Norma. Escritoras brasileiras no século XIX. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (org.). *Mulher: Cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.